

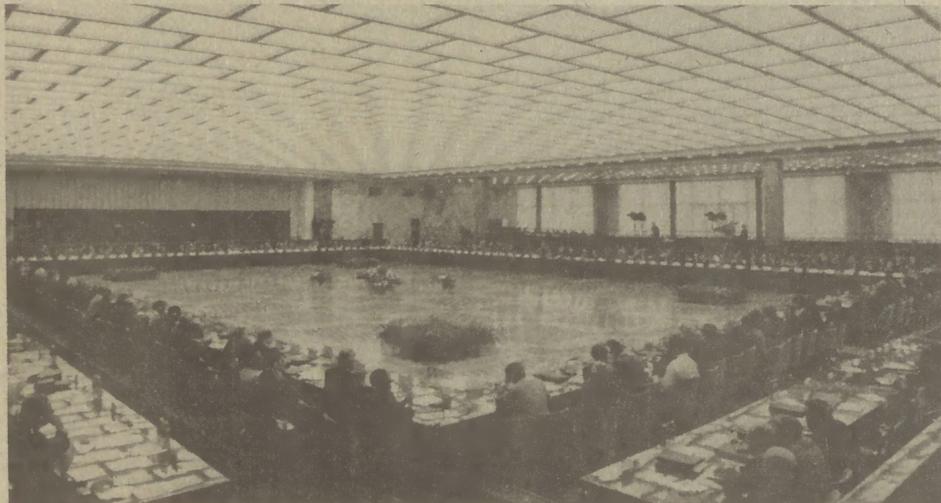
Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 57 - Série VII - N.º 724  
12 de Novembro de 1987  
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - 1000 Lisboa

## No 70.º aniversário de Outubro

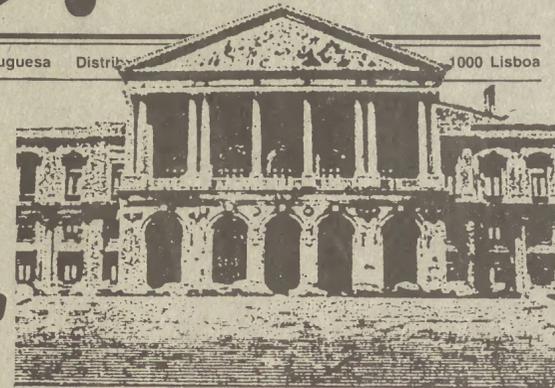


### Encontro de Partidos e movimentos democráticos e progressistas

- Discursos de Mikhail Gorbachov e de Álvaro Cunhal
- As comemorações no Porto

(Págs. 1 a 5 — Em Foco)

### PCP entregou na Assembleia da República projecto de revisão constitucional



## Um projecto para o reforço da sociedade democrática

(Págs 1 e 2 Semana)

### Encontro de quadros da ORL do PCP



## Ligar mais o Partido às realidades e aos problemas concretos

Págs. centrais/Semana

## República Popular de Angola faz doze anos

### Saudação do Comité Central do PCP ao Comité Central do MPLA-PT e ao camarada Presidente José Eduardo dos Santos

Queridos Camaradas,  
Em nome dos comunistas portugueses e certo de interpretar os sentimentos de fraterna amizade do povo português para com o povo angolano, o Comité Central do PCP saúda calorosa e fraternalmente o Comité Central do MPLA-PT, os seus militantes, todo o povo da RPA, por ocasião do 12.º aniversário da Proclamação da Independência da República Popular de Angola.

A RPA tem sido e continua a ser hoje um dos principais alvos da política da guerra e agressão do imperialismo e da reacção internacional que, em activa cooperação com os racistas da África do Sul e os fanteoches da Unita, tem recorrido aos piores crimes para tentar destruir a revolução angolana e as suas conquistas. Na vossa difícil e heróica luta podeis estar certos de contar com a inteira solidariedade dos comunistas portugueses.

O PCP continuará a denunciar e a desmascarar os crimes racistas e imperialistas contra o povo angolano, a informar com verdade da sua luta em defesa da independência e

integridade da sua pátria e pela construção de uma vida melhor, a valorizar a acção do MPLA-PT e da RPA na procura dos caminhos da paz, a combater com energia para que Portugal deixe de ser utilizado pela reacção portuguesa e internacional como plataforma de subversão e agressão contra Angola.

A causa do povo angolano sentimo-la como se nossa própria fosse. Continuaremos a agir para que os tradicionais laços de fraternal amizade, cooperação e solidariedade que unem o PCP e o MPLA-PT se estreitem sempre mais, no interesse da amizade entre os nossos povos, da cooperação entre os nossos países, da causa comum do progresso social do socialismo e da paz.

Viva o Aniversário da RPA!  
Viva a amizade entre o povo português e o povo angolano e entre o PCP e o MPLA-PT!  
Viva o internacionalismo proletário!

O Comité Central do Partido Comunista Português

### Supermercados: A selva e a lei

## Os gigantes da exploração

Os supermercados dão lucros aos milhões, enquanto os trabalhadores são explorados ao máximo. A publicidade e as técnicas de venda criam bonitas ilusões, enquanto a realidade é um ambiente de intimidação, de limitação das liberdades individuais e colectivas e de atentados permanentes aos direitos de quem trabalha. Aqui imperam meia dúzia de empresas gigantes que, apoiadas na convivência de Inspeção-Geral do Trabalho e do Governo, fazem das leis tabua rasa e dos supermercados uma selva em que o lucro é a lei suprema.

(Em Foco, págs. 6 e 7)



Coligação Democrática Unitária

JUV · CDU  
encontro  
no  
domingo

(Pág. 4/Semana)

# Editorial

## O PCP na defesa de Abril

**A** hora das definições políticas aproxima-se. Só os menos atentos e os menos informados não se darão conta de uma realidade que se avoluma nas dobras uterinas e avança para a luz do dia.

Com a inelutável revelação da verdadeira face do cavaquismo — no plano institucional, na frente económica e social, na frente de massas, no panorama político-partidário — o véu da ilusória estabilidade subsequente às eleições de 19 de Julho começa a romper-se, a situação a clarificar-se, a perspectiva a definir.

Na Assembleia da República preludiam-se os grandes embates. A «clique» governamental e a sua maioria absoluta apertam o cerco das restrições ao exercício das liberdades e direitos da oposição, tentam impor espartilhos técnicos (condições de trabalho) e regimentais que na prática conduziriam à inoperância funcional e à aplicação de «lei da rolha» aos partidos que não afinam pela batuta do Governo.

A revisão da Constituição e a política financeira de Cavaco expressa pelo Orçamento do Estado (OE) e pelas Grandes Opções do Plano (GOPs) aproximam-se do proscénio e movimentam desde já as actividades parlamentares.

**C**omo é do domínio público o processo de revisão constitucional foi desencadeado pela entrega extemporânea em meados do mês passado do projecto do CDS que, na prática, se vingassem as propostas de extremo reacção do partido de Freitas e Adriano Moreira, substituiria o texto actual da nossa Constituição democrática por um outro cheio de reminiscências das «constituições» de Salazar e Caetano.

Também se conhecem as ideias mestras do projecto do PSD que apontam para uma revisão inconstitucional e subversiva da Constituição e para a pulverização no plano jurídico das conquistas democráticas fundamentais alcançadas com o 25 de Abril, submetidas desde há longos anos à sanha demolidora da direita restauracionista.

Veio igualmente a lume o debate interno do PS em torno do seu projecto. Durante a semana — diz-se que amanhã — o projecto de revisão dos socialistas será conhecido em concreto com a sua entrega na Mesa da AR. Só então poderão os portugueses verificar se nele se concretizam ou não as preocupantes intenções revisionistas da nossa Lei Fundamental que se manifestaram no debate do PS, se resultaram ou não em benefício da direita as negociações de gabinete PS/PSD para a «revisão descomplexada» da Constituição preconizada em tempos recentes por Capucho.

Anteontem foi já entregue na Mesa da AR — e, em obediência a propósitos informativos da opinião pública nacional, apresentados numa conferência

de imprensa — o projecto do PCP, que noutra parte mais desenvolvidamente referimos.

Importa aqui salientar que se trata de um projecto conforme às resoluções do nosso Comité Central que assume, como se diz no preâmbulo, «a defesa activa da Constituição, multiplicando iniciativas e empenhando todos os esforços para evitar que os planos de ruptura constitucional se concretizem e para conseguir com outras forças democráticas as convergências necessárias para defender a Lei Fundamental e impedir a aprovação de alterações inconstitucionais».

**N**a frente económica e social adensam-se as nuvens no horizonte. As consequências desastrosas da adesão à CEE são já indisfarçáveis; as «aberturas» ao capital privado e a ofensiva das «privatizações» no Sector Empresarial do Estado (SEE), conjuntamente com a intensificação dos preparativos para novas arremetidas contra a Reforma Agrária estão abalando os fundamentos da nossa estrutura económica e social. As convulsões bolsistas e o agravamento da dependência externa são manifestações concretas de natureza objectiva que confirmam as previsões e as prevenções do PCP; as constantes alterações do «plafond» orçamental, que em alguns casos (como no PIDAC — Programa de Investimento e Desenvolvimento da Administração Central — e nos fundos compensatórios das «ajudas» da CEE) chegam a atingir como é voz corrente os 65% nas reduções introduzidas até à última hora, estão atrasando a apresentação do Orçamento do Estado.

Cada um destes capítulos daria pano para mangas numa desmontagem criteriosa da «estabilidade» cavaquista, o que é incompatível com o espaço de que dispomos. Mas alguns apontamentos ajudarão a compreender melhor a situação e as perspectivas imediatas no plano económico e social.

**A** sementeira de ilusões da CEE está dissipar-se diante das cruas realidades do expansionismo monopolista eurocidental crescente em Portugal.

Torna-se cada vez mais notório o desequilíbrio entre as contribuições líquidas de Portugal para as Comunidades e as «ajudas» financeiras cada vez mais restritivas para a chamada «modernização» da nossa indústria e a reestruturação da nossa agricultura pela CEE.

Ao caso da Siderurgia (que vai atrair para o desemprego 2 000 operários) junta-se o corte para projectos submetidos pelo Governo de Cavaco à CEE ao abrigo da PEDIP — Programa Específico de

Desenvolvimento da Indústria Portuguesa — que, entre outras consequências, atrai de novo para as calendas gregas projectos como o do Alqueva — que o Primeiro-Ministro agora tentou justificar, durante a estadia do Presidente da República em Beja, com os atrasos na modificação do regime de propriedade na região (de facto é uma parte da verdade que o Alqueva não tem avançado para beneficiar as UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária) — e nestes últimos dias o caso do arranque até 1991 da vinha numa extensão de 15 000 hectares que os viticultores iludidos pelos «prémios» da reconversão (mesmo para o olival) estão a candidatar-se numa área muito mais vasta.

A convulsão bolsista internacional e as suas repercussões na especulação da Bolsa em Portugal, a queda em flecha do dólar e os prenúncios inequívocos de uma nova recessão da economia capitalista tornam ainda mais negras as perspectivas económicas do nosso país sob a ofensiva da reprivatização desencadeada pelo Governo cavaquista.

Avalia-se em mais de 45% a parte levada pelos grupos multinacionais estrangeiros nas verbas arrecadadas na especulação bolsista em Portugal. Foi para o bolso dos grandes especuladores da alta finança internacional a parte de leão da nossa pequena e média poupança desbaratada na Bolsa. Não é também no aumento do investimento produtivo mas no «empochamento» privado da poupança arrebatada na especulação bolsista que aproveita o dinheiro dos pequenos aforradores, em particular dos reformados e pensionistas.

O Governo de Cavaco, dando livre curso à especulação bolsista que é agora incapaz de travar, age como aprendiz de feiticeiro que liberta forças que não pode controlar.

O aumento de liquidez tem uma base fictícia. O défice comercial — com destaque nas relações comerciais com os parceiros da CEE — saltou num mês (de Julho para Agosto) de 315 para 370 milhões de contos e a tendência é para novas subidas em flecha.

O tecnocratismo de feição monopolista de Cavaco Silva e de Cadilhe é uma ameaça e começa já a pôr em graves riscos a economia portuguesa.

**N**a frente social de massas amplia-se a luta dos trabalhadores já em directo confronto com as tentativas de imposição pelo Governo cavaquista de um tecto salarial injusto e inaceitável.

Os trabalhadores da Petrogal e na última semana os da CELCAT recorreram à greve, nesta última empresa com uma quase total participação de todos os sectores de actividade.

Na Função Pública o Governo quer agora baixar para 5,5% os aumentos que antes se propunha dar de 6%, estes já fortemente contestados pelos traba-

# Resumo

## 4 Quarta-feira

A conferência de líderes parlamentares atribui tempos no período de antes da ordem do dia: o PSD fica com 50 minutos por semana, o PS 30, o PCP 15, PRD oito e o CDS sete minutos. «Os Verdes» e a Intervenção Democrática ficam com cinco minutos cada ■ A SIP da ORL do PCP inaugura no CT Vitória uma exposição fotográfica comemorativa do 70.º aniversário da Revolução de Outubro ■ Pinto Machado demite-se do Conselho de Estado, tendo a sua demissão sido enviada por carta, em Setembro, ao Presidente da República ■ A CGTP-IN critica o aumento de pensões sociais anunciadas pelo Governo, considerando-o insuficiente ■ A Comissão Negociadora da Petrol e a administração reúnem-se, mas não chegam a acordo. As organizações sindicais admitem formas de luta mais duras ■ Mais de 160 partidos comunistas, socialistas, social-democratas, democratas revolucionários e movimentos de libertação encontram-se em Moscovo para debater a situação actual a nível internacional ■ Nicarágua alerta para possível campanha por parte dos EUA, após fuga de espião para este país ■ Primeiro-ministro grego e arcebispo de Atenas acordam nacionalizações dos bens imobiliários da Igreja ■ O Irão e o Iraque aceitam debater um plano de paz na ONU.

## 5 Quinta-feira



O Primeiro-Ministro Cavaco Silva afirma que o projecto da barragem do Alqueva só será equacionado depois das «alterações à legislação sobre o uso e posse das terras» ■ O secretário-geral do PCP é eleito para o Conselho de Estado. Os outros membros eleitos são Cavaco Silva (que será substituído por Leonardo Ribeiro de Almeida), Barbosa de Melo e Eurico de Melo, do PSD, e Vitor Constâncio, do PS ■ Os trabalhadores da CEL-CAT fazem greve de 24 horas, paralisando a 100 por cento, como forma de reclamar a aplicação imediata dos 11,5 por cento de aumentos salariais por parte da administração da empresa ■ O Tribunal de Viana do Castelo inicia o julgamento dos cinco réus dos GAL — Grupos Antiterroristas de Libertação ■ A África do Sul liberta Govan Mbeki, um dos dirigentes do Congresso Nacional Africano, depois de ter estado 23 anos na prisão. Mbeki foi posto em liberdade devido ao seu grave estado de saúde ■ Na reunião dos 178 partidos e movimentos que decorre em Moscovo, o tema central é a Paz. No início dos trabalhos Gorbachov expressou o desejo de que socialistas, social-democratas e comunistas se unam num esforço para «ultrapassar os esquemas e dogmas engendrados por outras épocas».

## 6 Sexta-feira

Cavaco Silva recebe o ministro dos Transportes moçambicano, Armando Guebuza e promete apoio financeiro a Maputo ■ Durante os trabalhos do II Congresso da União dos Sindicatos de Aveiro é afirmado que este é o distrito com mais acidentes laborais, com uma média de 26 mil por ano ■ A Frente Comum da Função Pública protesta contra proposta governamental de aumentos salariais de 5,5 por cento ■ Reclusos do Estabelecimento Prisional de Lisboa amotinam-se tendo dez presos ficado feridos. A situação é controlada em cinco horas ■ Termina a sétima sessão de negociações entre a Espanha e os EUA sobre a presença americana em território espanhol, sem acordos ■ Noburu Takeshita é eleito primeiro-ministro do Japão ■ O Presidente da Nicarágua aceita negociar o cessar-fogo com os rebeldes ■ Iraque ataca o principal centro petroquímico iraniano no porto de Bandar Khomeini.

## 7 Sábado

Hermínio Martinho põe em causa a existência do PRD, se for só «para emitir comunicados» ■ O Presidente da República, Mário Soares, regressa a Lisboa, depois de uma estada de duas semanas no Alentejo ■ O PS marca congresso extraordinário para Fevereiro ■ Eurico de Melo afirma que o Governo não pretende instalar os caças «F-16» em Portugal ■ A União Soviética comemora o 70.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro ■ O espanhol Federico Mayor é eleito director-geral da UNESCO ■ O primeiro-ministro da Tunísia afasta Habib Bourguiba, Presidente da República desde 1957, proclamando-se a si próprio chefe de Estado ■ Jonas Savimbi, chefe da UNITA, declara que voltará à guerrilha, caso a actual ofensiva desencadeada pelas FAPLA não resulte ■ EUA decide fornecer armamento ao Chade ■ A Líbia propõe aliar-se ao Irão, se os países do Golfo reatorem relações diplomáticas com o Egipto.

## 8 Domingo

Vitor Constâncio afirma que o PS não pode continuar a apresentar «esta imagem pública», a propósito da agitação interna que se verifica no partido ■ Manuel Alegre defende eventuais alianças entre o PS e o PCP, para as eleições autárquicas ■ O ministro da Indústria, Mira Amaral, defende a ligação ao gasoduto europeu com financiamento da CEE ■ Um atentado na Irlanda do Norte provoca 11 mortos e 55 feridos, enquanto decorrem as cerimónias de evocação dos mortos da guerra ■ Moçambique e Espanha iniciam conversações sobre cooperação bilateral, incluindo a luta antiterrorista ■ Italianos votam cinco referendos sobre energia nuclear e imunidade civil ■ Hussein da Jordânia inaugura a cimeira árabe de Amã.

## 9 Segunda-feira

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, diz, a propósito das eleições para o Conselho de Estado, que a votação traduz a preocupação dos comunistas e outros democratas de que o PSD pudesse eleger quatro dos cinco membros daquele órgão ■ O líder parlamentar do PCP, Carlos Brito, encontra-se com o Presidente da República e transmite-lhe a preocupação dos comunistas pelas limitações aos direitos da oposição ■ A juventude CDU da Madeira condensa visita de Alberto João Jardim à África do Sul ■ Início do encontro internacional organizado pela CGTP, subor-



dinado ao tema «Emigrantes, Cidadãos Comunitários?» ■ Chega a Lisboa o novo embaixador da União Soviética em Lisboa, Valentin Kassatkin ■ Cimeira Árabe faz tentativas para reconciliar a Síria com o Iraque com o objetivo de contribuir para o fim da guerra no Golfo ■ O sul-coreano Kim Young-Sam é nomeado candidato presidencial pela Convenção do Partido Democrático de Reunificação ■ EUA e URSS iniciam em Genebra conversações sobre a limitação dos ensaios nucleares.



## 17 Terça-feira

O PCP torna público o seu projecto de revisão da Constituição, no qual apresenta cerca de uma centena de propostas de aperfeiçoamento do actual texto ■ Segundo uma fonte ligada a armadores, Portugal poderá ficar sem navios de comércio com pavilhão nacional, optando-se pela transferência para bandeira de conveniência, caso o Governo não publique urgentemente um pacote legislativo definidor das condições de concorrência e preferência da bandeira nacional ■ Classificando de «catástrofe» o projecto de diploma que prevê a efectivação dos professores provisórios, a coordenadora das Associações de Estudantes de Letras anuncia a eventualidade de se efectuar um dia nacional de protesto, que poderá tomar a forma de greve ■ O chanceler da RFA, Helmut Kohl, é reeleito presidente da CDU (o maior partido da coligação governamental) com a mais baixa votação desde há 14 anos ■ O partido da Democracia Cristã em Itália sofre pesadas derrotas nos referendos realizados no país, que aboliram as leis que permitiam ao Governo decidir sobre o local de construção de centrais nucleares e a responsabilização dos juizes que se enganem nas sentenças proferidas.

lhadores. Na verdade os próprios números desmentem os cálculos governamentais. Não se prevêem nos estudos da CEE e da OCDE baixas inferiores aos 8% na taxa de inflação em Portugal. Logo, o que está na base das imposições salariais do Governo, é, de facto, o intento de acentuar a injusta repartição dos rendimentos a favor dos capitalistas e em prejuízo dos trabalhadores.

Na indústria têxtil e na metalurgia cresce o mal-estar entre os trabalhadores; a luta contra o não pagamento dos salários em atraso radicaliza-se em alguns sectores, em particular no Norte do País.

Professores e alunos das Faculdades de Letras ameaçam responder com novas greves ao não pagamento de remunerações em atraso e às demoras na efectivação dos professores provisórios.

Nas pescas e na Marinha Mercante alastra o descontentamento pela inoperância, desprezo e falta de consideração dos interesses nacionais na política do Governo.

É inevitável que todos estes prenúncios de real instabilidade se reflectam no panorama político-partidário que nele se afirmem as dificuldades internas dos partidos da burguesia e social-burgueses e, por outro lado, ressaltem as potencialidades e as características do partido da classe operária portuguesa — o PCP.

Enquanto nos outros partidos do quadro político português se acentuam o mal-estar e as lutas de facções e de interesses, o PCP oferece a visão de um Partido unido e coeso, numa fase de notável dinamismo, vê confirmadas as suas análises e previsões relativas à situação nacional e à gama dos problemas sectoriais da nossa sociedade.

O Plenário de quadros da Organização Regional de Lisboa, em que participaram mais de mil camaradas no último fim-de-semana, foi uma grande afirmação da vitalidade e operatividade do PCP.

Dezenas de reuniões, de plenários, de realizações políticas e culturais no plano nacional de que devem destacar-se as iniciativas de comemoração do 70.º Aniversário da Revolução de Outubro com a participação de milhares de camaradas e amigos do PCP são manifestações que atestam as potencialidades do nosso Partido.

Também a eleição de Álvaro Cunhal para o Conselho de Estado, independentemente das circunstâncias e vicissitudes que a rodearam, significou o reconhecimento do papel insubstituível do PCP na acção e no reforço das instituições democráticas.

No desenvolvimento do nosso processo democrático e da luta do nosso povo e dentre a agitação e as dificuldades internas dos outros partidos, o PCP afirma-se como uma força singular e consequente donde emanam a confiança, a serenidade e a determinação ao serviço dos interesses do povo e do País e na defesa de Portugal de Abril.

**Avante!**  
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa  
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa  
CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
Av. Santos Dumont, 57-3.º  
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livrelra,  
SARL, Serviços Centrais de Av.  
Santos Dumont, 57 - 2.º —  
1000 Lisboa  
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa  
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:  
Alcárcova de Baixo, 13 — 7000 Évora  
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:  
Rua 1.º de Dezembro, 23 —  
8000 Faro  
Tel. 24417

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 57B —  
4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra  
Tel. 28394

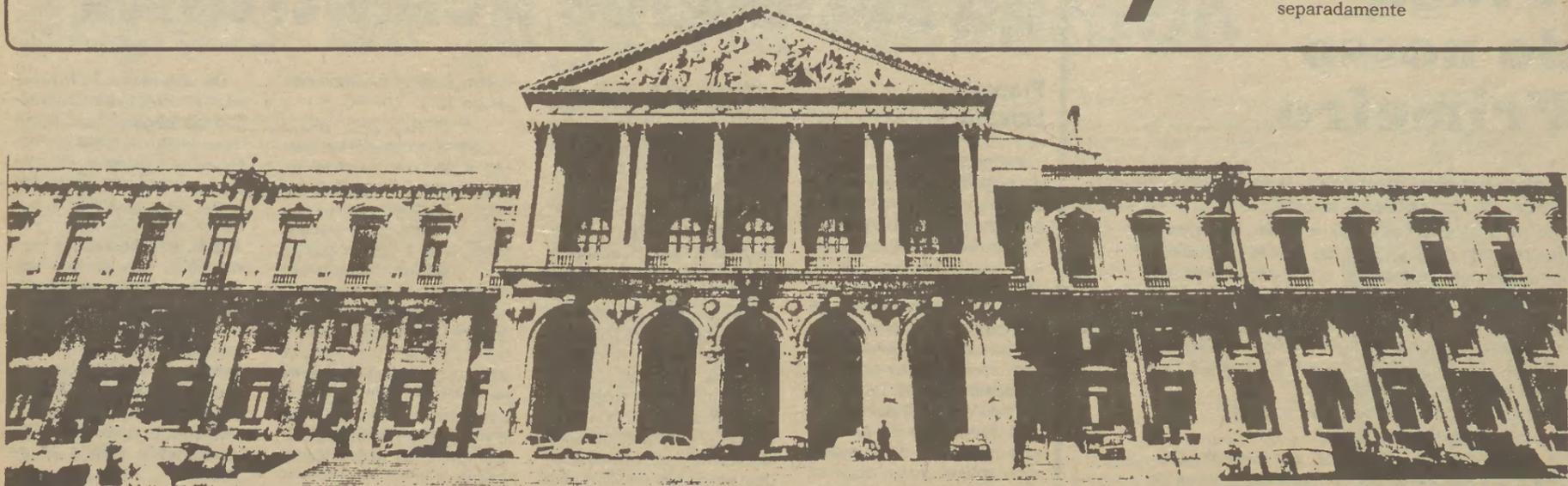
ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º  
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 — Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda St.º António dos Capuchos,  
6-B — 1100 Lisboa. Tel.  
77 69 36/77 67 50  
Porto — Rua do Almada, 18-2.º,  
Esq.º  
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska  
Portuguesa — R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/87



## Projecto de revisão constitucional do PCP Um projecto para o reforço da sociedade democrática

Assumir a defesa activa da Constituição contribuindo para que a revisão seja reconduzida ao seu respeito e se faça de acordo com as suas regras e apresentar simultaneamente propostas de alteração orientadas para «acentuar a garantia constitucional dos direitos fundamentais», introduzir certos «aperfeiçoamentos ao funcionamento do sistema político» e, por último, «aperfeiçoar a garantia da Constituição», eis os dois grandes vectores que perpassam em todo o projecto de lei de revisão constitucional apresentado pelo PCP e tornado público terça-feira última.

Tendo em linha de conta os propósitos já anunciados pelos partidos da direita parlamentar que apontam para a ruptura constitucional, o projecto do PCP surge assim a pouco menos de uma semana do termo do prazo estabelecido para a sua apre-

sentação, numa inequívoca posição de defesa da Lei Fundamental, defesa essa que passa naturalmente pela não aprovação de alterações inconstitucionais, objectivo para o qual os comunistas contam com as indispensáveis e necessárias conver-

gências com outras forças democráticas.

### Rever não é reescrever

Recordando que a Constituição é um resultado do 25 de Abril, que tendo dado expressão institucional às suas conquistas democráticas se transformou por isso em «estatuto orgânico do regime democrático», o texto de apresentação do projecto do PCP acentua que por essa mesma razão são de repudiar «quaisquer idelas de reconverter ou de reescrever a Constituição», sendo igualmente firme disposição do PCP opor-se à «substi-

tução do seu conteúdo progressista por um conteúdo ideológico de sinal contrário».

Realçando a necessidade de serem respeitados «os requisitos formais e os limites materiais» na revisão constitucional, o projecto do PCP defende ainda, com vista ao fortalecimento da vida democrática, «as normas consagradoras das conquistas essenciais» contemplando por outro lado no seu articulado melhorias no que diz respeito à protecção de direitos, ao reforço de garantias e à introdução de «alguns aperfeiçoamentos em certos aspectos do sistema político».

Embora receptivo à possibilidade de encarar alterações às suas próprias propostas, «desde que se traduzam em aperfeiçoamentos da Constituição», o PCP afirma no entanto desde já a sua total oposição às propostas já anunciadas pelo PSD e CDS visando a ruptura constitucional e a desfiguração dos «princípios fundamentais da República e do Estado».

Estão neste caso, como é salientado no documento, todas as propostas tendentes a «reduzir as garantias e os próprios direitos dos trabalhadores, eliminar as normas que consagram as nacionalizações e a Reforma Agrária e asseguram a subordinação do poder económico ao poder político democrático, distorcer o sistema eleitoral proporcional afectando a representatividade dos titulares de cargos políticos, descaracterizar as autonomias regionais e a autonomia do Poder Local, adulterar as regras e limites aplicáveis à própria revisão constitucional».

### Não ao retrocesso

Também em relação à alegada excessiva «ideologização» do actual texto constitucional o PCP toma uma posição clara. Admitindo a possibilidade de alterar algumas formulações, os comunistas não aceitam entretanto que a pretexto de uma suposta «desideologização» ou «expurgação de elementos polémicos», se procure «retirar da Lei Fundamental todos os conceitos ou formulações progressistas, para as substituir por outras

carregadas de ideologia de sinal contrário ou por «silêncios constitucionais» que, longe de significarem «neutralidade» ou «consensos», representariam na opinião do PCP «retrocessos e verdadeiros compromissos com as causas mais profundas das injustiças, desigualdades e atrasos que alinda marcam a sociedade portuguesa».

Quanto aos outros temas que a monumental máquina de propaganda ao serviço da direita tem procurado colocar no centro do processo de revisão constitucional, também em relação a eles o PCP assume uma postura de clara rejeição. Com efeito, são inaceitáveis quaisquer modificações que apontem para a descaracterização do estatuto constitucional do direito à greve e à redução dos direitos das organizações dos trabalhadores, tal como a «substituição do princípio da irreversibilidade das nacionalizações pela sua livre reversibilidade e a abolição do próprio conceito da Reforma Agrária e o impulsivo constitucional da restauração do latifúndio».

A restrição das garantias do pluralismo, objectividade e independência nos órgãos de comunicação social, o esvaziamento do Serviço Nacional de Saúde, o ataque à maternidade livre, a adulteração do sistema de eleição de titulares de cargos políticos, ou a consagração de mecanismos de cunho plebiscitário, constituem ainda outras tantas matérias em relação às quais os comunistas procurarão opor-se com determinação.



Momento da conferência de imprensa no decorrer da qual foi dado a conhecer aos jornalistas o projecto de lei de revisão constitucional apresentado pelo PCP. Um projecto, como foi afirmado, equilibrado, atento aos problemas de aplicação da Constituição, sensível às áreas do seu enriquecimento face a novas aproblemáticas, adequado ao actual quadro político e aos seus perigos, responsável e preocupado com o aperfeiçoamento das instituições

Gilberto  
de Oliveira

## MEMÓRIA VIVA DO TARRAFAL

Colecção  
«Resistência»

edições  
Avante!



Assembleia da República

## Um projecto para o reforço da sociedade democrática

### A fuga do nosso Primeiro

Cavaco Silva entra pelos olhos dentro do País à força, mas também com esforço.

À força, porque a Televisão, a Rádio, e a quase generalidade da Comunicação Social não fazem outra coisa que apresentar o homem a propósito de tudo e de nada. Sobretudo de nada.

Com esforço, porque o nosso Primeiro faz o que pode para impingir uma imagem de segurança e autoridade — uma ambição que deve perseguir desde pequenino, tal o desvelo.

Desvelo que podemos apreciar nos mais surpreendentes pormenores.

Na maneira de se apresentar, por exemplo. Os seus fatos não enrugam, a marrafa é à prova de temporal, a gravata não tem autorização de sair do lugar e até os dentes são largos e bem destacados uns dos outros, como se a Natureza houvesse querido avisar que, ali, cada coisa tem o seu sítio. Até um dente.

Quanto aos seus discursos, não deve haver um português que lhes tenha escapado. Daí podermos afirmar, sem temer o exagero, que todo o País sabe que Cavaco Silva é um irreduzível defensor da autoridade, da ordem e do progresso da Pátria. E sabe-o porque lho ouviu. A ele e a outros.

Tal como lhe ouviu falar de coragem — talvez o atributo em que mais se revê, tanto dele se gaba: coragem para privatizar o «ruinoso sector público», coragem para «incentivar» o «laborioso sector privado», coragem para destruir «a Constituição marxista», coragem para ter coragem, que é, pelos vistos, do que o País anda precisadíssimo.

Ora segundo o «Expresso» da semana passada — sempre bem informado acerca das grandezas e miudezas do nosso Primeiro — Cavaco Silva foi assistir ao jogo Porto-Real Madrid, nas Antas, honrando com a sua presença o que, há vários dias, era considerado por muitos «a final antecipada» da Taça dos Clubes Campeões Europeus.

A sua presença foi anunciada e assinalada e o público aplaudiu: o Primeiro-Ministro tivera a coragem de ir enfrentar ao vivo, o importante desafio. Cavaco Silva agradeceu tão merecidos aplausos e rumou aos balneários. Era necessário encorajar os atletas que, dali a minutos, iam «dar o litro» em campo. Vai daí tratou de os alertar para o facto de estarem a representar «não apenas o Porto, mas todo o País».

Posto isto, sentou-se e pôs-se a ver o jogo de tribuna. Ali, com toda a autoridade. E sem rugas. Só que logo a seguir ao segundo golo do Real Madrid — desaire, como sabemos, inequivocamente indiciador que aquilo tinha dado para o torto em relação às nossas aspirações — Cavaco Silva abandonou o estádio, o jogo, os jogadores e o público, não esperando que o encontro terminasse.

Os jogadores ficaram em campo, sozinhos, a representar «não apenas o Porto, mas todo o País».

O público ficou nas bancadas, sozinho, sem hipóteses de tornar a aplaudir a coragem do Primeiro-Ministro.

O Primeiro-Ministro ficou lá fora, sozinho, a transformar de uma hora para a outra um «jogo nacional» num jogo de quem o quisesse aturar. Menos ele.

Ele é excelente a receber ovações de estádio, quando toda a gente está ali para ganhar. Ele não perde uma oportunidade para encorajar atletas, sobretudo quando se preparam para representar «não apenas o Porto, mas todo o País».

Ele não hesita em ocupar a tribuna de honra, se as televisões da sua Europa o estão a filmar em directo.

Ele faz tudo, menos uma coisa: ter a coragem de perder.

É que este homem é, de facto, um vencedor nato.

E a fugir assim, não há derrota que o agarre.

#### Propostas inovadoras

No texto de apresentação do projecto de lei de revisão constitucional do PCP entregue terça-feira na Mesa da Assembleia, assinala-se serem igualmente não aceitáveis as propostas que consagram a chamada «**moção de censura construtiva**», sendo por sua vez encaradas com apreensão as teses de «**globalização do processo de revisão constitucional e dos processos de aprovação de certas leis, que é susceptível de traduzir-se no esvaziamento da Constituição**».

Mas se o actual processo de revisão da Constituição da República constitui para os comunistas uma importante batalha por forma a impedir a sua subversão e destruição ele é também simultaneamente uma oportunidade para introduzir na Lei Fundamental propostas que a aperfeiçoem e melhorem.

Foi levando em conta a riquíssima experiência destes anos da vigência da Carta Fundamental que o PCP apresenta no seu projecto várias propostas de alteração subordinadas a três grandes princípios orientadores: acentuar a garantia constitucional dos direitos fundamentais, aperfeiçoar o funcionamento do sistema político e, por último, aperfeiçoar a garantia da Constituição.

Importa ainda referir que as propostas apresentadas dentro destes três princípios introduzem várias inovações de que destacamos a, título de exemplo, no plano da garantia constitucional dos direitos fundamentais, o reconhecimento aos cidadãos de meios processuais céleres hoje inexistentes para a sua defesa eficaz, o estabelecimento como incumbência da igualdade (Artigo 13.º), fixando novas limitações e cautelas em matéria de suspensão do exercício de direitos (Artigo 19.º), e aperfeiçoando o regime de responsabilidade das entidades públicas que

violem direitos fundamentais (Artigo 22.º).

Com o processo de revisão a decorrer no meio de uma intensa campanha das forças de direita e de pressões e chantagens visando condicionar a opinião pública e os partidos da oposição democrática, o PCP considera que o respeito pelas regras estabelecidas na Constituição constitui no momento presente «**uma questão central**» da qual depende não apenas o processo de revisão como também o próprio futuro do regime democrático.

Daí que para o PCP a batalha em defesa da Constituição se afigure hoje como uma tarefa de todos os democratas e patriotas, de todo o povo português, de molde a que seja garantido que a Constituição continue a ser a «**Carta das liberdades dos cidadãos, dos direitos dos trabalhadores e das grandes transformações socioeconómicas, o estatuto de um Estado assente na vontade e na participação popular, enfim, a Lei Fundamental do regime democrático que o povo português conquistou com o 25 de Abril**».

### Álvaro Cunhal no Conselho de Estado

O Secretário-Geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, é uma das cinco individualidades eleitas pela Assembleia da República em representação deste órgão de soberania no Conselho de Estado. Na eleição, realizada faz hoje oito dias, foram igualmente apurados para representar o Parlamento Cavaco Silva, Barbosa de Melo e Eurico de Melo, do PSD, e o líder socialista, Victor Constâncio.

A lista apresentada pelo PCP recolheu 47 votos, enquanto a lista do PSD obteve apenas 135 dos 148 possíveis. Integrando 60 deputados, o Grupo Parlamentar do PS obteve na sua lista um total de 45 votos.

Para além dos 31 votos dos deputados

eleitos pela CDU (PCP, «Verdes» e «Intervenção Democrática») contribuíram para a eleição de Álvaro Cunhal os votos provenientes de outras bancadas parlamentares.

Recorde-se que a não eleição do dirigente comunista, ou seja a não obtenção do número suficiente de votos na lista apresentada pelo PCP (38 votos em princípio), implicaria automaticamente, de acordo com o método de Hondt, a eleição de um quarto elemento do PSD.

Nestas circunstâncias, terão assento no Conselho de Estado, em representação da Assembleia da República, um elemento do PCP, um do PS e três do PSD.

## Associações de Estudantes Novo prazo para a sua regularização

As Associações de Estudantes dispõem agora de um prazo que se estende até 31 de Julho para apresentarem os elementos previstos na lei de molde a regularizarem a sua situação. Esta disposição resulta da aprovação terça-feira última de um projecto de lei apresentado pelo PCP em virtude de o Governo não ter aplicado a Lei das Associações de Estudantes em diferentes domínios, designadamente por não ter sequer iniciado o processo definido para a sua regulamentação, nem estabelecido a legalmente obrigatória consulta prévia às Associações de

Estudantes.

A solução preconizada no projecto do PCP, ou seja, a prorrogação do prazo previsto no artigo 31.º da lei, como salientou Rogério Moreira, será assim «**a única forma de não inviabilizar que centenas de AEs já constituídas possam beneficiar dos direitos definidos na lei**», garantindo-lhes simultaneamente o «**adequado tratamento legal**».

Aprovada por unanimidade em Abril passado, recorde-se que a Lei das Associações de Estudantes tem recebido um acolhimento francamente favorável por parte da gene-

ralidade dos dirigentes associativos estudantis, situação que não será estranha ao facto de a lei impor o reconhecimento — ao contrário da marginalização que caracterizou a situação anterior — de amplos direitos de participação política e social aos estudantes.

Como bem lembrou o jovem deputado comunista Rogério Moreira contra as tentativas de tutelas e ingerências na vida interna das AAEE a lei consagrou na altura «**o respeito pela autonomia, pela organização própria dos estudantes e das suas Associações**».



Rogério Moreira



A gesta heróica dos povos da U.R.S.S. na defesa da sua pátria socialista.

na defesa da pátria socialista



edições Cavante!

CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO LENINISMO

Assembleia da República

# PSD quer mudar as regras do jogo depois do jogo ter começado

As alterações propostas pelo PSD ao normal funcionamento da Assembleia da República através da revisão da sua lei orgânica e do regimento, bem como os projectos em carteira do partido maioritário no sentido de cercear a liberdade de informação, estiveram de novo em foco no Parlamento por iniciativa do PCP, desta feita por intermédio do deputado Jorge Lemos que retomou o lugar na bancada comunista em substituição do independente Anselmo Aníbal.

Orientados para limitar gravemente a actividade dos partidos da oposição, sem falar nos intuítos de monopartidarizar a gestão da Assembleia da República e de diminuir o seu papel e capacidade de intervenção, os projectos do partido do Governo têm suscitado desde o início da presente legislatura sérias preocupações e fortes críticas da oposição, sendo interpretados como uma inaceitável modificação das normas que regem democraticamente a vida parlamentar.

## Fazer batota

Para a bancada comunista, que defende que o funcionamento da Assembleia não deve andar ao sabor das «vontades de maiorias conjunturais», é ilegítimo e constitui um autêntico escândalo que o PSD aproveite a maioria que dispõe para inverter as regras do jogo a seu favor, num processo que inevitavelmente conduzirá, caso venha

a fazer vencimento, a graves limitações à «livre expressão democrática e plural de todos os agentes parlamentares».

Só tendo em vista o progressivo silenciamento da oposição se poderão entender, pois, as propostas do PSD que dificultam as actividades da oposição, restringindo nomeadamente o número de marcações de ordem do dia, a duração de uso das palavras, as interpelações e perguntas ao Governo e que chegam mesmo ao ponto de acabar com os agrupamentos parlamentares.

A monopartidarização da gestão da AR para que apontam os projectos do PSD foi por sua vez considerada «inaceitável» por Jorge Lemos que igualmente classificou de «inqualificáveis» as propostas que diminuem a intervenção deste órgão de soberania. A título de exemplo recorde-se a imposição de restrições no apoio aos deputados e grupos parlamentares, medidas estas que no entanto não afectariam o partido do Governo que veria, pelo contrá-

rio, as suas condições de funcionamento «significativamente melhoradas».

Estabelecendo as diferenças entre as palavras e os actos na postura do PSD, Jorge Lemos lembraria a propósito que enquanto os seus deputados enchem a boca com «louvaminhas à aproximação dos eleitos com os eleitores» na prática, depois, opõem-se expressamente a tal possibilidade, como ainda recentemente aconteceu, ao impedirem «a consagração de mecanismos legais» que abririam caminho a essa desejável aproximação.

## Silenciar a oposição

Mas seria em torno do processo de privatização em curso no campo da comunicação social e designadamente dos ataques à liberdade de informação que Jorge Lemos centraria na segunda parte da sua intervenção com particular acutilância as suas críticas, tecendo desenvolvidamente diversas considerações sobre estas matérias, o que acabaria por provocar evidente incómodo na bancada do PSD, suscitando vários pedidos de esclarecimento.

Começando por recordar, que a existência do sector público da comunicação social é em si próprio «uma garantia institucional da liberdade

de expressão e de informação» o deputado comunista referiu depois que a perspectiva da sua destruição abalará essas garantias, facilitando simultaneamente «o estreitamento dos espaços de diálogo, a uniformização e o monólogo, o silenciamento da oposição».

«A liquidação do sector público de comunicação social propiciaria a alguns (nacionais e estrangeiros) chodudos lucros e meios de poder mas não traria mais liberdade de informação para todos», afirmou Jorge Lemos para mais adiante acentuar que a privatização corresponde de um modo geral, «à degradação da qualidade, preferindo-se a salsicha, o enlatado e o concurso argentino ao programa/artigo de características culturais».

E quanto à falta de pluralismo e manipulação habitualmente imputados aos órgãos de comunicação do sector público, Jorge Lemos sublinhou que tais males não resultam da sua essência mas sim do «modo como o Governo, seus gestores e demais pessoal de confiança deles têm usado e abusado». «E o PSD sabe-o bem, demasiado bem», disse.

## Lei da rolha

Detendo-se ainda nos propósitos governamentais tendentes a exercer um apertado

controlo da comunicação social, o deputado comunista trouxe a lume a proposta da lei da rádio recentemente apresentada, com a qual, referiu, se pretende «reduzir e espalhar direitos constitucionais como o direito de antena e impor coletes de força ao direito próprio dos partidos da oposição de réplica às declarações políticas governamentais».

Criticando o Governo por pretender a exclusividade na abordagem e na definição dos critérios para o regime de licenciamento das rádios locais e por tentar governamentalizar as carteiras profissionais dos jornalistas, o orador recordou ainda que estes propósitos fazem parte de um plano mais vasto do PSD destinado a instituir ao seu serviço um «exército de propagandistas» que complete a projectada «lei da rolha».

«Ela já aí está, de resto — afirmou da tribuna Jorge Lemos — nos muros do silêncio erguidos à actividade de pesquisa dos profissionais de informação. Florescem os oficiosos, as tesouras censórias, a imposição da verdade oficial a todo o custo, as proibições de contacto, as centrais de desinformação activa».

Depois de enumerar circunstanciadamente as graves ilegalidades que caracterizam o processo de nomeação do director de informação da



Jorge Lemos

Agência Lusa — recorde-se que foi imposto contra o parecer unânime do conselho de redacção — ilegalidades que o Governo tem despididamente repetido de vários modos noutras áreas, o deputado comunista rematou a sua intervenção afirmando que a Assembleia «não pode tornar-se num local marcado pelo silêncio dos cemitérios, como pretenderia o PSD. A comunicação social não pode transformar-se em caixa de ressonância governamental. É o debate das ideias que está em causa».

# No sector agrícola corre-se o risco de não suportar choque europeu

A difícil situação em que se encontram milhares de agricultores em diversas regiões em consequência das fortes chuvadas e temporais que assolaram o País foram objecto da atenção do Plenário da Assembleia da República. A iniciativa pertenceu ao Grupo Parlamentar do PCP que através do seu deputado Álvaro Brasileiro traçou na passada semana um quadro rigoroso das preocupações que percorrem os homens do campo e dos avultados prejuízos que estão a sofrer. Entre as culturas mais atingidas contam-se o arroz, o milho e o amendoim, sendo também de grande monta os prejuízos nos pastos e nas palhas, facto que agravará os problemas com a alimentação dos gados.

Exprimindo o sentir generalizado dos agricultores, Álvaro Brasileiro pôs em relevo o facto desta situação estar a obrigar a que grande parte da produção seja feita à mão (com o consequente agravamento dos custos), colocando com crescente acuidade a falta de um seguro de colheitas que «cubra efectivamente os riscos de acidentes climáticos».

Embora de outro tipo, não são menores, entretanto, os problemas enfrentados pelos produtores de tomate a braços com a recusa dos industriais do tomate em pagar os fretes dos transportes da produção à transformação, num claro desrespeito por compromissos anteriormente assumidos com os agricultores.

Acresce ainda, segundo afirmou o deputado comunista, que para além de não pagarem os fretes tal como es-

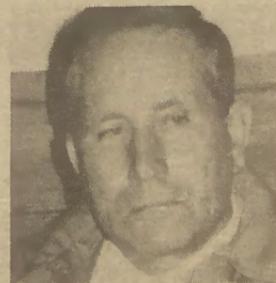
tipulam normas da CEE, algumas fábricas continuam a não pagar aos produtores (calcula-se que a dívida ronda os 500 mil contos), circunstância que os prejudica gravemente e que leva em muitos casos a não poderem assumir os seus compromissos com a banca ou com os fornecedores.

Com prejuízos na campanha de 1986 estimados em cerca de três milhões de contos, os produtores de tomate receiam também que a escassa produção de 70000 toneladas na campanha deste ano — muito longe portanto da quota de 120000 toneladas de concentrado de tomate negociada com a CEE — possa trazer «riscos imprevisíveis» para esta cultura, caso não sejam adoptadas as necessárias e urgentes medidas.

A comemoração no passado mês do Dia Mundial da

Alimentação, foi ainda pretexto para Álvaro Brasileiro recordar a decisão da FAO de o dedicar este ano à vida dos agricultores e para tecer algumas considerações sobre o estado em que se encontra a agricultura portuguesa, como bem lembrou, a «poucos anos do final da primeira etapa do período de transição» concedido pela CEE para a modernização do nosso aparelho produtivo agrícola.

A este respeito, acentuou, continua a ser inexistente ou «injustificavelmente incipiente» o apoio técnico de campo, a extensão rural e a vulgarização, o material de



Álvaro Brasileiro

propagação vegetativa, as infra-estruturas de preparação e comercialização, o fomento de culturas de adaptabilidade irrecusável, a renovação de pomares.

«A continuarmos assim — disse Álvaro Brasileiro — a agricultura portuguesa



António Mota

não suportará o choque europeu, o pequeno agricultor será esmagado, agravar-se-á a dependência alimentar».

## Trás-os-Montes

Também os problemas de Trás-os-Montes e as aspirações das suas gentes estiveram em foco na Assembleia por intermédio do deputado comunista António Mota.

Na ocasião, saudou um colóquio recentemente realizado na Régua onde foram debatidos diversos problemas que afectam a região, nomeadamente no Vale do Douro, mas sublinhou que tal não chega, sendo absolutamente necessárias e urgentes «medidas concretas e efectivas de investimento e de apoio» para o seu desenvolvimento.

Na opinião do deputado comunista tais medidas deverão incidir prioritariamente nas vias de comunicação — «factor essencial para a aproximação das populações e para o progresso económico», disse — e na resolução dos problemas que se prendem com a agricultura, sector que ocupa larga percentagem da população.

Enumerando dois desses problemas, António Mota citou o esquema de implantação da rede nacional de abate e o dos mercados de origem que poderão, caso se mantenham, tornar economicamente inviável a produção para o mercado e, por outro lado, a extinção do regime de exclusividade de recolha de leite nas áreas organizadas.

O não aproveitamento dos recursos hidro-agrícolas bem como a falta de escamanto da batata, são outros tantos problemas levantados por



Lourdes Hespanhol

António Mota que acabou por lançar um desafio ao Governo: «o próximo Orçamento de Estado constituirá uma excelente oportunidade para aquilatar das propostas de investimento por parte do Governo para aquela região e também do grau de realização dos programas inscritos no anterior Orçamento».

## Alentejo: terra de potencialidades

A deputada Lourdes Hespanhol do Grupo Parlamentar do PCP, pôs também em relevo na passada semana as realidades e problemas com que se debate o Alentejo, chamando a atenção nomeadamente para as aspirações de progresso e de estabilidade das suas populações e para o notável trabalho desenvolvido nos últimos anos pelas autarquias.

Enumerando exaustivamente algumas das imensas potencialidades da região — da agricultura à exploração do riquíssimo subsolo, passando pelo turismo — Lourdes Hespanhol concluiu que só a política de abandono e desprezo desde sempre revelada pelo Poder Central pode explicar a situação de atraso e as dificuldades que se fazem sentir na região.

## Nacional

## Encontro CDU em Alcochete

Problemas relacionados com os transportes das populações estiveram em foco no 1.º Encontro Concelhio da CDU realizado no último sábado em Alcochete. Os participantes nesta iniciativa avançaram a necessidade de formação de uma comissão que relance a problemática dos transportes fluviais, no-

meadamente no que respeita à ligação com a capital.

O Plano e Orçamento camarário para 1988, a ligação dos eleitos às populações e o repúdio pelo anunciado alargamento do campo de tiro de Alcochete foram também temas em relevo no debate.

## Novo CT da DORS

### ● Atenção às bancas de Natal

A partir do próximo fim-de-semana entram em funcionamento os mercados de Natal nos Centros de Trabalho do PCP no distrito de Setúbal. Brinquedos, mobílias, artesanato, vestuário, livros, electrodomésticos e muitas novidades fazem parte do recheio dessas bancas, integradas na campanha de recolha de fundos para o novo CT da DORS.

### Pioneiros

#### de St. André

Coube ao n.º 046 o mini-rádio com auscultadores sorteado pelo núcleo dos Pioneiros de Portugal de St. André/Barreiro. Parabéns ao feliz contemplado.

## Camarada Falecido

### José Maria do Rosário uma vida de combate

No dia 4 faleceu com 67 anos depois de prolongada doença o camarada José Maria do Rosário. O seu funeral no dia 6 constituiu uma sentida manifestação de pesar de algumas centenas de camaradas e amigos que aprenderam ao longo de duros anos de luta e de camaradagem a apreciar o seu carácter íntegro e a sua extrema dedicação ao PCP.

José Maria do Rosário ainda jovem operário do antigo Arsenal da Marinha onde conheceu Bento Gonçalves, aderiu ao Partido e com apenas 16 anos foi preso e torturado pelos esbirros da PVDE (mais tarde PIDE e DGS) e enviado para a fortaleza de Angra onde esteve cerca de quatro anos.

Regressado ao Continente e como operário da antiga CUF, entregou-se de novo ao combate contra o fascismo e em 1944 passou à clandestinidade ingressando no Comité Local de Lisboa.

Em 1947, logo após a greve dos operários dos Estaleiros Navais de Lisboa, passou a integrar o Organismo de Direcção Regional do Sul, com a responsabilidade de toda a organização da Margem Sul do Tejo.

Em 1951 voltou a cair nas garras da PIDE e cruelmente submetido à tortura do sono e a brutais espancamentos mais uma vez deu provas da sua inabalável firmeza política e de fidelidade ao Partido.

Prisioneiro nos fortes de Caxias e de Peniche, do Aljube e dos infectos calabouços do Governo Civil de Lisboa sempre foi um exemplo de dignidade e de coragem para os seus companheiros de cárcere.

Era no momento da sua morte presidente da URAP (União dos Resistentes Antifascistas Portugueses) onde pôde depois do 25 de Abril dar o melhor do seu elevado espírito solidário.

No cemitério de Benfica usaram da palavra numa última homenagem ao falecido



camarada o dirigente da URAP Alexandre Castanheira que disse a certa altura do seu discurso:

«Para ti o combate antifascista não terminara em 25 de Abril de 1974. Por isso foste um dos fundadores da URAP. Sabias que continuariam a existir perigos, manobras, subterfúgios, nostalgias que ameaçam constantemente e querias ajudar um movimento de vigilância. Não estiveste só, claro está, nessa criação, mas foste pedra basilar nessa fusão de recordações dolorosas com certezas de futuro.»

Em nome da delegação do PCP, composta por Sérgio Vilarigues, Joaquim Gomes e Dias Lourenço todos da Comissão Política do CC, este último salientou a estatura moral e política de José Maria do Rosário, a sua modéstia e honradez, a sua grande lealdade como companheiro de luta e de vida.

À camarada Ofélia do Rosário e à sua família as sentidas condolências do «Avante!»

## Encontro da Juventude CDU

LISBOA · Cidade Universitária · 15 NOV. 87



## É já no domingo!

A Juventude CDU realiza no próximo domingo, dia 15, em Lisboa, um encontro que foi prometido durante a última campanha eleitoral como forma de promover a reunião posterior dos jovens que nela tomaram parte, envolvidos na atmosfera fraternal, alegre e criativa, que foi a sua característica principal.

O encontro será aberto a todos os jovens que queiram participar no debate sobre a Juventude

prova de atletismo em estrada, numa distância de 6,5 km e com chegada ao mesmo local.

**Álvaro Cunhal** estará presente no plenário (16.45 h) com livre discussão sobre as conclusões do debate previsto para este encontro da Juventude CDU

Portuguesa. Esta grande iniciativa de convívio, desporto e espectáculo, tem por fim unir os jovens vindos de todo o país, no espírito que tem animado todas as realizações da Juventude CDU.

Vejamos agora o programa do encontro.

Às 10.30 horas, na Alameda da Universidade, será dada a partida da Corrida Juventude CDU,

Às 11.00 horas, no relvado da Cidade Universitária, haverá animação desportiva com jogos de xadrez, «mini-basket» e futebol.

À mesma hora na Faculdade de Letras decorrerá uma sessão de vídeo, com programação alusiva ao encontro e especialmente seleccionada.

Às 12.30 horas, na

Tenda do Circo, especialmente montada na Alameda da Universidade, será altura de piquenique de confraternização, seguido de animação cultural e musical, vídeo gigante e discoteca, com a participação de Ana Alves, «Dialecto», «Peace

Às 16.45 horas, na Tenda do Circo, haverá um plenário, com livre discussão, sobre as conclusões do debate, e sobre as próximas actividades da Juventude CDU, com a presença de **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP.



Os jovens CDU prometeram e cumprem: vão continuar juntos nas batalhas pelo futuro

Makers», «Kaput» e «Blues Band».

Às 14.30 horas, na Faculdade de Letras, acontecerá um espaço de debate sobre as actividades da CDU.

A concluir o programa terá lugar, às 17.45 horas, um espectáculo com os artistas **Sérgio Godinho**, **Samuel**, **Henrique Viana**, **Jorge Lomba** e o grupo «Rádio Macau».

## «A. Paulo Amorim e Filhos» Empresa corticeira prepara despedimento colectivo

Em comunicado divulgado há dias aos órgãos de Comunicação Social, a direcção distrital de Aveiro do Movimento Democrático de Mulheres (MDM) alerta a opinião pública para a ameaça de despedimento colectivo na empresa corticeira «A. Paulo Amorim e Filhos», localizada em Mozelos, St.ª Maria da Feira. Em causa estão 85 postos de trabalho, 66 dos quais (76%) ocupados por mulheres. Entre os trabalhadores ameaçados contam-se alguns casais e, no total, 101 filhos menores.

Na nota que fez chegar aos jornalistas o MDM de Aveiro receia que este tenha sido o primeiro ensaio de despedimento colectivo no Distrito, e que a este, outros se sigam, não só na cortiça, mas também em outros sectores.

A gerência da A. Paulo Amorim & Filhos alega que a empresa está em situação económica difícil e que, devido a uma hipotética reestruturação tecnológica, precisará de menos trabalhadores. Porém nós soubemos que alguns dos trabalhadores, ameaçados de despedimen-

to, estão a fazer reciclagem profissional (!) — refere o MDM, que acrescenta:

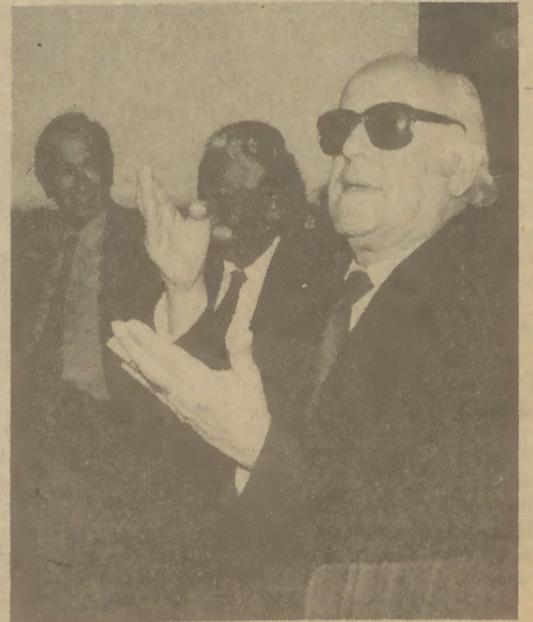
«No caso concreto, a gerência da A. Paulo & Amorim escolhe criteriosamente os trabalhadores que pretende despedir, ou seja, são todos efectivos, alguns com mais de 30 anos de casa, dois são dirigentes e uma é delegada sindical, muitos são activistas e têm-se destacado na luta reivindicativa dentro da empresa.

Se o Governo ceder às pretensões da gerência da A. Paulo Amorim, outras situações semelhantes se seguirão, afectando, tal como neste caso, especialmente as mulheres, as tradicionalmente mais discriminadas (no caso da cortiça as discriminações já chegam ao cúmulo das mulheres receberem um salário inferior ao do homem, que atinge diferenças de mais de 9000\$00).

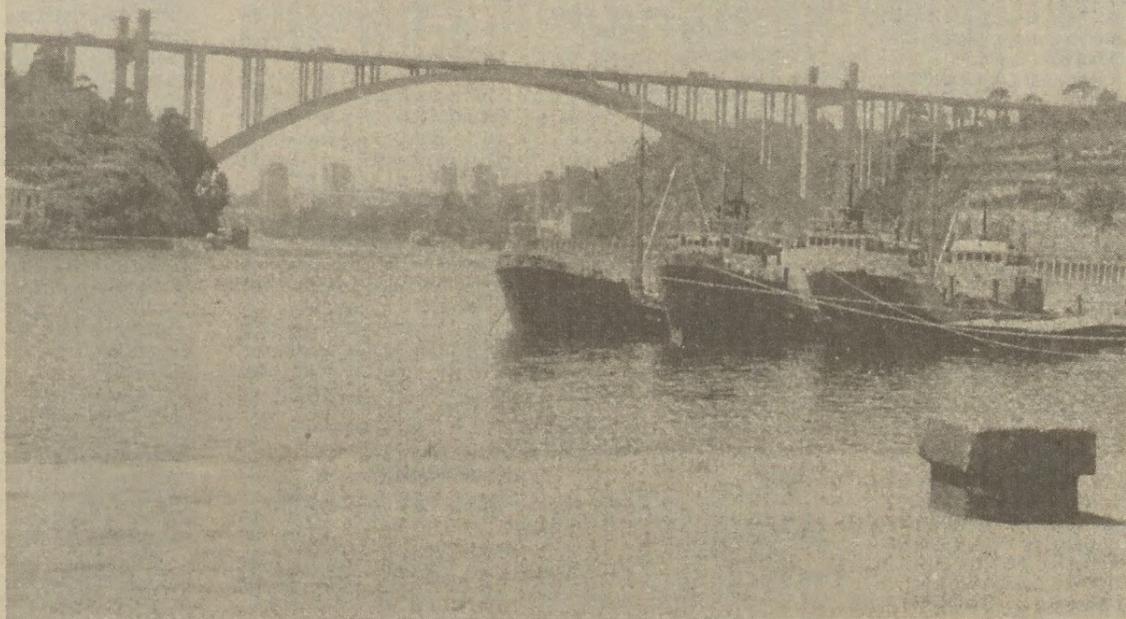
A direcção distrital de Aveiro do MDM manifesta a sua total solidariedade activa aos trabalhadores da A. Paulo Amorim, vítimas do anunciado despedimento colectivo, bem como às suas famílias.



O projecto de literatura ao vivo «Ler e Dialogar» prosseguiu na última quinta-feira no Vitória com Manuel da Fonseca e as suas «Crónicas Algarvias», numa sessão fortemente marcada pela dimensão humana e a experiência multifacetada do conhecido escritor.



PCP



## A acção nos sindicatos, CT's e empresas Encontro de quadros no Porto

Avança no distrito do Porto a preparação de um encontro regional de quadros do PCP sobre «a luta dos trabalhadores e a acção dos comunistas nos sindicatos, comissões de trabalhadores e através das células de empresa».

O encontro, que decorrerá no próximo dia 28 no CT da Boavista, é promovido pelo executivo da Direcção Regional do Porto (DORP) do PCP e contará com a presença de dirigentes e activistas sindicais, membros de CT's e

responsáveis dos principais sectores profissionais e células de empresa do PCP.

Em contacto com a nossa redacção, os camaradas da DORP definem assim os objectivos deste encontro, a começar a partir das 15 horas: discutir a situação política e social, considerar o desenvolvimento da luta dos trabalhadores e aprofundar diversos problemas sindicais e das CT's e também problemas relativos à organização do partido nas empresas e sectores profissionais.

## Natal/87 na ORP Campanha em marcha

A Campanha de Fundos de Natal, uma iniciativa da DORP para fazer face às necessidades de carácter económico do partido, é um esforço para ser realizado por todas as organizações do distrito do Porto com base em iniciativas próprias, contactos com militantes e amigos, porta-a-porta para venda de materiais. Neste momento em que os grandes sectores já assumiram os seus compromissos, é altura de ganhar todas as organizações e militantes para a justa compreensão de que recolher fundos é con-

tribuir de uma forma decisiva para o reforço do PCP.

A primeira iniciativa da Campanha de Fundos de Natal — o Grande Sorteio de Natal — está lançada. Dinamizar a venda das cautelas, cujo prémio será sorteado pela extracção de 31 de Dezembro de 1987, é agora uma das mais importantes tarefas de recolha de fundos.

Tempo de solidariedade, de troca de presentes com familiares e amigos, a época do Natal é, cada vez mais, por o orçamento de que dispomos ser mais «crescido», a altura

do ano em que nos propomos adquirir produtos de que necessitamos e, quantas vezes, adiamos «até boa oportunidade». Pois bem, de tudo um pouco haverá no Mercado de Natal da Boavista, que funcionará a partir do dia 27 de Novembro no Centro de Trabalho da Boavista, uma boa oportunidade para se comprar o que se necessita, e a bom preço, também contribuindo para os fundos do Partido.

### S. Intelectual

Foram editadas em livro as intervenções e o documento

aprovado na 1.ª Assembleia do Sector Intelectual do Porto do PCP que teve lugar em Janeiro de 1987. Esta obra contém também a intervenção de encerramento de Álvaro Cunhal.

A publicação pode ser adquirida por 500\$00 no Sector Intelectual do Porto do PCP. Será enviada pelo correio contra o envio dessa importância por cheque ou vale postal. Os pedidos devem ser dirigidos ao Sector Intelectual do Porto do PCP, Avenida da Boavista, 931/937 4100 Porto.

## «O Hospital de Famalicão está doente» — mostra a Concelhia do PCP

Em Vila Nova de Famalicão, tal como noutros hospitais, o Governo pretende desprestigiar os serviços de Saúde e criar, a curto e médio prazo, condições ao aparecimento de empresas privadas viradas para o negócio com a doença — acusa a Comissão Concelhia do PCP.

Os comunistas analisaram detalhadamente a situação e as condições de funcionamento daquela unidade hospitalar e em comunicado recente alertam a população do concelho para os prejuízos que começam a surgir para os utentes do hospital com a redução de médicos

especialistas em algumas áreas.

A palavra para a Comissão Concelhia do PCP de Vila Nova de Famalicão:

Consideramos que apenas funcionam em condições mais ou menos aceitáveis as áreas de Cardiologia e Pediatria, carecendo as restan-

tes especialidades tanto de instalações como de especialistas. É inadmissível que doentes que sofrem traumatismos neurológicos e ortopédicos tenham na sua maior parte de ser enviados para o Porto, para aí serem tratados.

Por outro lado, embora não faça parte do funcionamento do hospital (mas também é um problema que começa a ser sentido) assiste-se à degradação crescente nas roupas de cama, travesseiros e lençóis que são colocados nas camas rotas ou

já remendados.

A situação de degradação constante do hospital, tanto nos serviços prestados como na higiene e limpeza, demonstra bem quanto o Governo e o Ministério da Saúde estão apostados na destruição do Serviço Nacional de Saúde, tomando medidas que vão progressivamente diminuindo a capacidade de resposta dos hospitais à crescente procura por parte dos utentes.

As medidas de restrição financeira, aliadas a uma ausência de planificação e de

## Iniciativas no CT de Cascais

Por iniciativa da Comissão de Freguesia de Cascais vão realizar-se no Centro de Trabalho do PCP naquela localidade duas iniciativas de dinamização cultural e de convívio, aguardadas com vivo interesse.

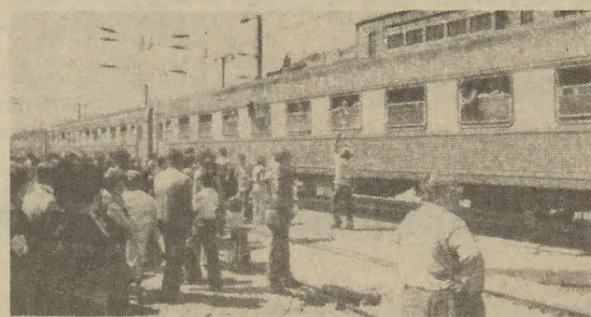
Assim, amanhã, a partir das 21 horas, haverá um debate sobre a situação no Golfo Pérsico e os problemas da paz e do desarmamento. Participará o jornalista José Goulão, do matutino «o diário».

No sábado, com início às 16 horas, as castanhas assadas, as bifanas e o chouriço serão presenças salientes no magusto-convívio que contará com a colaboração da artista Adelaide Carvalho.

Não faltes e leva um amigo. O convite da Comissão de Freguesia de Cascais do PCP aqui fica.

## Alcabideche CDU no Bairro da C. Vermelha

Com a presença do vereador da CDU na Câmara Municipal, vai realizar-se no próximo domingo, dia 15, junto ao café central um encontro com os moradores do Bairro da Cruz Vermelha, para levantamento e análise dos problemas com que se defrontam os seus residentes. A iniciativa é promovida pelos eleitos da CDU na freguesia de Alcabideche, concelho de Cascais.



## DORL toma posição O corte de linha em Sta. Iria de Azóia

Em nota de Imprensa divulgada no passado dia 4, a Direcção Regional de Lisboa (DORL) do PCP toma posição sobre os acontecimentos de Santa Iria de Azóia (bloqueio da linha férrea por populares).

Depois de sublinhar «a legítima indignação das populações que se vêem obrigadas a utilizar em condições cada vez mais deploráveis o serviço suburbano de tranvia da Azambuja», a DORL do PCP chama a atenção para os seguintes aspectos:

A degradação do serviço de transporte ferroviário prestado pela CP tem origem directa na política de sucessivos governos de direita, com particular responsabilidade para o PSD que detém há 9 e 6 anos, respectivamente, a presidência do conselho de gerência da empre-

sa e o Ministério dos Transportes.

São por demais conhecidas as gravíssimas consequências a que tal política tem conduzido: uma redução brutal das condições de segurança, de comodidade e de capacidade de oferta de transporte.

A DORL do PCP manifesta a sua compreensão e solidariedade para com a população de Santa Iria de Azóia e reclama uma vez mais do Governo as medidas adequadas para garantir um serviço cómodo e seguro à população daquela linha, nomeadamente:

- A aquisição de material circulante que permita o reforço da oferta de transporte da linha da Azambuja através da circulação de comboios de 2 composições;
- A remodelação das estações da linha norte na zona suburbana de serviço tranvia até Vila Franca de Xira;
- A instalação de meios de exploração (sinalização, rádio e telefones) que aumentem a capacidade de oferta e garantam uma efectiva segurança.

A DORL do PCP reafirma que, no cumprimento dos seus compromissos com a população, tudo fará pela sua parte para que no âmbito da discussão do OE para 1988 sejam consideradas medidas necessárias para garantir a prestação de um serviço de transporte adequado.

implementação de uma política de saúde, que não seja a da continuação da recuperação capitalista neste sector, leva-nos a considerar que a situação existente no nosso hospital vai piorar.

A Comissão Concelhia de Vila Nova de Famalicão do Partido Comunista Português vai desenvolver esforços junto da Assembleia da República, bem como da autarquia, para que os problemas do funcionamento do hospital, além de outros sentidos pela população do nosso concelho, sejam resolvidos.

# PCP O Partido e o trabalho de massas na situação política actual

Do intenso debate desenvolvido no encontro de quadros da Organização Regional de Lisboa, realizado no último fim-de-semana na «Voz do Operário», subordinado ao tema «o Partido e o trabalho de massas na situação política actual», resultou um conjunto de importantes conclusões sintetizadas num documento que viria a ser aprovado na parte final do encontro.

Os três capítulos essenciais do texto abarcam as frentes de acção consideradas prioritárias pela ORL do PCP e que durante o encontro deram origem às três secções temáticas: **o trabalho nas empresas e a frente sindical; o trabalho local e a frente autárquica; o trabalho junto da juventude.**

Nesta primeira abordagem das conclusões, vejamos, em síntese, algumas das direcções e decisões tomadas pelos quadros comunistas de Lisboa.

- O trabalho nas empresas**
- Controlar a par e passo a execução e aplicação das medidas apontadas pelo Encontro a partir do Executivo da DORL até aos secretários de célula, passando pelas comissões concelhias e OD's de sectores);
  - Realizar em cada concelho e sector, a curto prazo, reuniões dos respectivos organismos de direcção, com a participação do Executivo da DORL, com vista a encontrar

# Encontro de quadros da ORL concentrou-se nas 3 frentes prioritárias

rem as formas mais correctas de levar por diante as conclusões do Encontro;

- Realizar nos concelhos e sectores encontros de quadros para discussão do trabalho nas empresas, dando sequência à discussão feita no Encontro Distrital;
- Destacar para o acompanhamento do trabalho nas empresas os quadros com melhores condições para cumprir a tarefa à semelhança do que, acertadamente e com visíveis resultados positivos, se fez para o trabalho autárquico.
- Proceder em cada concelho e sector à tomada de medidas que assegurem o acompanhamento, em moldes correctos das células existentes encontrando para isso as formas de ligação mais ajustadas e procurando formas criativas de combater a desmotivação, tendo em conta as alterações produzidas no tecido económico e social e nas transformações no interior de cada empresa.
- Tomar medidas para um correcto enquadramento da actividade das células. (...)

**O trabalho local**

É perfeitamente possível não só manter como reforçar as posições de que dispo-

prestígio grangeado pela anterior coligação, procedendo à criação de comissões coordenadoras CDU nos concelhos e freguesias onde tal seja possível;

- O alargamento do campo unitário da CDU trazendo à participação, para além do Partido «Os Verdes» e dos elementos da Intervenção Democrática, muitos outros democratas independentes que se identificam com os objectivos da coligação;
- O reforço da identificação do lema: «Trabalho, Honestidade, Competência» com a actividade desenvolvida pelos comunistas e os seus aliados nas autarquias;
- O lançamento de uma ampla campanha de valorização do trabalho e da obra realizada nas autarquias de maioria CDU;

**O trabalho junto da juventude**

A acção do Partido junto da juventude deve ter em conta três aspectos essenciais:

- 1.º — As organizações e os membros do Partido, aos mais diversos níveis, devem ter uma acção político-ideológica interveniente e adequada à juventude e que contri-

buja para a formação progressista dos jovens e para a afirmação dos ideais do socialismo e do comunismo;

- 2.º — O nosso trabalho junto da juventude deve ter sempre presente o objectivo de construção, reforço e desenvolvimento da actividade da Juventude Comunista Portuguesa;
- 3.º — A concepção da acção juvenil deve ser menos de acções e iniciativas para os jovens e mais de responsabilização e estímulo à acção, à iniciativa, à organização dos jovens como via para a dinamização do movimento juvenil à todos os níveis.

As prioridades do trabalho do Partido devem ter em conta as principais concentrações de jovens, o seu enquadramento social, as possibilidades do desenvolvimento da acção prioritária e da nossa acção e as prioridades da JCP.

Assim, são sectores juvenis prioritários para a nossa acção: os estudantes do ensino secundário; os estudantes do ensino superior; os jovens trabalhadores; os jovens trabalhadores estudantes; os jovens desempregados; os jovens nos bairros e localidades; os jovens intelectuais e artistas.

**Medidas de direcção e coordenação do trabalho do Partido com a Juventude**

**Cooperação PCP/JCP:** A definição do trabalho junto da juventude, como uma das três frentes de acção prioritárias no distrito, exige medidas de quadros, direcção e coordenação de tipo novo para que a prioridade definida se traduza num saldo qualitativo do nosso trabalho. A acção do Partido junto da juventude não se esgota na actividade da JCP; há toda uma linha de trabalho das organizações do Partido junto da juventude que é da sua exclusiva responsabilidade. (...)

## O «segredo» do êxito...

As coisas devem chamar-se pelos seus verdadeiros nomes. E por isso é inteiramente justo que se diga desde já que o encontro de quadros realizado pela ORL do PCP no último fim-de-semana foi um êxito a todos os títulos. Pela participação, numérica e qualitativamente falando. Pelo interesse dessa participação individual e colectiva. Pela riqueza do debate e das intervenções (125 nas três secções temáticas, não contando com as proferidas por elementos das respectivas mesas; mais de 30 em plenário). E ainda pelo realismo e frontalidade das conclusões aprovadas, já no fim da tarde de domingo (aprovação por maioria, com duas abstenções), na «Voz do Operário».

Por detrás do êxito vivido e participado por «mais de mil dos mais destacados camaradas de todas as organizações da ORL» (palavras de Octávio Pato no encerramento), está, naturalmente, o trabalho, a dedicação e o esforço de muitos militantes e dirigentes do Partido. Mas algo mais: uma certa audácia, critérios de racionalidade, luta contra a rotina, dinamismo na procura de métodos para enriquecer o debate e para o tornar mais vivo, mais objec-

tivo — e também mais interessante.

Tudo isto aconteceu, de facto, no sábado e no domingo na prestigiada associação popular da capital, «Aliança Graça». E aconteceu assim porque houve uma preparação cuidada e adequada por parte dos camaradas da ORL.

A discussão decorreu essencialmente em torno das três frentes consideradas prioritárias no conjunto da acção e das preocupações dos comunistas na região de Lisboa: o trabalho nas empresas (e nomeadamente o trabalho sindical), o trabalho local (com destaque para o trabalho autárquico) e ainda o trabalho junto da jovem geração.

Foram escolhidos os participantes «adequados». Quer dizer: estiveram na «Voz do Operário» os camaradas que, tendo em conta as suas tarefas no quotidiano e a sua experiência, melhores resultados poderiam dar para o êxito da iniciativa, levando ao debate as experiências da acção nos respectivos concelhos e sectores.

Desde Setembro funcionou com dinamismo uma comissão coordenadora para acompanhar a preparação do encontro em todo o distrito. Para cada tema em foco nas

secções trabalhou anteriormente um grupo especial de camaradas, cuja acção foi determinante para o apuramento e caracterização das realidades.

Não valia a pena sobrecarregar o debate do encontro com balanços exaustivos. Partiu-se logo desses balanços, ou seja do conhecimento das realidades, para a discussão do concreto: **como atacar os problemas? como responder às situações?**

Não valia a pena transportar para a «Voz do Operário» informações e mais informações. Os dados são conhecidos. Há que ver como reforçar a ligação do Partido às massas. Foi isso que esteve no centro das preocupações dos camaradas que participaram no encontro de quadros da ORL.

Funcionando em secções (para uma discussão específica) e em plenário (para ligar os três temas), o encontro possibilitou grandes avanços na recolha de ideias preciosas para a dinamização da actividade do Partido e para o arranque corajoso no combate a várias deficiências e erros.

**Decisões colectivas só existem se houver debate colectivo** — esta

■ JPO

# Intervenção de Octávio Pato — É necessário ligar mais o Partido às realidades e aos problemas concretos

Depois de aprovado o documento com as conclusões do encontro, o camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, encerrou os trabalhos comentando a iniciativa da Organização Regional de Lisboa e abordando temas fundamentais da actividade do Partido e da situação política, social e económica do País. Da longa intervenção do dirigente comunista, publicamos já de seguida algumas passagens significativas. Como acentuou Octávio Pato, os camaradas que estiveram na Voz do Operário no último fim-de-semana saíram de lá «com a ideia e a convicção de que as conclusões deste encontro não serão papéis sem vida, serão sim conclusões que irão orientar as acções de todas as células e organizações» do Partido no distrito de Lisboa.

## Crítica e autocritica dentro do Partido

(...) O não termos receio de discutir as nossas deficiências não é uma manifestação de fraqueza, é antes uma demonstração da nossa vitalidade e da vontade política que nos anima para a vencer. Não ignoramos nem escondemos o que está

mal. Só os fracos têm medo da verdade. Somos fortes e precisamente porque ainda queremos ser mais fortes é que debatemos e criticamos o nosso próprio trabalho.

Nenhum outro partido, no nosso país, é capaz de fazer o mesmo que nós. O que diria a comunicação social, que vendaval levantaria, se tivesse acontecido o que recentemente sucedeu com o PS, que teve de adiar a reunião da sua Comissão Nacional por falta de *quorum*? E o que diria se nós fizéssemos um Congresso como o vai fazer o PS (tal como sucede noutros partidos), sem uma prévia e ampla discussão de Teses?

Importa realçar que a melhor forma de vencermos as dificuldades ou deficiências não é cruzando os braços, caindo na passividade ou na expectativa, mas lutando com espírito de militância revolucionária para as vencer.

A crítica e a autocritica são absolutamente indispensáveis à melhoria da nossa luta e do nosso trabalho e elas foram amplamente utilizadas neste Encontro e nas suas reuniões preparatórias. Há camaradas que criticam o que está mal e, ao mesmo tempo, participam nas lareiras do Partido e esforçam-se por contribuir para a melhoria da actividade do Partido. Mas convém dizer que outros há que fazem muitas críticas mas não participam nas reuniões das suas organizações e não desenvolvem qualquer actividade.

A inactividade partidária e a tendência para o negativismo geram a desmobilização e de forma alguma contribuem para o

reforço do Partido. Será através da actividade prática e dos esforços de todos que poderemos rectificar ou eliminar deficiências ou erros e essa é a melhor forma de demonstrarmos o valor da crítica e da autocritica.

A crítica, repetimo-lo, é um direito de todos os membros do Partido, é necessária e uma fonte da nossa força e capacidade para melhorar o nosso trabalho. Mas também não se pode deixar de assinalar haver camaradas que, tendo sem dúvida o direito de criticar, não podem ter o privilégio de criticar (e alguns até criticam tudo e todos), recusando a outros o direito de poderem contestar o conteúdo das críticas que fazem. A crítica é um direito de todo e qualquer membro do Partido mas todos têm igualmente o direito de contestar a razão da crítica que pode ou não ser justa.

É indispensável animar a crítica e combater a tendência de alguns camaradas para dificultar ou até abafar a crítica. Mas é igualmente indispensável que cada camarada utilize plenamente o direito de criticar dentro do Partido e contrariar e até combater a tendência de alguns (bem poucos mas sabe-se que existem) que nos seus organismos ou nas reuniões em que participam pouco ou nada dizem, ou ficam mesmo calados, e fora das reuniões recorrem a insinuações e críticas málsãs.

Um exemplo: é uma realidade indelmentável que o nosso Partido, com os nossos eleitos autárquicos e a participação dos nossos aliados, tem realizado obras e uma acção extraordinárias nos órgãos do Poder Local onde somos maioritários (como é o caso das CM de Loures, Vila Franca de Xira, Amadora e Sobral de Monte Agraço), assim como em CM onde estamos em minoria.

Se há lacunas, erros ou deficiências na acção do Partido e dos nossos eleitos nessas Câmaras, é evidente que há que discutí-los e junto de todas as pessoas. Para eles tudo está mal e esquecem-se de referir o muito de bom que se tem feito, e a verdade é que nas CM onde somos maioritários, o positivo, o bom trabalho, a obra extraordinária realizada, sobreleva, e de longe, as deficiências ou lacunas que se possam apontar.

Quem não entende isto, e quem valoriza o negativo em lugar de valorizar o positivo que caracteriza a acção do Poder Local onde somos maioritários, é evidente que, talvez sem se aperceber, está objectivamente a lutar contra o nosso próprio Partido e a colaborar com as forças que desejariam arredar-nos dessas autarquias e substituir-nos por forças de direita.

(...)

**Interesse nos dois dias de trabalhos — uma nota saliente no encontro de quadros da Organização Regional de Lisboa realizado no último fim-de-semana na «Voz do Operário». Interesse manifestado tanto nas sessões plenárias como nas três secções de debate deste encontro: o trabalho nas empresas, o trabalho local, o trabalho junto da juventude. Interesse simbolizado nestas imagens captadas já na parte final da iniciativa, quando o camarada José Casanova, da Comissão Política do Partido, apresentava as alterações aceites para o projecto de conclusões.**

## Renovação dos quadros e das organizações

(...) O reforço e a renovação das organizações através do recrutamento de homens, mulheres e jovens, em especial dos que já participam em lutas, em movimentos unitários e em actividades progressistas, é uma necessidade constante.

Mas a renovação não significa somente quadros mais jovens, mas também a promoção de outros quadros com provas dadas, de forma a assegurar a melhoria das organizações e maior ligação às massas. Isto é válido para todos os organismos, incluindo o próprio Comité Central.

A renovação de quadros, incluindo os do Comité Central, é uma necessidade constante. A campanha ideológica da direita esforça-se por tentar convencer as pessoas desinformadas de que no PCP não há renovação de quadros. Não hesitam em



recorrer à calúnia. Outras vezes lançam nomes a quem fazem «cantos de sereia», com vista a lançar confusões.

Mas escondem que no X Congresso do Partido se procedeu a uma não pequena renovação de quadros dirigentes.

No X Congresso, no total de 165 membros do CC eleitos, 92 tinham menos de 40 anos e 122 menos de 45. Dos 25 membros da Comissão Política e do Secretariado eleitos 11 tinham menos de 40 anos.

No X Congresso foram chamados ao CC novos camaradas e o mesmo se verificou com a Comissão Política e o Secretariado do Comité Central. Nos 4 anos que nos separaram do X Congresso, bastantes camaradas, muitos deles bastante jovens, foram chamados às DOR's e outros organismos de Direcção. A ORL, na sua 1.ª Assembleia elegeu uma Direcção Regional composta por 63 camaradas, dos quais 50,8% eram operários. Actualmente, conta com 60 camaradas. A sua Comissão Executiva e o seu Secretariado contam, respectivamente, com 13 e 6 camaradas. Em tais organismos participam alguns camaradas que já foram promovidos depois da 1.ª Assembleia da ORL. Será justo salientar que a DORL, assim como os seus organismos executivos, têm tido um estável e regular funcionamento colectivo, estão coesos e unidos e esforçam-se por melhorar a eficácia do seu trabalho, como é exemplo disso a realização deste grande Encontro de Quadros.

Podem dizer-se com toda a propriedade, que o trabalho colectivo da Direcção e a renovação de quadros tem sido uma constante e que uma das razões essenciais que determinam a firmeza ideológica do PCP, a sua grande combatividade, capacidade, coesão e unidade, deve-se à justa política de quadros, à composição social determinante de operários, e à fusão do que talvez possamos chamar a fusão dos «novos» e dos «velhos» quadros. É bom lembrar que no nosso Partido não existe qualquer distinção entre os militantes que já eram membros do Partido antes do 25 de Abril e os muitos milhares de membros que ingressaram no Partido após o 25 de Abril.

Na preparação do XII Congresso, os problemas relacionados com a estrutura e composição dos órgãos centrais do Partido serão, sem dúvida, analisados com grande objectividade.

Ser ou não ser do Comité Central ou de qualquer outro organismo do Partido, não é um cargo vitalício, nem honorífico, sem correspondência com as tarefas que se desempenha. Como sempre, teremos de analisar os quadros em função da

sua dedicação, da sua disponibilidade, da sua origem de classe, da sua capacidade e fidelidade aos princípios ideológicos que definem o PCP. As vezes, há quem sugira nomes para cargos de Direcção sem sequer os conhecerem, sem ter em conta a actividade corrente que desenvolvem e nada sabem quanto à disponibilidade revolucionária para o desempenho de tarefas de Direcção.

As forças de direita bem desejariam que fossem afastados do Comité Central e dos seus organismos de Direcção todos os que são designados pela campanha ideológica da reacção como «ortodoxos», os chamados da «velha guarda» e outras coisas do género. Estamos certos de que o XII Congresso e o Comité Central que então for eleito, saberão tomar as adequadas decisões. Mas não serão, seguramente, decisões para satisfazer as forças da reacção, mas sim as que estejam em conformidade com os interesses e as exigências do trabalho do Partido e da luta dos trabalhadores e do povo português.

## A revisão da Constituição

A direita está a confirmar uma vez mais que o que pretende não é uma revisão constitucional nos termos e limites da Constituição mas um conjunto de alterações profundas, que significariam a subversão e a ruptura com o regime nascido com o 25 de Abril.

Neste momento ainda só é conhecido o projecto do CDS. Mas o «Expresso» (de 31 de Outubro) e as declarações de dirigentes do PSD mostram com clareza o que pretendem o PSD e o CDS em alguns aspectos essenciais. Referimos a título de exemplo:

- A redução do número de deputados e a alteração da lei eleitoral para a Assembleia da República com o propósito confessado de «desvirtuamento da proporcionalidade do voto» (citei o «Expresso»), isto é, de alterar a correspondência entre o número de votos e o número de mandatos;
  - A realização de eleições para o Presidente da República, mesmo em países estrangeiros em que existem ditaduras fascistas e não há quaisquer condições de propaganda democrática ou de fiscalização que impeça chapelas eleitorais;
  - A transformação artificial de maiorias relativas em maiorias absolutas nas Câmaras Municipais, sem respeitar o voto dos eleitores;
  - A criação de condições para um maior controlo da comunicação social pelo grande capital e pelo Governo, desmantelando o Conselho de Comunicação Social e entregando ao grande capital privado os meios de comunicação social do Estado;
  - A substituição da consagração constitucional das nacionalizações e da coexistência do sector público, privado e cooperativo pelo privilégio ao sector capitalista;
  - A eliminação da Reforma Agrária e das Unidades Colectivas de Produção do texto constitucional;
  - A restrição séria dos direitos das Comissões de Trabalhadores;
  - A eliminação do carácter gratuito do Serviço Nacional de Saúde e a substituição do princípio da socialização da medicina pelo princípio dito da «privatização», isto é, do predomínio dos interesses individuais sobre os interesses colectivos.
- Estas e outras alterações propostas pela direita demonstram que estamos perante projectos que não são de revisão mas sim de ruptura com traços essenciais da Constituição de Abril.
- Perante este quadro, o PCP não assume uma posição passiva ou expectante. Com as massas populares, com os demo-

cratas, empenhar-nos-emos activamente para que o processo de revisão constitucional não se traduza numa ruptura com a democracia nascida do 25 de Abril.

A revisão constitucional não é assunto de técnicos e especialistas apenas. Não é assunto que diga respeito exclusivamente aos deputados. Diz respeito aos trabalhadores, ao povo e aos democratas, e por isso é necessário que todos assumam uma posição combativa e interveniente neste processo. As próprias posições finais do Partido Socialista e o resultado da revisão poderão ser em boa medida determinados pela luta das massas populares e dos democratas portugueses.

(Em seguida o dirigente comunista caracterizou as grandes linhas de força do projecto de revisão da Constituição antontem apresentado.)

## Os que mudaram de rumo...

(...) Vale a pena lutar, e a nossa luta funde-se, desde há muito, com a luta de todo o povo português. Vale sempre a pena lutar, mesmo quando há muitos que descreem da capacidade de luta dos trabalhadores e do povo português. Nos 48 anos de ditadura fascista, houve longos anos em que os comunistas lutaram praticamente sozinhos e aparentemente isolados. Havia muitos, até mesmo membros do Partido ou simpatizantes, que não confiavam na possibilidade de derrubar o fascismo. Mas o PCP confiava na luta, confiava na classe operária, no povo, e a ditadura fascista foi mesmo liquidada.

No período ascendente da nossa Revolução, houve pessoas que viram o Socialismo à porta ou na curva da rua e, por isso, vieram até nós. Porém, quando verificaram que a estrada da luta estava cheia de espinhos, não foram poucos os que mudaram de rumo e outros, ou entraram de «férias» ou «reformaram-se» da luta (ou da política, como alguns dizem).

Faz parte da natureza humana haver pessoas que determinam as suas posições consoante os ventos sopram. Navegam ao sabor das marés. Podemos lamentar que assim seja, mas isto faz parte de qualquer processo revolucionário e precisamos de o ter em conta.

Temos um Partido com imensas potencialidades e de grandes tradições de luta.

A nível nacional e entre as forças democráticas, o PCP teve no passado, tem hoje e terá no futuro, um papel determinante. No distrito de Lisboa, a ORL do PCP é não somente uma grande força, como tem todas as condições para se tornar na primeira grande força política, mesmo em termos eleitorais.

Para isso, é necessário sabermos mobilizar e organizar as nossas forças e a nossa real influência em todos os aspectos, ligando mais e mais o nosso Partido à vida, aos problemas concretos dos trabalhadores nas empresas, aos anseios e reivindicações das populações onde quer que vivam, seja em torno dos problemas dos transportes, do ensino, da saúde, do saneamento e habitação, da cultura e do desporto.

Quanto mais reforçarmos as nossas organizações, e quanto mais as virarmos para as massas trabalhadoras, para os jovens, para as mulheres, para a intelectualidade, para as massas populares maior será a nossa força e o papel determinante do PCP.

Para isso é igualmente necessário desenvolvermos a luta política e ideológica, a luta de massas e apetrechar melhor os nossos quadros, elevando o seu nível ideológico, seja qual for o seu grau de responsabilidade (...).

## Trabalhadores

## 2.º Congresso da União dos Sindicatos de Aveiro

Teve lugar em Aveiro, dias 6 e 7, o II Congresso da União dos Sindicatos do distrito que contou com a participação de 400 delegados e convidados.

No congresso foram debatidas as «grandes questões que se colocam aos trabalhadores e à população do distrito». Alguns dos assuntos tratados foram a proliferação do trabalho infantil, o aumento de mais de 5000 desempregados nos últimos três anos, os acidentes laborais (cerca de 26 000 por ano) e as dívidas à Seguran-

ça Social (cinco milhões de contos).

Joaquim Almeida, dirigente sindical, fez um balanço das inúmeras lutas laborais travadas na região, valorizando «o papel activo e dinâmico da USA», mas recordando as dificuldades de sindicalização, geradas pela repressão nos locais de trabalho e pelo encerramento de empresas.

Durante os trabalhos do congresso foi analisada a questão da integração na CEE e os seus malefícios para o desenvolvimento da região. Em consequência da integração no Mercado Comum, grande número de pequenas e médias empresas tenderão «a naufragar», provocando o aumento de desemprego.

Foi aprovado um programa de acção para os próximos três anos. Este documento comporta quatro capítulos: desenvolvimento do



distrito; defesa dos direitos dos trabalhadores; unidade e luta; organização sindical e papel da USA.

A formação profissional foi um dos temas em destaque. A USA propõe que as acções de formação profissional passem a subordinar-se a um plano nacional, abrangam mais desempregados maiores de 25 anos e empregados em sectores em reestruturação.

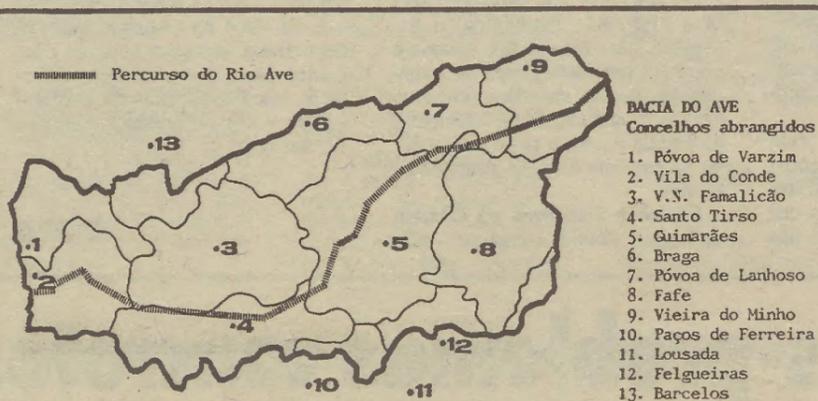
Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, per-

guntou, a propósito «porque é que o Governo não cria um sistema político de formação profissional?»

Depois de salientar a importância do Congresso da USA, Carvalho da Silva reafirmou que a «luta é o caminho para a solução dos problemas, para barrar a concretização dos objectivos do patronato e do Governo». Falando, como exemplo, das muitas lutas que os trabalhadores estão a travar em muitas empresas e sectores de

actividade, pela actualização dos salários ao nível da negociação colectiva, afirmou que «temos razões para confiar no futuro» e terminou a sua intervenção manifestando a certeza de que «Abril tem muita força».

O II Congresso da União dos Sindicatos de Aveiro elegeu o Conselho Distrital da USA/CGTP-IN, para os anos de 1987-1990, na última sessão de sábado. O Conselho é composto por 35 membros, sendo seis dos eleitos mulheres.



**Bacia do Ave em debate** — Analisar a situação socioeconómica das indústrias têxtil, de vestuário e de calçado na bacia do Ave e perspectivar o desenvolvimento da região são os objectivos do seminário que a federação dos sindicatos do sector promove no sábado, no Cine-Estúdio Castelo, em Guimarães. «Desenvolvimento para uma vida melhor é o lema do encontro, onde estarão em debate as condições de vida e de trabalho, o emprego e o desemprego, o trabalho infantil e o trabalho precário, os problemas dos trabalhadores de sectores que ocupam, actualmente, dois terços da mão-de-obra da zona. Na região, refere a Federação, «o rendimento médio da população é cerca de quatro vezes inferior ao de Lisboa e 2,4 vezes inferior ao do Porto», facto a que não é alheia a grande implantação da indústria têxtil, do vestuário e do calçado, onde o nível salarial é o mais baixo de toda a indústria transformadora. Vão realizar-se também este fim-de-semana dois debates, promovidos pela Federação da Metalurgia, Metalomecânica e Minas (FSMMMP) no âmbito da preparação do seu 4.º Congresso, sobre a situação económica e social na indústria mineira portuguesa e as propostas dos trabalhadores: sábado, a partir das 10 horas, nas instalações da Sociedade Musical 5 de Outubro, em Paio Pires (Seixal); sábado e domingo no salão dos Bombeiros Voluntários do Fundão.

### Deputados do PCP na Setenave

— A pedido do Grupo Parlamentar do PCP, realizou-se no dia 2 de Novembro um encontro de deputados comunistas com o presidente do conselho de administração da Setenave; os deputados tiveram também contactos com as ORT's da empresa. A delegação parlamentar comunista constatou que a falta de encomendas, assim como dificuldades de financiamento da actividade de construção, são algumas das causas da crise que vive a Setenave e manifestou a opinião de que é necessário, para uma efectiva recuperação da empresa, que se proceda ao aproveitamento cabal da capacidade instalada e da mão-de-obra, altamente especializada, tendo em vista a defesa da economia nacional e da Setenave como empresa nacionalizada. Na opinião dos deputados comunistas, isso passa necessariamente por assegurar encomendas no mercado interno (designadamente pela urgente colocação na Setenave da construção dos quatro petroleiros de que a Sopotona necessita e cujo protocolo de intenções foi assinado há já dois anos). Além disso, os deputados do PCP afirmam que a recuperação da empresa passa inevitavelmente pelo desenvolvi-

mento da marinha mercante nacional e pela criação de condições de financiamento que permitam a concorrência no mercado externo.

### CEE financia despedimentos

«Sem prejuízo de uma posição mais detalhada» a Federação da Metalurgia, Metalomecânica e Minas (FSMMMP) divulgou um comunicado em que repudia e condena «energicamente» a assinatura pelo Governo português de uma convenção com a CEE para o despedimento de 2 mil trabalhadores da Siderurgia Nacional, financiado pela comunidade com mais de um milhão de contos. «Ajudas destas há muito que os trabalhadores recusam» — lembra a Comissão Executiva da FSMMMP, já que «a redução de mão-de-obra vai reduzir drasticamente a capacidade de produção da Siderurgia Nacional», «é abandonada a expansão da SN e a possibilidade de criação de 3300 postos de trabalho directos na Siderurgia e a poupança anual ao País de 13 a 15 milhões de contos em divisas, tudo em benefício dos monopólios da CEE». Por um lado, refere a FSMMMP, «o País deixa de aproveitar os seus recursos nacionais», por outro, «a região de Setúbal, com uma das mais altas taxas de desemprego do País e de tempo de permanência sem emprego, irá confrontar-se com um maior agravamento desta chaga social». A Federação observa no seu comunicado que a Siderurgia Nacional «continua a bater recordes de produção e vendas (no período compreendido entre Agosto de 1986 e Agosto de 1987 as vendas aumentaram 26,5%, com um aumento de facturação de 28,4%)». Entretanto, «a capacidade produtiva instalada só satisfaz 60% das necessidades do mercado português» e «existem planos (e equipamentos encaixotados no valor de 40 milhões de contos) para o desenvolvimento e modernização da Siderurgia Nacional».

### Salário mínimo na Madeira

— O PCP propôs na Assembleia Regional da Madeira o aumento na região do salário mínimo nacional, recordando que ali «o custo de vida é muito superior ao Continente, situação que nos últimos dois anos tem mostrado tendências para o agravamento da diferença entre os preços praticados no continente e a nível regional», pelo que «os valores fixados para o salário mínimo nacional tornam-se cada vez menos equilibrados em relação ao aumento do custo de vida na região e cada vez mais injustos para o largo sector de trabalhadores da Madeira e do Porto Santo que se encontram abrangidos por esses mínimos salariais».

## Trofa Repressão na Preh

Os trabalhadores da fábrica de material eléctrico Preh, na Trofa, são vítimas da repressão por parte do administrador, que procedeu, no passado dia 5, à expulsão ilegal de todos os membros eleitos para a Comissão de Trabalhadores, Comissão Sindical e de Higiene e Segurança, devido ao facto de terem emitido mais um comunicado a denunciar as irregularidades que se verificam na empresa e por se recusarem a assinar um documento para se desvincularem das referidas estruturas.

Os 600 trabalhadores da

Preh têm passado pelas mais diversas acções repressivas, que vão desde as mudanças de turno para «fazer experiências» às ameaças de represálias por se deslocarem a plenários, de ofensas verbais a cartas com ameaças de punição, processos disciplinares, etc. Além disso tudo, cerca de 50 por cento dos trabalhadores ainda não receberam os retroactivos de Maio.

Apesar da repressão existente e dos acontecimentos do dia 5, as ORT's realizaram um plenário dentro da pró-

pria empresa, na segunda-feira, onde os trabalhadores repudiaram a actuação ilegal da administração e ratificaram a decisão das estruturas de permanecerem dentro da empresa.

Estão ainda previstas outras formas de acção, entre as quais uma deslocação à Assembleia da República e a mobilização dos trabalhadores para dia 12, no julgamento de um camarada de trabalho, dirigente do Sindicato das Indústrias Eléctricas, a quem a empresa instaurou um processo disciplinar com intenção de despedimento.

## Petrogal A luta agudiza-se

As federações sindicais participantes no processo de revisão do acordo de empresa na Petrogal, Federação da Química, Federação de Escritórios e Federação de Quadros, reuniram-se na segunda-feira, a fim de analisar a situação de impasse negocial e delinear uma estratégia de luta comum.

Assim o conselho nacional da Federação da Química decidiu repudiar a actual atitude negocial do conselho de ge-

rência da Petrogal e da respectiva tabela governamental e reafirmar que é inaceitável a proposta salarial de sete por cento, exigindo ao mesmo tempo a apresentação de uma nova proposta de aumentos salariais dignos, tendo em conta os enquadramentos e carreiras profissionais.

A Federação decidiu solicitar audiências ao Presidente da República, aos ministros

das Finanças e da Indústria e à Comissão Parlamentar do Trabalho da Assembleia da República.

Entretanto, ficou bem assente que os trabalhadores irão prosseguir com as formas de luta já desenvolvidas no sentido da sua agudização.

Decidiram também efectuar uma reunião no próximo dia 17 para ordenar os aspectos relativos à convergência da luta.

## Situação social no Algarve

«O voto maioritário no PSD não se está a traduzir nas melhorias prometidas» — afirma um comunicado da União dos Sindicatos do Algarve em que se dão a conhecer as conclusões da sua reunião plenária efectuada na última quinta-feira: «há gravíssimos problemas sociais», embora o turismo ainda impeça que eles apareçam à luz do dia, e «crescem as injustiças e as desigualdades sociais». Começam, contudo, a verificar-se

na região «evidentes sintomas de descontentamento».

Ainda se continuam a registar no distrito de Faro casos de salários em atraso. Mas ultimamente outra figura foi criada, denuncia a União: o atraso no pagamento, «como intimidação e chantagem para obrigar os trabalhadores a aceitar o que não querem».

O plenário da USAL chamou a atenção para a «gra-

víssima crise que atravessam as indústrias conserveira e corticeira e para as consequências da aplicação do Decreto 43/87 na pesca artesanal.

Foram ainda manifestadas preocupações no tocante aos transportes e à saúde; uma moção aprovada no plenário exige a revogação do Decreto 36/87, sobre os requisitos e o cálculo do subsídio de doença em prejuízo dos trabalhadores, «de que já há casos concretos no Algarve».

## Trabalhadores

# CGTP denuncia controlo só dos aumentos salariais

«O chamado acordo de rendimentos de 1987 visou apenas o controlo dos aumentos salariais, deixando livre o crescimento dos outros rendimentos (lucros, rendas, juros, mais-valias, dividendos, etc.) e a redução do peso dos salários no produto e no consumo» — afirma a CGTP-IN num comunicado à cerca da reunião de dia 2 de Novembro do Conselho da Concertação Social na qual participaram, pela primeira vez, representantes da Intersindical Nacional.

A CGTP-IN lembra que, se aqueles objectivos do acordo de rendimentos «não foram e não serão inteiramente alcançados», tal deve-se à acção desenvolvida pelos trabalhadores no quadro do

movimento sindical unitário, nomeadamente nos processos de negociação colectiva.

Na reunião do CPCS a CGTP-IN apresentou as suas propostas para a resolução de

problemas dos trabalhadores, reclamando a criação da defesa dos postos de trabalho, a estabilidade do emprego, a melhoria das condições de trabalho, a redução da semana máxima de trabalho para 40 horas, a actualização do salário mínimo, a extensão da segurança social a todos os trabalhadores (independentemente do vínculo laboral), a redução do limite mínimo da idade de reforma, o aumento das pensões e das outras prestações de segurança social, a melhoria e o alargamento da protecção material

aos desempregados, o combate ao trabalho infantil e aos salários em atraso, entre outras reivindicações.

Além destas propostas, já antes apresentadas oficialmente ao Primeiro-Ministro, a CGTP-IN esclareceu a sua posição quanto ao acordo de rendimentos de 1987, demonstrando que:

- as taxas de inflação verificadas nos três primeiros trimestres deste ano foram significativamente superiores às taxas de «inflação esperada» fixadas pelo Governo e aceites pela UGT;

- as estimativas do Governo quanto à inflação para 1988 não são verosímeis, pois, apesar de não ser razoável prever taxas inferiores a 8 por cento (a estimativa da OCDE), o Governo fala em 5 a 6 por cento;

- não é igualmente credível, em consequência, o referencial de «inflação esperada» que a UGT e o Governo acordaram para a negociação colectiva do último trimestre deste ano (6 por cento).

A cláusula da «salvaguarda salarial» — afirma a CGTP-IN — «não passou de um expediente» encontrado para «tranquilizar as consciências intranquilas da UGT que se comprometeram nesse acordo». «De facto — comenta a central —, perante a evidência de que os referenciais da inflação serão ultrapassados, o não accionamento desta cláusula significa que, quer na mente do Governo, quer na mente do patronato, jamais foi

admitido que ela tivesse aplicação.»

## Participação no INATEL

A CGTP-IN solicitou já ao presidente da mesa do conselho geral do Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores a convocação, «com a máxima brevidade» de uma sessão extraordinária do CG para eleição dos representantes da Intersindical na direcção e na comissão de fiscalização do INATEL.

A central lembra que lhe tem sido vedada a participação a que tem direito, legal e constitucionalmente, naqueles órgãos. Notícias que têm vindo a público sobre esbanjamento de dinheiros públicos e fumos de corrupção no INATEL «deram origem à exoneração da anterior direcção» e confirmam que é «premente» a entrada da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses.

## Professores insistem: estabilidade de emprego é «de capital importância»

A FENPROF entregou na terça-feira o seu parecer acerca do projecto de decreto-lei sobre quadros e concursos nos ensinos preparatório e secundário.

A Federação afirma que este projecto «vem ao encontro de algumas das suas reivindicações no sentido de uma maior estabilidade de emprego para os professores provisórios», já que permite o acesso a vagas de quadro a um maior número de candidatos.

Contudo, alerta a Federação Nacional dos Professores, o projecto governamental contém ainda «alguns pontos que merecem o nosso desacordo», por um lado, e, por outro, «é omissivo em questões que a FENPROF e os professores reputam de fundamentais e que, a não serem contempladas e devidamente explicitadas, poderá pôr em causa» os objectivos que devem presidir à elaboração do diploma.

Esta tomada de posição foi precedida de reuniões que a FENPROF e os sindicatos que a constituem reali-

zaram para discutir o projecto de decreto-lei «que reestrutura os quadros de pessoal docente dos ensinos preparatório e secundário e estabelece princípios sobre o preenchimento desses lugares».

A FENPROF lembrava, quando anunciou as reuniões, que este projecto diz respeito a uma matéria desde sempre considerada «de capital importância» pela Federação, uma vez que está em jogo a estabilidade de emprego de cerca de 20 mil professores.

A elaboração do projecto de decreto-lei surge na sequência da reunião de 25 de Setembro entre a FENPROF e o grupo de trabalho constituído no Ministério da Educação para esse fim.

A Federação dos Professores fez acompanhar o seu parecer escrito do pedido de reuniões negociais onde pos-

sa discutir o assunto com o Ministério da Educação e «estabelecer eventuais acordos» nos pontos em que tal ainda se não verifica.

As direcções dos 7 sindicatos que constituem a Federação Nacional dos Professores analisaram entretanto, numa reunião realizada em Coimbra no final de Outubro, a acção sindical dos professores do ensino primário.

Quanto às negociações dos quadros para efectivação dos cerca de 12 mil docentes não efectivos deste nível de ensino, um comunicado das direcções sindicais afirma que elas devem ser «acompanhadas por um vasto debate nas escolas», criticando o atraso com que o ME apresentou o seu projecto de decreto-lei. As direcções sindicais sublinharam como um facto positivo o «aumento da capacidade de acção das estruturas representativas dos docentes».

Também em Coimbra reu-

niu no dia 29 de Outubro o departamento de educação especial da FENPROF para analisar a situação neste sector «em consequência das medidas aleatórias impostas pela anterior equipa ministerial» e «tomar decisões nacionais que possam desbloquear situações que se arrastam há anos».

Foi decidido insistir junto do ME no sentido de abrir o processo negocial sobre o acesso aos cursos de promoção a educadores de infância dos vigilantes com funções pedagógicas, o conhecimento público das vagas existentes no sector e os critérios de candidatura e sobre a criação da carreira do auxiliar pedagógico — matérias que constam de três dossiês entregues no ME durante a vigência de Deus Pinheiro, foi também decidido colocar ao ME as preocupações da Federação e dos professores do ensino especial no tocante à estabilidade de emprego e à especialização em exercício.

## Negociação na função pública Nem o seu programa o Governo quer cumprir

Por iniciativa do secretariado permanente da frente comum da função pública estão a efectuar-se, desde ontem e até ao próximo dia 18, plenários distritais de sindicatos para debater o processo de negociação em curso. Para ontem estava marcado um plenário nacional.

Na passada sexta-feira realizou-se a reunião da frente comum dos sindicatos da função pública com o secretário de Estado do Orçamento para discutir a tabela salarial para 1988. Esta reunião deveria ter-se realizado no dia 26 de Outubro, mas o Governo adiou-a à última

hora.

No dia 6 o secretário de Estado apresentou a proposta governamental de 6,5% de aumento da massa salarial (5,5% para a tabela salarial); o subsídio de refeição deveria ser aumentado 15 (quinze!) escudos, passando para 265 escudos, e as diurnidades — no entender do Governo — deveriam aumentar 120 escudos (para 2120\$00).

Para a frente comum a proposta apresentada fica «aquém do que está estabelecido no próprio programa do Governo» e não possibilita o aumento dos salá-

rios reais nem a recuperação do poder de compra dos trabalhadores.

O secretariado da frente comum considera que o facto de o Governo ter manifestado a disposição de reestruturar a carreira técnica superior e proceder à reclassificação dos cargos de chefes de secção e de repartição «responde de forma positiva às propostas apresentadas pelos sindicatos».

Mas o Governo — lembra aquele organismo — «continua a inviabilizar a justa reclassificação das outras carreiras profissionais», nomeadamente a carreira

técnica, técnica profissional, administrativa, operária e auxiliar.

a próxima reunião de negociação da tabela salarial está marcada para 19 de Novembro; numa outra reunião, prevista para os dias 25 e 26, será discutida uma proposta do Governo sobre férias, faltas e licenças e duração do horário de trabalho.

A Comissão Executiva da CGTP-IN emitiu, entretanto, um comunicado em que declara «desde já a sua solidariedade para com as acções que os trabalhadores da função pública venham a realizar».

### Nacional



## Praça da Liberdade

### SARL, Eficiência Limitada

Em 1975/1976, as metalúrgicas Facar, Efi e Feruni «sofreram» intervenções do Estado. Antes, durante e depois da intervenção estatal nestas três empresas nordestinas, os irmãos Carvalhos, Eduardo Ferreirinha e Companhia mais ou menos limitada disseram tudo o que de mal se possa imaginar contra a hipótese de intervenção, primeiro; contra a intervenção propriamente dita, depois; contra os efeitos da intervenção, finalmente.

Ainda há poucos dias, Eduardo Ferreirinha afirmou a «O Comércio do Porto» que os malefícios da intervenção na Feruni e na Efi se faziam sentir ainda hoje, hipótese tão descabida como a das culpas do «gonçalvismo» no afundamento do Titanic e noutros afundamentos...

A verdade, independente das cóleras e indisposições dos senhores administradores das 3 empresas em questão, não é tão obscura como pretendem alguns. Quando a Facar, a Efi e a Feruni foram desintervencionadas, nenhuma delas devia um tostão aos seus trabalhadores, todas tinham mais algumas centenas de operários do que aqueles que hoje empregam, não tinham problemas com encomendas apesar de boicotes promovidos na sombra ou às claras pelos seus ex-administradores.

Hoje, a situação é conhecida. No conjunto, centenas de trabalhadores abandonaram a Facar, a Feruni e a Efi. As 2 empresas do senhor Eduardo Ferreirinha devem mais de meio ano de salários, devem milhões de contos a fornecedores; a Feruni está paralisada por falta de matéria-prima. A Facar, nem energia tem para laborar; mas mesmo que tivesse, não adiantava nada porque não há matéria-prima para transformar. A firma dos senhores Carvalhos deve salários desde Agosto deste ano, e viu-se na iminência de falir no passado dia 23 de Outubro, por acção movida por um credor alemão-federal.

Cavaco Silva (e não só) anda há anos a pregar as maravilhas do privado contra o público, e até a saúde está na mira dos «benefícios» da milagrosa banha da cobra privada. Os 3 exemplos da Facar, da Efi e da Feruni, empresas privadíssimas, são apenas... 3 exemplos. Há muitos mais, para mal do país e de quem nele trabalha.

■ C.R.

## Poder Local

# Comunistas discutem autarquias eborenses

Foram apresentadas à imprensa as conclusões da reunião da Comissão Concelhia de Évora do PCP realizada na passada semana sob o lema «Évora — o PCP e o Poder Local Democrático». Em subtítulo, o documento avança uma formulação significativa: «Estamos preparados para os desafios do futuro». A reunião mostrou-o, como se depreende das conclusões que passamos a resumir.

Sublinhando que a gestão do PCP e dos seus aliados nos órgãos autárquicos do concelho de Évora tem representado «um poderoso instrumento de resolução dos problemas das populações e da defesa da democracia e tem contribuído para melhorar significativamente as condições de vida materiais e culturais da cidade, nos bairros e nas freguesias rurais do concelho de Évora, no qual os comunistas e seus aliados têm um papel determinante nos órgãos de Poder Local», a Comissão Concelhia de Évora traçou um breve panorama das realizações entretanto conseguidas, e que configuram a concretização de um grande trabalho. Ora veja-se:

Saneamento básico em vias de conclusão em todo o concelho; recuperação de clandestinos; controlo do uso dos solos; uma correcta política de desenvolvimento urbano; política de defesa, preservação e recuperação do património histórico e cultural; apoio aos agentes culturais e económicos e o acompanhamento das grandes transformações económico-sociais, a que se acrescenta o facto de, hoje, Évora ser património mundial, motivo de orgulho que acarreta novas responsabilidades.

Daí a legítima conclusão tirada no Encontro: «Évora reforçou, em 11 anos de gestão democrática do PCP e outros democratas, o seu papel de pólo regional, contrariando e procurando vencer a política de estagnação dos governos de direita que, tal como no passado, se têm caracterizado pela incapacidade para aproveitar os recursos e potencialidades da região alentejana e pela não aceitação das modernas transformações colocadas pelo 25 de Abril, como o do-

documentam a perseguição à Reforma Agrária e aos pequenos e médios agricultores alentejanos, o encerramento de mais de uma dezena de pequenas e médias empresas, no concelho de Évora, durante o governo do «bloco central» e dos governos PSD, o abandono de indústrias de transformação como a Hortícola do Divor e a FORE, o abandono do projecto do Alqueva e das Piritas Alentejanas, a falta de incentivos à instalação de novas indústrias de transformação designadamente na área da cortiça e dos mármore, o boicote do Governo ao Parque Industrial de Évora e ao projecto habitacional da Malagueira.

O desenvolvimento não pode ser feito contra os trabalhadores e as populações, com benefício apenas dos grandes proprietários rurais e do grande capital nacional e internacional.

O Homem e principalmente o Homem trabalhador, tem que estar no centro da vida.»

## Direcções de trabalho

A reunião analisou os esforços quer da direita, em geral, para impedir a gestão democrática do município, sofrendo por isso sucessivas derrotas eleitorais, quer dos vários governos representantes dessa mesma direita — com realce para o actual — no sentido de limitar e controlar o papel das autarquias; daí o apelo para que as forças democráticas e as populações defendam o Poder Local Democrático.

Foram também apontadas direcções centrais de trabalho dos comunistas nos órgãos autárquicos de Évora, a saber:

a) Impulsionar o trabalho em direcção a novas áreas

de intervenção; b) Completar o trabalho, em áreas iniciadas, procurando responder simultaneamente a novas necessidades e situações que surjam; c) Superar e corrigir deficiências e atrasos existentes no funcionamento dos órgãos e no relacionamento entre os órgãos, designadamente entre a Câmara e as Juntas de Freguesia; e) Reforçar a ligação e a colaboração com os trabalhadores da administração local, com as populações e as suas organizações, de forma a dinamizar todo o trabalho e a assegurar nas eleições de 1989 a continuidade da gestão de-

mocrática no concelho de Évora, através de uma vitória da CDU.»

Alguns importantes objectivos para o futuro imediato mereceram a devida atenção, nomeadamente no que toca à política de solos e habitação, infra-estruturas básicas, equipamentos sociais, a organização da cidade, a limpeza pública, a defesa e tratamento dos espaços sociais, a actividade sociocultural, o desenvolvimento socioeconómico, os projectos para a captação de financiamentos, o atendimento e relacionamento com os munícipes, o reforço da organização dos militantes comunistas na



Évora: uma cidade devolvida aos seus habitantes

área do Poder Local e o contacto com as populações, a necessidade de desenvolver e consolidar o Poder Local

— no fim de contas, uma tarefa de todos os democratas. Évora pronta para o futuro, como se vê.

## I Jornadas de Desenvolvimento do Concelho

# Vila Franca de Xira olha-se de frente!

As I Jornadas de Desenvolvimento do Concelho, cuidadosamente preparadas há meses pelo município de Vila Franca de Xira, começam amanhã e prolongar-se-ão durante todo o fim-de-semana. Trata-se de uma iniciativa de vulto a que daremos o devido relevo no número da próxima semana; para já, aqui ficam alguns esclarecimentos prestados pela edilidade à Imprensa, pormenorizando o programa e enquadrando todo o processo que conduziu a esta realização, onde se pode dizer que Vila Franca de Xira se olha a si própria «de frente».

A localização e demais potencialidades dos recursos do Concelho de Vila Franca de Xira e a capacidade transformadora dos seus habitantes têm concretizado, nas últimas décadas, um crescimento acelerado. Assim, «as transformações das actividades económicas e da nossa vida colectiva conheceram dinâmicas diferenciadas consoante os sectores de actividade e os estratos das populações», informa a nota municipal, que recorda ainda:

«Somos dos mais industrializados concelhos do país, com um sector de serviços

em expansão e uma agricultura que tarda em encontrar o seu indispensável lugar na produção de riqueza. As condições de vida do concelho alteraram-se substancialmente depois do 25 de Abril. Hoje temos taxas de cobertura em infra-estruturas básicas da ordem dos 100% da população, valores que são dos mais elevados do país. Sente-se que se vive um momento crucial em termos do nosso desenvolvimento.»

É neste quadro que surgem as Jornadas:

«Pretende-se com as I Jornadas de Desenvolvimento do Concelho uma profunda reflexão colectiva sobre o nosso passado e o nosso presente, para melhor definirmos o futuro que queremos construir. Os seus trabalhos preparatórios incluíram diversas reuniões com a população em todas as freguesias do concelho e alguns encontros com muitos dos sectores socioprofissionais actuantes na região de Vila Franca de Xira.»

De salientar que nestas reuniões estiveram presentes muitas centenas de pessoas, tendo sido possível estabelecer um elevado nível de participação e fazer uma rica troca de opiniões sobre os problemas que no momento mais afectam a vida dos munícipes e sobre as direcções de actuação do município, no tocante à resolução desses mesmos problemas.

Foram também enviados vários milhares de postais «mailing» contendo um pequeno inquérito, sobre as

principais carências sentidas em cada Freguesia e as áreas de actuação da Câmara Municipal. Através das respostas recebidas no Secretariado Permanente das Jornadas, foi possível detectar três tipos de preocupações fundamentais: **necessidade de criação de zonas verdes, melhoria da rede viária e o meio ambiente.**

Finalmente o município de Vila Franca de Xira sublinha:

«Contituindo as I Jornadas de Desenvolvimento do Concelho uma profunda reflexão colectiva sobre o nosso passado e o nosso presente, esperamos que com a empenhada participação de cada participante seja possível ob-

ter as conclusões mais correctas e adequadas aos nossos problemas e aspirações», pelo que «as Jornadas terão de constituir um espaço de diálogo que permita traçar as grandes orientações que virão a definir o futuro Plano Director do Município. Para estes efeitos, foram dirigidos convites a todas as entidades e individualidades possíveis de contribuir para o enriquecimento da discussão e busca de conclusões, podendo ainda participar todos os cidadãos que pretendam participar nas sessões de trabalho.»

O programa das Jornadas pode ser consultado no «serviço de agenda» deste número.

## BRAGA/Aveleda

# AECOD oferece parque infantil

No passado sábado, dia 7 de Novembro, uma delegação da AECOD (Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas) constituída pelo vereador na Câmara de Braga, eng. Casais Baptista, e por Fernando Ferreira, do conselho de administração dos TUB/SM, fez entrega ao povo de Aveleda, através dos seus representantes — assembleia e junta de freguesia —, dos equipamentos destinados à instalação de um parque infantil, que ficará localizado em terrenos anexos à sede da junta de freguesia.

Nas palavras que na ocasião proferiu, o camarada Casais Baptista recordou que esta oferta da AECOD é possível porque os eleitos comunistas e outros democratas com estes coligados entregam à associação de que fazem parte o valor das se-

nhas de presença que auferem legalmente nas autarquias, que assim constituem fundos que são investidos pela AECOD em obras de interesse para as populações, de que é exemplo o parque infantil agora entregue.

A concretização, pela AECOD, da entrega deste equipamento à população e às crianças de Aveleda, resultou de uma proposta aprovada na Assembleia de Freguesia por iniciativa dos eleitos comunistas. Vale, também, como alerta para a necessidade de, através do empenhamento das autarquias, das populações e do Poder Central, «se intensificar a instalação de equipamentos sociais que tenham como destinatários a reserva do futuro — as crianças», segundo palavras proferidas também na ocasião.

## CM de Lisboa

# Reestruturações propostas pelo PCP

Os vereadores do PCP na Câmara Municipal de Lisboa apresentaram, na reunião de 9 de Novembro, uma proposta para a reestruturação dos serviços municipais em que se prevêem oito direcções municipais e, ainda, três direcções de projecto.

A actual orgânica dos serviços, basicamente estabelecida em 1940, é totalmente inadequada para responder às necessidades actuais e contribui para a falta de resposta aos problemas da ci-

dade e das populações.

A proposta apresentada visa criar uma estrutura maleável e flexível que possa ser utilizada ao serviço de uma nova política em benefício do povo de Lisboa; desburocratizar os serviços, rentabilizá-los e conferir-lhes eficácia de forma a aproximá-los das populações; mobilizar os quadros e outros trabalhadores e encontrar formas de coordenação com as freguesias para resolução dos problemas e satisfação

das necessidades das pessoas.

Entre as inovações agora propostas prevê-se a criação de um gabinete técnico para a construção de habitação social (GTCHAS) destinado a promover a construção de habitação social, uma das principais carências da população, atendendo a que existem cerca de 15 000 barracas e alojamentos equipados e 80 000 cidadãos a viver em regime de sobreocupação.

Internacional

# Corrida aos armamentos tem os seus limites à vista

A pretensão de apagar Reykjavik foi esforço baldado. A vontade e a imperiosa necessidade de avançar no desarmamento, reflectidas na cimeira da Islândia, não poderiam ser apagadas por golpes de mágica da propaganda com que se intentou pura e simplesmente riscá-la do mapa das realidades políticas de hoje. Não é menos verdade entretanto, que as resistências, obstáculos e perigos que Reykjavik igualmente testemunha, se mantêm vivazes.

Dia 7 de Dezembro, o primeiro acordo de desarmamento da história irá ser assinado em Washington por Gorbachov e Reagan. Um passo de inestimável importância, rumo ao desarmamento. Que continua a ser recusado de facto no Pentágono e na NATO.

Na dialéctica de uma realidade muito complexa, enquanto laboriosas negociações, na base de uma dinâmica e flexível política de paz da URSS, conduzem a uma cimeira de significado histórico para todos nós, os sectores militaristas preparam nos bastidores o prosseguimento da corrida aos armamentos, e se possível o reforço ainda do arsenal nuclear.

Trata-se aqui, e antes do mais, da persistência na aposta da «guerra das estrelas». Já de despedida Weinberger declara que é preciso «fazer tudo o que se puder para concretizar o mais rapidamente possível a «guerra das estrelas»».

Mas trata-se também de uma outra pretensão da NATO — uma tentativa de anular os efeitos positivos do desmantelamento de duas categorias de mísseis nucleares na Europa, através de um conjunto de «medidas de compensação».

Concretamente, na reunião dos ministros da Defesa da NATO realizada em Monterey, enquanto se expressa formalmente o «total apoio ao projecto de Tratado americano-soviético sobre os mísseis nucleares de médio alcance», sublinha-se, logo de seguida, a necessidade de «modernizar o arsenal nuclear ainda à disposição da Aliança, depois da assinatura do tratado».

As medidas propostas incluiriam, segundo foi referido na imprensa britânica, a instalação de mais bombardeiros nucleares, mísseis de curto alcance e novos tipos de mísseis de cruzeiro. Refere-se ainda a deslocação de mais bombardeiros F-111 dos EUA para a Europa, com diversificação das bases onde seriam instalados.

## Visita de amizade Delegação da LCJ em Portugal

No quadro das tradicionais relações de amizade existentes entre o Partido Comunista Português e a Liga dos Comunistas da Jugoslávia (LCJ) encontra-se no nosso país, a convite do CC do PCP, uma delegação da LCJ dirigida por Radisa Gacic, secretário da Presidência do Comité Central da LCJ.

Do programa a cumprir pela delegação dos comunistas da Jugoslávia, salientam-se conversações com uma delegação do PCP e contactos directos com a actividade do PCP e a realidade portuguesa.

### «Defesa europeia»?

«Neste fim do ano de 1987, a Europa está mais ameaçada que nunca». É uma afirmação do deputado francês, Le Pen, há pouco feita na Assembleia da Europa, em Estrasburgo. E Le Pen aponta a dedo a «ameaça»: «o desaparecimento de toda uma classe de armas nucleares na Europa, que nos deixaria «à mercê da URSS»».

Uma opinião isolada, apenas circunscrita a sectores claramente fascistas?

Os factos dizem-nos que não.

No mesmo debate da Assembleia em Estrasburgo, uma maioria de deputados, argumentando com a nova situação criada com o acordo soviético-americano «dupla opção zero», adoptaram uma resolução a favor de uma «política de defesa» da CEE, cujo conteúdo concreto deverá ser definido «em colaboração com a

UEO (União da Europa Ocidental)».

Nestes mesmos dias, reunidos em La Haye, os ministros de Defesa e dos Negócios Estrangeiros da UEO (França, Itália, Grã-Bretanha, Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos, RFA), adoptavam explicitamente uma «estratégia de compensação», precisando a «necessidade» de manter as forças nucleares francesas e britânicas.

A UEO afirma que «a estratégia de dissuasão e de defesa deve continuar a basear-se numa combinação das forças nucleares e convencionais, de que o elemento nuclear é o único que pode confrontar um eventual agressor com um risco inaceitável».

As velhas teses belicistas estão aqui inteiras. Sem esquecer que o reforço da militarização da Europa, apesar da louvada «independência», só se entende subordinado a Washington: «a segurança da Europa não pode ser assegurada senão em associação com os nossos aliados norte-americanos. A segurança da Aliança é indivisível».

### Na contramão

Dezenas de milhar de pessoas desfilaram em Madrid, em véspera da última fase de negociações entre a Espanha e os EUA sobre o futuro das bases norte-americanas no país. Os manifestantes reafirmavam a exigência do encerramento das ba-



Uma de entre as muitas grandes manifestações de 80 contra os euromísseis. A importância da luta de massas pelo desarmamento é hoje bem evidente

ses e a desnuclearização da Europa.

Na semana do desarmamento promovida pela ONU, uma «onda da paz» varreu mundo, partindo de Hiroshima e Nagasaki.

Na Grécia, no retomar de «negociações técnicas», o primeiro-ministro Andreas Papandreu, afirma que qualquer acordo será submetido a referendo.

O peso do movimento de massas pela Paz deixa a sua marca clara por toda a parte, mesmo quando se limita a suscitar (por enquanto) declarações e promessas demagógicas.

Simultaneamente, é a própria lógica da evolução (ou antes, da crise) económica, que irrompe em força. O

«crak» da bolsa, não apenas reflecte as contradições inerentes ao capitalismo, as crises que se entrecruzam no seu actual momento de desenvolvimento, mas também impossibilidade real, mesmo à custa da exploração de todo o mundo, de manter tais níveis de despesas militares. De tal forma que os debates em Washington, destinados a encontrar uma qualquer saída de emergência para a situação actual, estão enclachados na recusa da administração Reagan em tocar no orçamento militar, que o mesmo é dizer que há representantes do capital que preconizam a redução desse orçamento como forma de reduzir os monstruosos défices en-

tretanto alimentados — até uma situação de ruptura.

Os factos indicam assim que as realidades a que se tenta fechar a porta na Casa Branca, acabam por entrar pela janela. Não se pode enganar uma opinião pública crescentemente esclarecida (também pelo impacto da política externa soviética) e firmemente apostada na exigência vital do desarmamento. Tão pouco se pode «enganar» a lógica das leis económicas objectivas, gastando sem produzir, e exaurindo dois terços da humanidade para delapidar os dólares assim angariados em armas.

A «fuga para a frente» dos sectores mais belicistas do capital tem os seus limites à vista.

# Não aos F-16 em Portugal!

## • Comunicado do CPPC

Na lógica da NATO das «medidas de compensação», confluyente com a da «valorização geo-estratégica» de Portugal, saltam à vista os redobrados perigos de agravamento da militarização do nosso país. Mais ainda quando é o próprio ministro da Defesa a fazer declarações no sentido de que o território nacional é opção aceitável para os F-16 hoje instalados em Torrejon, e que o povo espanhol muito legitimamente não quer.

O secretariado nacional do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) divulgou há dias um comunicado alertando exactamente para esta situação, em que

se apela a «fazer da próxima Assembleia da Paz de Beja — no sábado, 14 de Novembro — uma manifestação de unidade nacional contra o perigo da transferência, de Espanha para Portugal, dos «F-16» americanos, portadores de bombas nucleares». E se sublinha: «Portugal não pode ficar à margem e até contra o processo em curso de desarmamento nuclear e desanuviamento, na Europa e no Mundo.»

No comunicado, alerta-se a opinião pública «para a extrema gravidade das declarações do vice-primeiro-ministro da Defesa, Eurico de Melo, no âmbito de uma reunião do Grupo de Planeamento Nuclear da NATO nos EUA. Segundo tais declarações, e numa primeira versão da agência Lusa, «Portugal poderia receber os F-16 instalados em Espanha, se

Madrid e Washington não chegassem a um acordo...», ou, numa segunda versão, o Governo português iria «estudar o assunto...».

E sublinha-se que «respostas e «desmentidos» repetidamente ambíguos do Governo, e de outros órgãos de soberania — insistindo em que a questão da transferência dos F-16 para Portugal, etc. «não está posta» «nada foi pedido até aqui» «depende das negociações em curso entre os EUA e a Espanha», «será estudado», etc. — são precisamente indicativas da recusa em exercer integralmente os direitos de soberania e o dever de defesa do Interesse Nacional, e dizer antecipadamente não a qualquer pedido, proposta ou pressões para cada vez mais, maiores e mais perigosas facilidades militares estrangeiras no solo pátrio.»

O Secretariado Nacional do CPPC chama ainda a atenção para as possibilidades de criação de uma situação absurda.

«Está-se, no mundo, a um mês da assinatura entre os EUA e a URSS, do primeiro tratado de desarmamento nuclear na História, com a



eliminação dos «euromísseis» — que constituirá vitória comum da Humanidade.

«Manifestam-se, na cena internacional, tendências bastante positivas. Para o desanuviamento e a segurança e cooperação, na Europa e noutros continentes.

«Vários países e povos europeus vão beneficiar do processo de desarmamento nuclear a iniciar.

«É este precisamente o momento em que se deixa

entrever para Portugal — na lógica da chamada «valorização geo-estratégica» e do crescente envolvimento do País em apoio político-logístico a conflitos e um confronto global alheios ao interesse nacional — a perigosa perspectiva não de menos mas de mais armamento estrangeiro e, sobretudo, os F-16 portadores de bombas nucleares.»

No comunicado lança-se um Apelo a todos «os pacifistas, associações cívicas e organizações democráticas a agirem no sentido de obter dos órgãos de soberania:

- A devida explicação e informação ao povo português sobre caso de tanta gravidade para o interesse nacional e a soberania e segurança de Portugal e dos portugueses;

- A garantia inequívoca de que os F-16 dos EUA não serão transferidos de Espanha para Beja, ou outra área do território nacional, nem haverá novas cedências e facilidades militares ao estrangeiro;

- E de que não haverá passagem, estacionamento ou trânsito de armas nucleares em Portugal.

## Internacional

## Angola

Doze anos de independência  
Sem um único dia de Paz

A República Popular de Angola nasceu no termo de uma longa luta de libertação nacional contra o colonialismo e o imperialismo e o jovem Estado não viveu até ao momento um único dia de paz. Um facto sublinhado pelo presidente angolano, José Eduardo dos Santos, em Moscovo, nas comemorações do 70.º aniversário da Revolução de Outubro. E que importa lembrar aqui, em mais um aniversário da independência de Angola. Porque se trata de um facto que condiciona necessariamente toda a vida do país. E é simultaneamente testemunho concreto da política desenvolvida pelo imperialismo em relação aos povos que assumiram como opção a construção de uma sociedade socialista.

Os actos de agressão e sabotagem desencadeados pelo regime de Pretória já causaram prejuízos da ordem dos 12 biliões de dólares e, o que é mais, perdas em vidas humanas que ultrapassam as 50 mil pessoas, entre as quais, mulheres e crianças.

Neste mesmo momento alguns factos parecem apontar para a iminência de uma nova invasão de grande envergadura contra a República Popular de Angola. Segundo nota do Ministério das Relações Exteriores, uma das mais importantes unidades pesadas sul-africanas, a «oitava divisão de tanques», avançou recentemente em ordem de combate até à fronteira da província do Cunene com a Namíbia ocupada. Regista-se simultaneamente uma significativa mobilização de meios aéreos, com acções e «vãos de reconhecimento» sobre a província do Cunene, chegando mesmo a atingir uma profundidade de 350 quilómetros.

Esta uma das faces da guerra não-declarada contra Angola — a da agressão directa por parte da África do Sul. Que se conjuga com uma outra — o decisivo apoio à Unita. Neste quadro, importantes meios bélicos e mesmo forças do Exército regular sul-africano, foram introduzidos no Sul de Angola, para combater junto desse grupo terrorista, e assim evitar a sua derrota total — uma outra realidade igualmente denunciada em Moscovo pelo camarada José Eduardo dos Santos.

## O dedo na ferida

«A minoria branca racista sul-africana, preocupada com o seu futuro, resolveu armar-se até aos dentes a fim de impor pela força das armas de guerra e das baionetas a sua vontade através de uma repressão brutal e sangrenta, no plano interno, e da prática



Crianças angolanas. O imperativo do desenvolvimento, no quadro definido pelo povo e pelo MPLA, exige paz como uma necessidade básica

do terrorismo de Estado contra os países vizinhos» — palavras do presidente angolano, de denúncia do papel de Pretória como factor de repressão e guerra. E obstáculo fundamental à paz e ao desenvolvimento socioeconómico em toda a África Austral.

Factor de violência e guerra que entretanto hoje se defronta com dificuldades não substituíveis. Pese embora o apoio decisivo do imperialismo.

Referindo ainda uma vez mais o discurso do presidente angolano em Moscovo, «o crescimento das fileiras das organizações democráticas e patrióticas com elementos da população branca é, para nós,

o melhor indicador de que na África do Sul pode ser instaurado um regime democrático e multiracial em que domine a vontade política da população maioritária, que é a população negra».

Luta heróica do povo da África do Sul, contra o *apartheid*, para que confluia a solidariedade internacional, a resistência dos povos atingidos pelas agressões de Pretória, a batalha por uma Namíbia independente (agora mesmo a Assembleia Geral da ONU uma vez mais discute a questão namibiana).

Lutas que se interligam e tenderão a criar um novo quadro na África Austral, mais propício ao livre e indepen-

dente desenvolvimento socioeconómico de Angola e de outros países progressistas do Sul do Continente. Num quadro de paz — condição essencial do progresso que tarda.

## Em Portugal

O 12.º aniversário da independência da República Popular de Angola é assinalado também em Portugal, nomeadamente através de um programa político-cultural da iniciativa da representação diplomática angolana no nosso país, e pela Associação de Amizade Portugal-RP Angola, com uma sessão comemorativa.



## Govan Mbeki em liberdade

Manifestações de alegria popular nos bairros negros da África do Sul saudaram a libertação do Mbeki, um dos mais antigos dirigentes do Congresso Nacional Africano (ANC), condenado pelo regime racista de Pretória a prisão perpétua e encarcerado há 23 anos. A objectiva vitória que esta libertação constitui, encoraja o reforço da batalha internacional pela libertação de Mandela. E simultaneamente constitui um indicio mais das dificuldades com que se debate o regime do «apartheid».

Outros factores confluem na batalha contra Pretória. A Assembleia Geral da ONU está nestes dias a debater o problema da Namíbia,

considerado como uma das principais tarefas enfrentadas pela comunidade internacional. Peter Zuze, presidente do Conselho da ONU para a Namíbia, afirmou que a comunidade deve, através do seu organismo, obrigar Pretória a cumprir as deliberações das Nações Unidas e garantir ao povo namibiano a possibilidade de concretizar o seu direito à liberdade e independência.

Entretanto, em Moscovo, Sam Nujoma, dirigente da SWAPO, denunciou o colonialismo praticado por Pretória e a situação imposta ao povo da Namíbia — as centenas de namibianos torturados, assassinados ou metidos nas prisões, milhares de famílias expulsas para os bantustões que mais parecem campos de concentração nazis, onde crianças morrem de fome e sofrem de falta de assistência médica e habitações normais.

## Greve geral no Líbano

Ao apelo da Confederação Geral dos Trabalhadores do Líbano, os trabalhadores libaneses fizeram uma greve geral de cinco dias, a mais longa realizada no país.

Paralizando praticamente todos os sectores de actividade — com limitações para algumas actividades vitais — a greve teve uma adesão de massas, como é reconhecido mesmo oficialmente.

Os trabalhadores libaneses reclamavam simultaneamente o fim da guerra-civil e medidas contra a infla-



ção galopante e de imediato apoio ao valor da libra libanesa.

A greve resulta de uma decisão tomada pela CGTL no seu segundo Congresso Nacional, realizado no passado dia 30 de Setembro.

No Congresso foi denunciada a situação crítica vivida pelos assalariados libaneses, uma inflação galopante que atingiu o índice de 244,9% entre Agosto de 86 e Agos-

to de 87, e uma taxa de desemprego da ordem dos 30% da população activa.

## Uruguai, Congresso da Frente Ampla

A Frente Ampla vai realizar o seu Congresso em Montevideo, de 3 a 6 de Dezembro. No passado fim-de-semana, em mais de 500 organizações de base, foram eleitos cerca de 2400 delegados.

Nas teses actualmente em discussão, destaca-se que a luta popular e a aliança de diferentes forças políticas e sociais deram grande impulso ao processo de abertura e à luta pela consolidação da democracia. A Frente Ampla não apoia a política económica do governo, imposta pelo Fundo Monetário Internacional.

A Frente defende profundas transformações democráticas ao serviço do povo uruguaio e propõe-se intervir mais eficazmente pela melhoria das condições de vida e de trabalho, dos trabalhadores pela criação de um sistema nacional de assistência social. No documento são ainda apresentadas soluções para os problemas da população rural.

Na política externa, a Frente concentra-se no apoio à política de Paz e de desarmamento nuclear e às iniciativas dos Estados de Contadora, assim como na solidariedade com a Nicarágua e com os povos do Chile e do Paraguai.

«As notícias que chegam de Angola desmascaram as mentiras dos comunicados oficiais. Desde que voltaram as chuvas, a luta dos guerrilheiros activou-se e estende-se já à região entre Luanda e Malange e mesmo mais para o sul. Jornalistas estrangeiros que visitam os acampamentos dos patriotas falam de uma força de 15 mil homens que já dispõem de armas automáticas, granadas e que contam com o caloroso apoio do povo angolano por toda a parte.

O exército português, lançado por Salazar nesta guerra de opressão, vê-se em dificuldades cada vez maiores: as patrulhas caem em emboscadas e são submetidas a fogo intenso, as minas nas estradas todas as semanas matam 8, 10 e 12 soldados, e por vezes travam-se combates violentos como o que não há muito se registou a 120 km de Luanda e que durou 8 horas seguidas.

Entre os soldados, muitos dos quais acreditavam vir em «missão de soberania e pacificação», cresce o cansaço e a revolta; nos acampamentos ouve-se a Rádio Brazaville, a única que dá notícias da guerra, chegando a anunciar os nomes dos soldados mortos em combate quando em Luanda ainda nada se sabe. (...)

«Apoieemos os soldados» — «Avante!», VI Série, n.º 323, Nov. 1962)

AVANTE! JORNAL DE LUTAS DE TRABALHADORES

«Vivo numa cidade rodeada de brancos africanistas. Têm automóveis, casas grandes, dinheiro. Mas sou dos poucos privilegiados que conheço a preceito «os bairros indígenas» (aqui não há muçiques): barracas circulares, casas de terra batida, crianças tomando banho nos charcos de chuva, mulheres pescando no pântano, inundície e miséria à mistura com primitivismo.

As populações têm um ódio concentrado contra o branco. Os dias passam e aumentam o seu ódio e a sua organização. Todos nós nos habituamos a encarar o dia-a-dia com infame hipocrisia; é um viver sem solidariedade, sem calor humano, sem esperança. Tudo destruído, tudo vazio.

Considero isto um desterro, nos melhores anos da minha vida, nos melhores anos da Humanidade. Fica ciente de uma coisa: se eu tiver de morrer por cá, podes ter a certeza que não foi por heroísmo — foi porque não tive outro remédio.»

«Carta de um oficial» — «Avante!», VI Série, n.º 323, Nov. 1962)

AVANTE! JORNAL DE LUTAS DE TRABALHADORES

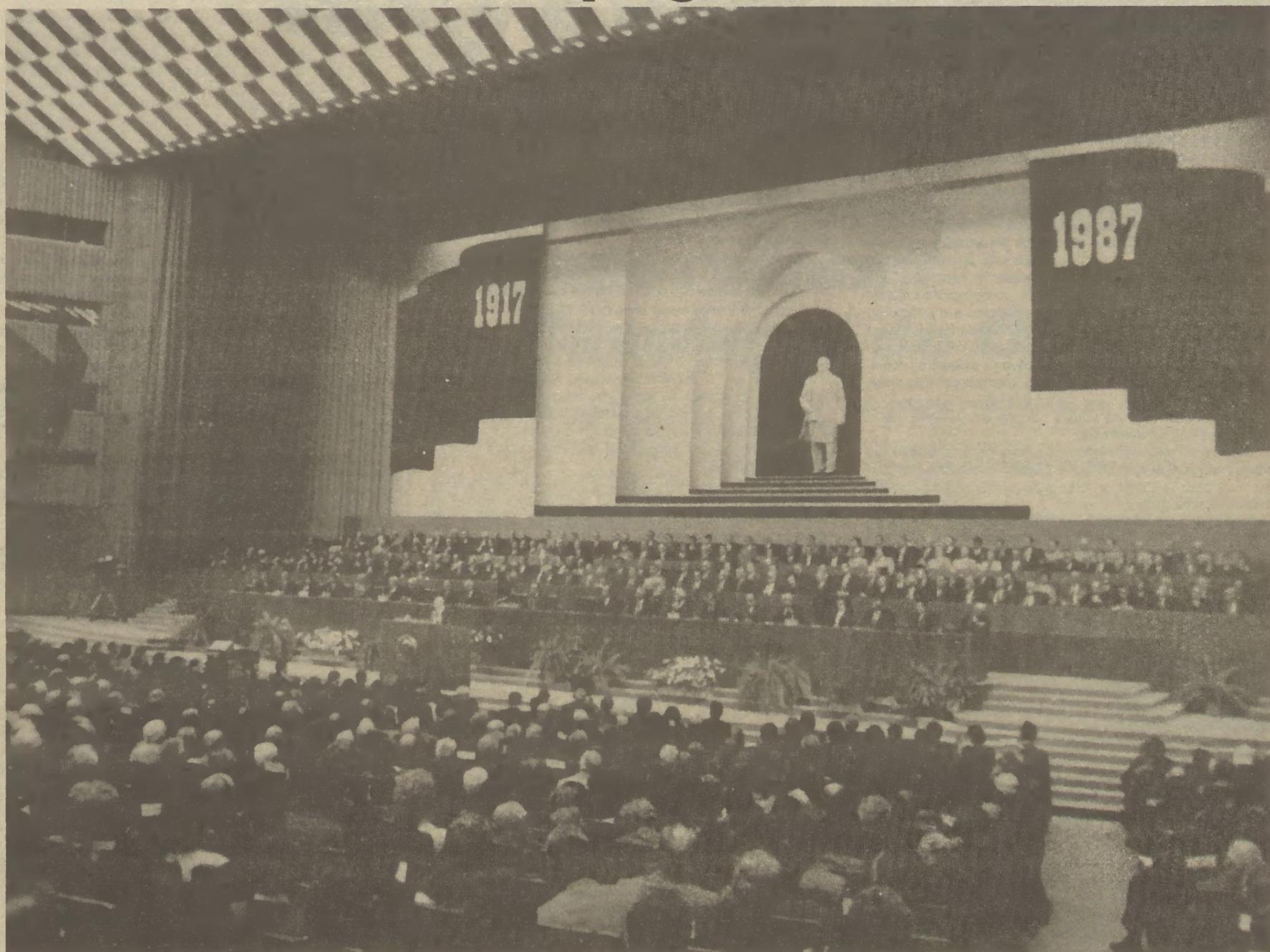
«A Conferência das Organizações Nacionais das Colónias Portuguesas tem afirmado sempre que a luta dos povos das colónias portuguesas é dirigida contra o poder colonial fascista de Portugal mas não contra o povo português. Cada dia, novos factos vêm provar que aqueles que oprimem os povos dos nossos países são também aqueles que em Portugal atiram sobre o povo.

O Secretariado permanente da CONCP deseja prestar homenagem à coragem dos patriotas portugueses que lutam pela instauração da democracia em Portugal; assegurar uma vez mais ao povo português e às suas organizações combatentes a simpatia, o apoio fraternal dos povos das colónias portuguesas; denunciar e condenar os crimes que o governo português não cessa de cometer contra o seu povo.»

«...o mesmo inimigo» — «Avante!», VI Série, n.º 323, Nov. 1962).



## No 70.º aniversário de Outubro Encontro de Partidos e movimentos democráticos e progressistas



## Um estímulo

**A**s comemorações do 7 de Novembro tiveram aspectos diversos, ainda que complementares — declarou ao «Avante!» à sua chegada a Lisboa, o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, que dirigira a delegação portuguesa que participou em Moscovo nas comemorações do 70.º aniversário da Revolução de Outubro. As comemorações não se limitaram ao acto revolucionário de 7 de Novembro, mas também à transformação da sociedade, à construção do socialismo na União Soviética ao longo destes 70 anos e às suas repercussões em toda a evolução mundial: construção do socialismo noutros países, revoluções emancipadoras de numerosos povos, ruir do sistema colonial. Tanto nos discursos do camarada Gorbatchov na sessão solene e no encontro dos partidos, como nas intervenções de numerosas delegações, a temática não se limitou a estes aspectos das comemorações.

Particularmente dois problemas estiveram presentes: a «perestroika» e a paz. Sobre a «perestroika» — sublinhou Álvaro Cunhal — pronunciaram-se de maneira favorável creio que todas as delegações que intervieram. Ficou reforçada a ideia, em termos mundiais e desmentindo as campanhas que se têm desenvolvido, de que a política de reestruturação e transparência na União Soviética assenta nas grandes realizações do socialismo e representa um novo avanço do socialismo na União Soviética. A defesa da paz mundial — afirmou, por outro lado, o secretário-geral do PCP — acabou por ser o ponto dominante e comum, unindo numa mesma vontade de evitar uma catástrofe nuclear todas as forças representadas. A causa da paz é de toda a Humanidade e na sua defesa não deve haver fronteiras nem nacionais, nem sociais, nem políticas. Naturalmente que em relação a qualquer destes problemas houve ampla troca de impressões e o relatório do camarada

Gorbatchov foi um ponto de referência central. A unidade do movimento comunista, a unidade do movimento das forças progressistas, a unidade do movimento das forças da paz, foram problemas também presentes nas intervenções e debates. Tudo aquilo que se viveu nestes dias na União Soviética é um grande estímulo para todos estes processos — acentuou, por fim, o camarada Álvaro Cunhal. O «Avante!» publica hoje o discurso de Mikhail Gorbatchov no Encontro dos Representantes dos Partidos e Movimentos Democráticos e Progressistas e os discursos de Álvaro Cunhal na sessão solene das comemorações e no Encontro. Assinaladas em Portugal, de norte a sul do país, as comemorações do 7 de Novembro tiveram o seu ponto alto no Porto, numa série de iniciativas de que publicamos também a reportagem, bem como excertos da intervenção do camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.



## Álvaro Cunhal na sessão solene

# Revolução de Outubro força propulsora de um processo universal

É para nós motivo de profunda alegria estarmos aqui festejando convosco, com o Partido de Lénine, com o povo soviético, o 70.º aniversário da revolução Socialista de Outubro por motivo do qual vos transmito as mais calorosas e fraternais saudações do Partido Comunista Português.

Quando do nascimento do País dos Sovietes, os arautos do capitalismo proclamavam que se tratava de um acontecimento especificamente russo, isolado, fortuito, que não modificaria o curso da história.

Os 70 anos passados mostram que a Revolução de Outubro foi ponto de partida e força propulsora de um processo universal. Porque, sob o impulso da Revolução de Outubro, o movimento comunista expandiu-se a todos os países. Porque novas revoluções socialistas tiveram lugar na Europa, na Ásia, na América Latina e em África. Porque os povos submetidos ao jugo colonial se levantaram para a luta, conquistaram a independência, fizeram ruir o secular sistema do colonialismo. Porque revoluções democráticas e revoluções nacionais retiraram ao domínio imperialista grande parte do nosso planeta.

Apesar destas realidades os arautos do capitalismo proclamam o que chamam «o declínio irreversível do comunismo». Mas os 70 anos decorridos desde Outubro mostram que, embora num processo desigual e irregular, a evolução do mundo acusa sim o declínio irreversível do capitalismo e o avanço do processo de transformação social inseparável da Revolução de Outubro, da construção do socialismo na URSS e noutros países socialistas, da influência dos objectivos e ideais dos comunistas, da solidariedade inspirada pelo internacionalismo proletário.

Por isso não é só na URSS, no país de Outubro, que o 70.º aniversário se comemora.

Ele comemora-se em todos os países pelos trabalhadores e pelos povos que nos ideais de Outubro continuam a encontrar inspiração, estímulo e força para a sua própria luta por uma nova sociedade.

Assim também em Portugal se comemora o 70.º aniversário da Revolução de Outubro com determinação e confiança no futuro, apesar da difícil situação que se atravessa.

Difícil, porque há 11 anos que sucessivos governos desenvolvem violentas ofensivas contra as conquistas democráticas alcançadas pelo povo português com a Revolução de Abril de 1974 e consagradas na Constituição.

Roubam terras, gados e máquinas às cooperativas da reforma agrária. Arruinam empresas nacionalizadas para justificar a sua reprivatização. Limitam direitos dos trabalhadores. Atacam o sistema político democrático. Preparam mesmo uma revisão da Constituição para alcançarem uma cobertura legal à política contra-revolucionária.

Mas o facto é que, apesar dos sérios golpes que assestaram nas conquistas de Abril, não conseguiram ainda liquidá-las. Elas são defendidas palmo a palmo e a luta continua para assegurar o prosseguimento do regime democrático.

O PCP encontra-se no coração da batalha, com a determinação e a confiança que lhe vem de toda a sua história, das suas profundas e indestrutíveis raízes na classe operária e no povo de Portugal, e também do estímulo dado pelos ideais de Outubro e pelo avanço do socialismo no mundo.

A construção da sociedade socialista constitui a mais criativa realização social e a mais complexa e exaltante transformação revolucionária que jamais tinha sido empreendida na história da humanidade.

A realização de uma tarefa tão complexa, exigindo soluções novas por caminhos desconhecidos, não poderia ser isenta de dificuldades e de obstáculos tanto de natureza externa como de natureza interna.

Todos esses obstáculos têm sido ultrapassados e vencidos, porque no socialismo não há contradições antagónicas e porque o marxismo-leninismo dá os instrumentos teóricos necessários para encontrar com criatividade soluções correctas para as situações, problemas e fenómenos novos.

Queremos aqui saudar-vos, pela reestruturação em curso na União Soviética, reestruturação que (pela aceleração do desenvolvimento socioeconómico e o aprofundamento da democracia no Estado, no Partido e na sociedade), representa um enriquecimento e aperfeiçoamento da sociedade socialista — não um recuo, mas um novo avanço do socialismo.

Desejamo-vos, queridos camaradas, grandes êxitos no vosso trabalho e na vossa luta para cumprimento das tarefas revolucionárias traçadas pelo XXVII Congresso do PCUS.

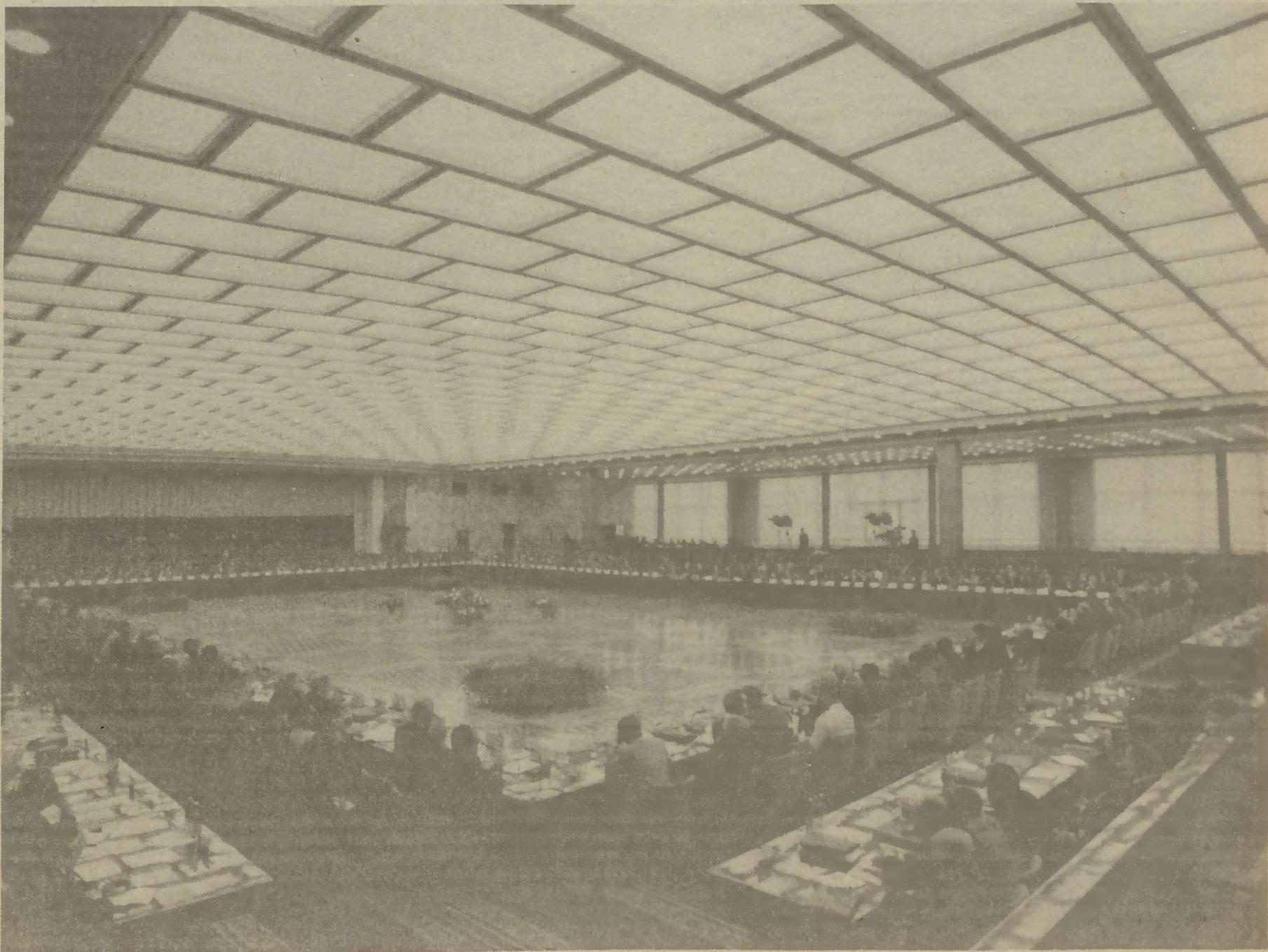
Entre essas tarefas, a defesa da paz.

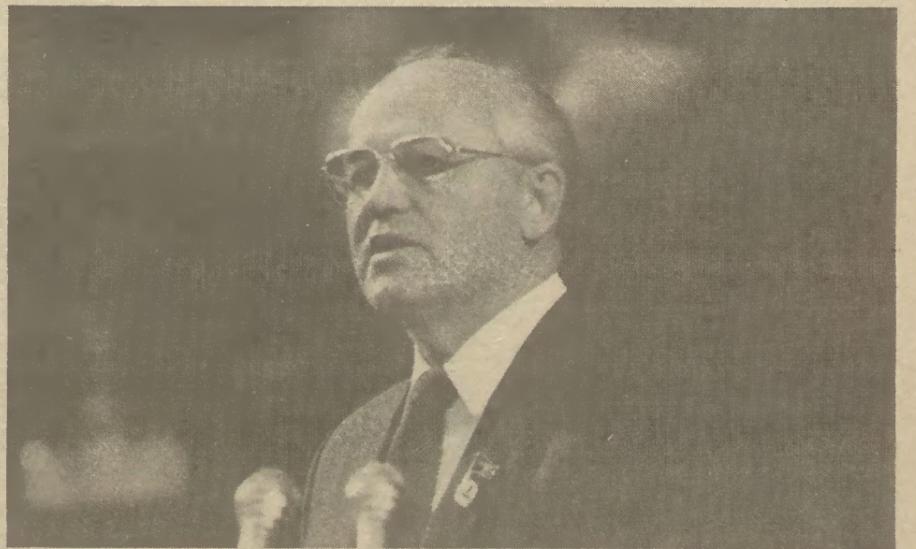
As propostas e iniciativas de paz da União Soviética correspondem aos interesses de toda a humanidade e por isso merecem o apoio de todos os povos e países.

A defesa da paz é causa e tarefa de toda a humanidade. Mas, na realização dessa tarefa, a União Soviética, inspirada pelos ideais da Revolução de Outubro, desempenha um papel central.

Por isso, entre todas as motivações da saudação que neste glorioso aniversário aqui vos trazemos do Partido Comunista Português, conta-se também, em primeiro plano, a contribuição decisiva que o povo soviético está a dar para a paz mundial.

Viva o 70.º aniversário da Revolução de Outubro! Viva a unidade dos partidos comunistas e operários! Viva a unidade de todas as forças da democracia, da independência nacional e do progresso social! Viva a unidade dos povos na defesa da paz mundial. ■





## M. Gorbatchov: «Assiste-se a uma profunda revolução social, cujas origens radicam na Revolução de Outubro»

### A responsabilidade do MCI

À luz do que foi dito, é extremamente elevada a responsabilidade internacional das forças progressistas da actualidade, entre as quais o **Movimento Comunista** ocupa e ocupará um lugar de relevo.

Ao representar aqui o PCUS, gostaria de dizer mais algumas palavras em suplemento ao meu relatório de anteontem. Tal como muitas outras coisas neste mundo, o Movimento Comunista necessita de renovação e alterações qualitativas.

Hoje em dia, é particularmente importante que ele seja uma força não só nacional, mas pela sua própria natureza, internacional. Força essa que é necessária ao nosso mundo. No que diz respeito ao PCUS, ele não concebe os seus planos e assuntos internos fora do contexto internacional, não deixando de ter em conta o seu significado para aqueles que têm os mesmos ideais e em geral para as forças progressistas.

Nós próprios sentimos que no período de estagnação diminuiu a influência internacional do socialismo. Assim, a «perestroika» foi necessária na URSS também sob este ponto de vista. Compreendemos perfeitamente a importância da nossa obra na nova etapa, não só no plano económico e político mundial, como também ao nível do apoio moral às forças do socialismo, democracia e progresso.

Todavia, é insuficiente a simples acção paralela em cada país. É necessária também a interacção, evidentemente de forma moderna.

Torna-se necessário, se a expressão for lícita, uma cultura mais perfeita de relacionamento entre as forças progressistas. Uma cultura que torne possível acumular a diversidade da experiência e compreender o mundo que nos rodeia com todo o seu colorido variado e contradições. A «orgulhosa pretensão de tudo saber» é equivalente ao medo de perder a capacidade de enfrentar novos problemas e testemunha o hábito arreigado de recusar por recusar os pontos de vista alheios. Desta maneira não pode haver diálogo nem discussão produtiva. E, o que é mais importante, nada se consegue.

Tal como não era possível no início do século extrapolar, de uma forma dogmática, para a época do imperialismo todas as teses avançadas por Marx e Engels, tão-pouco é possível executar hoje uma operação análoga, avaliando a contemporaneidade com base nos postulados surgidos nos anos 50, 60 ou até 30. É necessária uma nova interpretação do potencial criador legado pelos nossos antepassados em prol da libertação social do homem, uma interpretação que permita fazer uma análise exacta da nova realidade e extrair conclusões políticas maximamente correctas.

No processo de procura de uma alternativa programática para a sociedade em oposição e para a tensão provocada pela contraposição no cenário mundial existem muitas perguntas que esperam uma resposta. O nosso Partido, as suas forças teóricas e científicas passaram a procurar seriamente estas respostas, libertando-se das concepções e esquemas gerados por diferentes épocas e diferentes possibilidades para o processo criativo.

Convidamos à cooperação e à busca conjunta, não só os partidos irmãos, os comunistas, mas também os socialistas e sociais-democratas, bem como os representantes de outras direcções de pensamento e acção política. Convidamos todos aqueles a quem são queridas as conquistas do conhecimento humano, e que querem mantê-las e utilizá-las para as gerações futuras.

Este trabalho é vital para a compreensão da nova conjuntura em que a renovação da civilização se interligou com a tarefa da sobrevivência do género humano.

A nova mentalidade significa uma nova moral e uma nova psicologia, significa que cada pessoa, permanecendo cidadão do seu país, membro do seu partido ou activista de um movimento nacional progressista, deve também assumir a responsabilidade pelo semblante do mundo em geral e pela existência ou não deste mundo. ■

Estimados camaradas e amigos!

Volto a saudar-vos, desta feita na qualidade de participante neste nosso encontro, invulgar sob todos os pontos de vista, por ser um encontro que reflecte as alterações profundas que o mundo atravessa hoje.

Aproveito a ocasião para vos agradecer a vossa vinda e participação nas nossas solenidades. Para nós isso significa uma honra e um apoio.

Camaradas! Todos vós estivestes presentes na reunião solene dedicada ao 70.º aniversário da Revolução de Outubro. Isso evita-me falar de novo sobre os nossos problemas. Mas, gostava de expressar algumas considerações em complemento àquilo que disse no relatório.

Afastada a potente onda revolucionária, V. I. Lénine foi o primeiro a compreender a enorme complexidade do movimento face aos objectivos que a Revolução de Outubro tornou, como muitos pensavam, tão próximos.

A sua concepção de nova política económica retirou a ideia da coexistência pacífica («convivência pacífica»), também dele, da área essencialmente política ou mesmo diplomática para a esfera das leis fundamentais da época.

É verdade que se seguiram períodos em que dominaram outras concepções. Hoje, afastámos finalmente as tentativas, que por vezes se registaram no passado, de enganar a História, partindo dos desejos e não da realidade.

Nos anos 80, delinearão-se nitidamente as peculiaridades do desenvolvimento mundial, acumuladas e amadurecidas em todo o período do pós-guerra. Peculiaridades sobretudo da época nuclear que trouxe para o primeiro plano o problema da própria sobrevivência da Humanidade. Mas também do processo, estimulado pela revolução científico-técnica, de aumento da complexidade das relações económicas mundiais e da interdependência dos países e povos do mundo, assim como da afirmação do seu carácter íntegro e, simultaneamente, variado e contraditório. Ao fim e ao cabo, do agravamento dos problemas globais que lançam um desafio à própria capacidade biológica do homem de se adaptar aos perigos, ao ritmo e ao «stress» da vida contemporânea.

Tudo isso ilumina novas facetas do conteúdo da ideia de existência pacífica, o que exige uma nova análise e uma re-consideração das tarefas dos movimentos políticos e a superação dos esquemas ideológicos e estereótipos criados. Não é um trabalho nada fácil. Ninguém tem receitas prontas. É difícil acreditar que alguém tenha nas suas mãos o «fio de Ariadne», que permitiria encontrar saída do labirinto que representa o contraditório mundo da actualidade.

Ao expormos as nossas concepções de nova mentalidade, não pretendemos de maneira alguma monopolizar a verdade. Procuramos e convidamos os outros a procurar os caminhos pelos quais a Humanidade poderá atravessar o «campo de minas» dos nossos dias e sair para o século XXI, para um mundo sem armas nucleares nem violência.

### Uma profunda revolução social

Estamos convictos que, numa perspectiva histórica, será precisamente o socialismo que dará o contributo decisivo para a superação dos pontos críticos surgidos no processo de desenvolvimento da civilização. É precisamente este sistema que possui a capacidade potencial de influir eficazmente na superação desses pontos críticos e na busca daquele equilíbrio de interesses que permitirá à Humanidade atingir um nível essencialmente diferente e possibilitará a sua sobrevivência. O potencial do socialismo ainda não se revelou plenamente.

Em essência, assiste-se a uma **profunda revolução social**, cujas origens radicam na Revolução de Outubro. Mas o seu carácter duradouro, novo e desigual, a combinação e a coexistência de arranques progressivos e recuos, a substituição recíproca e a interligação dos processos revolucionários e evolucionários tira a força vital a quaisquer esquemas lógicos criados com base em antigos manuais.

A lógica do movimento social da época faz-se sentir cada vez mais. Consiste, na sua essência, na autodesacreditação material e espiritual da sociedade exploradora.

Todavia, nem os momentos negativos na história do socialismo, nem bibliotecas inteiras de obras de opositores do marxismo, nem tão-pouco a agudeza e a subtilidade da polémica ideológica mundial puderam desmentir o postulado de que o **capitalismo tem uma alternativa**. E essa alternativa é o socialismo.

Contudo, persistem várias formas de desenvolvimento. Em cada nova espiral histórica, as forças do velho mundo têm possibilidade de eliminar as discrepâncias mais perigosas do momento e prolongar o seu domínio.

Assim aconteceu, por exemplo, com o aproveitamento pelo capitalismo da revolução científico-técnica. Os antagonismos do sistema capitalista ressurgem naturalmente em cada nova etapa, mas de maneira nova e diferente.

No entanto, a revolução tecnológica encontra-se apenas na sua fase inicial e as principais consequências do seu aproveitamento à maneira capitalista estão ainda por chegar. A análise teórica circunstanciada deste problema mal se iniciou. Por entre a fórmula corrente de contínuo aprofundamento da crise do capitalismo só entendemos a essência dos métodos de produção, sem falar já das previsões políticas.

O facto de o socialismo real apresentar um certo atraso

em relação ao capitalismo, quanto ao nível de desenvolvimento tecnológico, não permitiu um novo nível de compreensão dos processos. As premissas para a superação deste atraso radicam no processo de reestruturação revolucionária da sociedade socialista e na sua transição para um estado qualitativamente novo. Mas é precisamente esta sociedade do futuro que constitui o tipo mais elevado de socialismo que ajudará os que procuram uma alternativa social.

Devem ter notado que no discurso proferido na reunião solene falei das duas manifestações mais perigosas das leis do capitalismo: a militarização e as trocas regionais com o mundo em vias de desenvolvimento. Estas formas só são possíveis, porém, com o apoio de uma política estatal correspondente. Política essa que só beneficiará de apoio enquanto persistir o medo perante a «ameaça soviética» e enquanto estiver firmemente arreigada na consciência a convicção de que existem interesses nacionais «principais» e «secundários», e que existem «sujeitos» e «objectos» da política e economia mundiais, ou seja, uma esfera neocolonialista.

Com todas as suas consequências internacionais, a reestruturação do nosso país destrói o medo perante a «ameaça soviética», e o militarismo perde a sua justificação política. A inaceitabilidade e a periculosidade dos recursos gastos com o armamento tornam-se cada vez mais evidentes em face do perigo ecológico e relativamente ao aumento do desemprego, que na fase actual da revolução científico-técnica se transforma num problema completamente novo face ao passado. O sistema financeiro, incapaz de resistir à sobrecarga da corrida aos armamentos, às dívidas estatais astronómicas e ao egoísmo económico hegemónico, lança-nos sinais de alarme.

Por outro lado, o novo impulso libertador, que se forma actualmente no «Terceiro Mundo» (quanto ao próprio termo, estou de acordo com a opinião de Rama R. Rama que entrevi antes de mim) ameaça explodir, se os países em vias de desenvolvimento não obtiverem igualdade nas relações económicas mundiais, se a ideia de uma nova ordem económica internacional não se começar a transformar em realidade, e ainda se a ideia do «desarmamento em prol do desenvolvimento» não se implementar.

Eis por que linhas se forma a chamada «massa crítica» no processo mundial que se pergunta — subsistirá ou não a civilização, afinal a essência de tudo que ocorre no mundo.

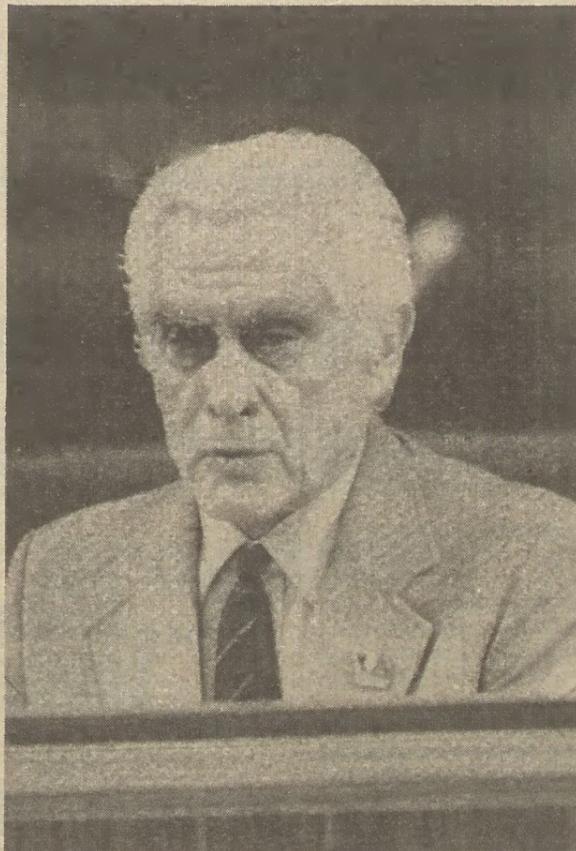
Actualmente já não é possível encarar o desenvolvimento do mundo apenas do ponto de vista da luta entre dois sistemas sociais opostos. A dialéctica do desenvolvimento consiste na unidade, combate, competição e interacção de numerosos factores. É precisamente nesta interacção de sociedades diferentes que cada um se deve submeter a exame. Mas é evidente que isto não significa necessariamente a união e a convergência.

Nós não cedemos minimamente quanto aos valores autênticos do socialismo. Pelo contrário, procuraremos enriquecer, desenvolver e libertar o nosso sistema de tudo o que distorceu o seu carácter humanista. Não buscamos de forma alguma o «amor» do nosso adversário de classe. Não precisamos dele.

Acreditamos que a própria vida obrigará o nosso inimigo de classe a entender as realidades e a compreender que estamos todos no mesmo barco e que este deve ser conduzido de forma a não se virar.

Para o socialismo confluem dentro desta linha os interesses de classe do sistema e os interesses de toda a Humanidade. E para o capitalismo não existe outro caminho sensato senão o da coexistência e da competição.

Só em conjunto se pode diminuir e eliminar o perigo global de «enfarte» ecológico. Este problema há muito que se tornou internacional. Isoladamente, é pouco provável que se consiga resolver verdadeiramente o problema energético e ainda menos aproveitar as riquezas do mar. Finalmente, só a razão colectiva da Humanidade está em condições de conquistar o espaço em torno da Terra, do Sol ou mesmo mais longe.



Este grande encontro aqui na União Soviética, de representantes de forças políticas e de povos de todos os continentes para comemorar o 70.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro representa, pela sua própria realização, o reconhecimento de algumas realidades que caracterizam a época que vivemos.

Significa o reconhecimento do alcance histórico, não apenas do acto revolucionário que levou os trabalhadores à conquista do poder e à instauração do primeiro Estado de operários e camponeses, mas também da construção de uma nova sociedade de que foi abolida a exploração do homem pelo homem.

Significa o reconhecimento das repercussões da Revolução de Outubro e da construção da nova sociedade, intervindo como factor impulsionador determinante do avanço da evolução mundial marcado nos 70 anos decorridos por novas revoluções socialistas vitoriosas, pela libertação do secular jugo colonial de grande parte da Humanidade, pelo alargamento das ideias e da luta dos comunistas a todo o planeta.

Todas as grandes transformações sociais dos últimos 70 anos são inseparáveis da Revolução de Outubro, dos êxitos na construção da sociedade socialista na União Soviética e noutros países socialistas, da solidariedade inspirada pelos princípios do internacionalismo proletário.

Por muito que os ideólogos do capitalismo procurem reabilitar o sistema capitalista e desacreditar o socialismo, por muito que apregoem o «declínio irreversível» do movimento comunista, a verdade é que os 70 anos decorridos desde a Revolução de Outubro e a situação mundial presente confirma o declínio irreversível do capitalismo e o avanço no mundo, embora num processo extremamente irregular e desigual, da luta libertadora dos trabalhadores e dos povos.

A história dos últimos 70 anos e o exame da situação presente indicam que a perspectiva não é o «declínio» ou «recuo» mas o avanço do socialismo.

## 25 de Abril

É um direito sagrado dos trabalhadores e dos povos lutarem pela sua libertação social e nacional, e por muito que a propaganda do imperialismo procure abalar a sua confiança no futuro, é nossa profunda convicção que novas revoluções democráticas, de libertação nacional e socialistas marcarão a História nos próximos decénios.

Antes da revolução democrática portuguesa de Abril de 1974, poucos acreditavam que o povo português tivesse força revolucionária bastante para derrubar a ditadura fascista, antes que se produzissem importantes acontecimentos políticos noutros países, designadamente o fim da ditadura de Franco em Espanha. E, entretanto, o povo português não esperou que a libertação lhe viesse do estrangeiro e a revolução de Abril de 1974 derrubou a ditadura fascista, pôs fim às guerras coloniais; reconheceu aos povos das então colónias portuguesas o direito à completa e imediata independência, assegurou as liberdades e direitos dos cidadãos, liquidou os monopólios, os latifúndios e o capitalismo monopolista de Estado, e instaurou uma democracia política avançada.

Desde 1976 sucessivos governos desenvolvem um processo contra-revolucionário procurando destruir as conquistas democráticas do povo português. A entrada de Portugal na CEE é utilizada como instrumento nesse processo. Mas a luta continua com a confiança em que o povo português será capaz de defender o regime democrático instaurado com a revolução de Abril. Lutando na defesa e consolidação do regime democrático, nós comunistas temos sempre no horizonte a construção de uma sociedade socialista em Portugal e é esse objectivo e essa perspectiva que nos caracterizam como comunistas.

## Transformando a vida transformar o homem

De todos os exaltantes aspectos das transformações da sociedade humana em que participamos no nosso século, aquele que distingue qualitativamente o mundo de hoje e que tem a sua raiz na Revolução de Outubro é a construção de uma nova sociedade na qual, pela primeira vez na História da Humanidade, o desenvolvimento das forças produtivas, o progresso técnico, científico e cultural, não são movidos pelos interesses egoístas de uma classe detentora dos meios de produção e exploradora, nem impostos pela força do Estado aos que trabalham, mas postos ao serviço da libertação e bem-estar do ser humano.

Trata-se do projecto de realização política e social mais audacioso e mais complexo de toda a História da Humanidade. Trata-se não apenas de modificar estruturas do Estado e da sociedade, mas de, transformando a vida, transformar o homem.

Obra gigantesca de gerações, obra que implica em cada país onde se realiza a superação de atavismos, de tradições retrógradas, de dificuldades, de obstáculos, de resistências internas e externas, por vezes de crises, de deficiências e de erros exigindo correcções e viragens. Mas o que é essencial, a par da experiên-

# Álvaro Cunhal no Encontro : «É um direito sagrado dos trabalhadores e dos povos lutarem pela sua libertação social e nacional»

cia e do ensinamento é a importância histórica, não apenas para os respectivos povos, mas para a evolução mundial das grandes realizações e transformações operadas na construção do socialismo, na União Soviética e nos outros países socialistas, transformações e realizações que, embora com trajectos diversos e cursos acidentados, impulsionam novos avanços do processo de libertação da Humanidade.

A profunda reestruturação da organização económica, social e política actualmente em curso na União Soviética, visando um novo avanço e o melhoramento da sociedade socialista, assenta nas realizações de 70 anos do poder soviético e confirma as potencialidades do socialismo e a força propulsora da Revolução de Outubro.

É profundamente empenhados nessa reestruturação que a URSS, país de Outubro, o PCUS, partido de Lénine, e o povo soviético recebem como convidados representantes dos povos de todo o mundo para as comemorações que estão efectuando. Mas não é só na URSS que a Revolução de Outubro é comemorada. Ela é também comemorada em todo o mundo e não apenas pelos comunistas, mas por todas as forças revolucionárias, por todas as forças progressistas, porque a Revolução de Outubro se tornou parte do património histórico e político dos trabalhadores e dos povos de todos os países. É com esse espírito que em Portugal se está também comemorando esta data gloriosa.

## Revolução muitos caminhos

A extensão progressiva do processo de transformação social a todos os continentes, a países com os mais variados estádios de desenvolvimento económico e social e as mais variadas condições objectivas e subjectivas, implica necessariamente processos diversificados com acentuadas particularidades e originalidades e demonstra que as revoluções não se podem copiar e que as grandes transformações sociais exigem das forças políticas que as dirigem e dos povos, por um lado a análise da experiência internacional, por outro lado a busca criativa de soluções adequadas às próprias realidades.

Num tão universal e complexo processo, aparecem novas forças que dirigem a luta libertadora nos países respectivos. Todas recebem, entretanto, directa ou indirectamente, a influência dos ideais dos comunistas e das conquistas do socialismo. No mundo actual todas as revoluções verdadeiramente democráticas e de libertação nacional acabam por encontrar no seu percurso o caminho do socialismo.

Esta situação, a nosso ver, coloca aos partidos comunistas e operários a necessidade, por um lado, de reforçar entre si a cooperação, a unidade e a solidariedade recíproca; por outro lado, de uma reflexão aprofundada acerca do que é actualmente o movimento comunista, de quais são os seus limites e de quais são as suas componentes; e, finalmente, de um reforço do diálogo, da cooperação e da solidariedade recíproca dos comunistas

com todas as forças da democracia, da independência nacional, do progresso social e do socialismo.

O mundo em que vivemos apresenta uma densa rede de contradições de classe e de processos de transformação e de luta sobrepostos e muitas vezes contraditórios.

O mundo contemporâneo vive uma realidade global e cada país vive a sua própria realidade. Nem se podem transplantar para a escala internacional sistemas de alianças válidas em tal ou tal país, nem se podem transplantar para todos os países alianças entretanto válidas à escala internacional.

Uma coisa é porém certa e a experiência mundial diariamente o comprova: que não só é necessário como é sempre possível encontrar objectivos comuns, possibilidades de acção comum, razões de solidariedade, entre as forças da democracia, do progresso social, da independência nacional e do socialismo.

A participação nas comemorações da Revolução de Outubro de tão grande número de delegações representando um tão vasto leque de formações políticas e sociais indica que a diversidade de objectivos e perspectivas que se colocam à Humanidade à escala mundial e em cada país não contrariam antes abrem possibilidades imensas (em graus diversos e em situações diversas) de aproximação, de entendimento e de cooperação entre forças políticas e sociais.

## Paz razão maior

Além do mais, no momento internacional que vivemos, há uma razão maior que impõe a convergência e acções comuns de todos os povos e de todos os países. Essa razão maior é a sobrevivência da própria espécie humana, é a defesa da paz, a luta para impedir a hecatombe de uma guerra nuclear.

Também a este respeito tem particular significado a realização deste encontro na União Soviética, cujas iniciativas e propostas de paz, construtivas e realistas, não só comprovam a natureza pacífica do sistema socialista, não só comprovam o papel essencial e determinante da URSS na defesa da paz, como dão no imediato sólida base para a redução, limitação e eliminação das armas nucleares. Queremos aqui expressar a nossa esperança de que sejam firmados os acordos sobre a retirada dos mísseis de curto e médio alcance na Europa, o que representará um importante passo para o desanuviamento nas relações internacionais, para travar a corrida aos armamentos, para prosseguir com êxito a luta pela paz.

É significativo que forças políticas e sociais tão diversas vindas de todos os continentes o afirmem aqui no país dos soviéticos, nas comemorações da gloriosa Revolução Socialista de Outubro.

Porque a paz corresponde aos interesses vitais do desenvolvimento social e ao ideal humanista da sociedade socialista. Porque pôs fim às guerras e assegurar a paz insere-se entre os mais elevados ideais da Revolução de Outubro. Porque a defesa da paz se tornou a causa de toda a Humanidade. ■



Os interesses dos milhares de pessoas que, durante dois dias, participaram, no Porto, nas Comemorações do 70.º Aniversário da Revolução Socialista de Outubro eram, com certeza, diversos. Por isso, na diversidade de iniciativas promovidas pela DORP do PCP, que aconteceram no Palácio de Cristal no passado fim-de-semana, vimos de tudo um pouco.

Vimos aqueles que, mais interessados em «novidades», olhavam com algum espanto para o «pequeno», mas em tamanho natural, protótipo do Sputnik, há trinta anos lançado em órbita pela União Soviética, e que veio agora a acompanhar a exposição como tema «O Cosmos e a Paz», uma mostra dos avanços científicos na conquista e exploração pacífica do cosmos. Outros, liam, uma por uma, as notícias sobre «os acontecimentos na Rússia», que a imprensa diária do Porto (Jornal de Notícias, O Primeiro de Janeiro, O Comércio do Porto), publicou durante o mês de Novembro de 1917, num trabalho integrado na exposição sobre os principais passos da Revolução Bolchevique e sua repercussão em Portugal.

Houve quem visse essencialmente cinema, no Auditório 2, onde, quase sem interrupção foram passados num «Ciclo de Cinema Soviético» uma boa variedade de filmes. Outros, interessando-se mais pela música e a poesia, preferiram não perder a intervenção, no sábado de tarde, de um Grupo Coral e Instrumental que interpretou «Cantos da Revolução», ou «A Revolução na Música», no do-

mingo, uma audição comentada pelo maestro José Luís Borges Coelho, ou ainda os «Momentos de Poesia» que, nos dois dias, integraram o programa. Igualmente «A canção na Revolução Portuguesa», espectáculo com Samuel e actuação do Grupo Estatal de Danças e Cantares do Azerbaijão foram momentos que despertaram o interesse dos presentes.

Um debate no sábado, sobre os problemas da Paz em que foram conferencistas Armando de Castro e Paulo Areosa Feio, permitiu fazer o ponto da situação da ofensiva do socialismo pela paz no mundo, em particular nos últimos dois anos. Já no

domingo, milhares de pessoas puderam ouvir e colocar questões a Igor Guriev, vice-director do Instituto Científico da Economia Mundial e das Relações Internacionais da URSS, sobre o tema então em debate, «A URSS hoje — a reestruturação e o aprofundamento da democracia socialista».

Também houve oportunidade para o convívio, oportunidade para ver e adquirir artesanato, livros ou discos, para ter encontro com a solidariedade no «stand» da Associação de Amizade Portugal/Angola, para conhecer as actividades e colher informação na Associação Portu-

gal/URSS e na da RDA. Houve, sobretudo, a oportunidade de comemorar com os olhos no futuro os 70 anos da Grande Revolução Socialista de Outubro, uma revolução que, nas palavras do camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, durante a curta alocução que proferiu, quase chegada ao fim a iniciativa, «nos surge com toda a clareza como um dos mais importantes e decisivos marcos da história da Humanidade». ■

## As comemorações no Porto



## Carlos Costa: Um decisivo marco na história da Humanidade

Comemoramos hoje aqui, na cidade do Porto, o 70.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro. A grandeza desses dias tumultuosos, o heroísmo do proletariado russo, o papel de Lênine e do Partido Bolchevique, surgem-nos com toda a clareza como um dos mais importantes e decisivos marcos da história da Humanidade.

Foram estas as primeiras palavras da intervenção do camarada Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, que discursou no passado domingo no Palácio de Cristal. O discurso do dirigente comunista que, no final, abordaria também a situação política nacional, incidiu sobretudo, naturalmente, sobre o significado do momento histórico que se comemorava e que, ali, no Porto, tinha alta expressão com a série de iniciativas que noticiamos noutro lugar.

Hoje estamos em condições de avaliar os grandes êxitos e realizações alcançados pela União Soviética — disse mais adiante o camarada Carlos Costa. — A consolidação do poder dos trabalhadores e a criação acelerada de um imenso potencial económico, industrial e técnico-científico baseado na propriedade colectiva dos meios de produção. A liquidação da exploração do homem pelo homem, do desemprego, da miséria, do analfabetismo, da opressão nacional. Estamos em condições de avaliar a enorme elevação do nível de vida dos trabalhadores, a protecção social efectiva, a consagração real dos seus direitos e liberdades. A assistência médica e o ensino gratuitos. A protecção real à maternidade e à infância. O desvelo com que a sociedade trata os seus reformados. O nível cultural de todo o Povo, dos mais elevados do mundo.

**Dimensão universal**  
Setenta anos, medidos pela

vida de um homem ou de uma só geração, são muito tempo. Mas do ponto de vista histórico são na realidade um prazo muito curto.

Em 7 décadas o panorama mundial transformou-se profundamente e o imperialismo foi obrigado a recuar em grande parte do planeta.

Outras revoluções socialistas, embora com soluções e sistemas diversos, instauraram o poder dos trabalhadores, noutros países da Europa, da Ásia, da América Latina e da África.

Mais de um terço da Humanidade libertou-se da exploração capitalista. Um poderoso potencial económico e técnico-científico, que proporciona cerca de 40% da produção industrial mundial, foi criado pela comunidade socialista. A possibilidade de solução dos problemas sociais sobre uma base diferente da capitalista, que garante aos trabalhadores uma vida digna e tranquila, está demonstrada.

Neste período de 7 décadas os

impérios coloniais ruíram e dezenas de povos socialmente oprimidos construíram novos Estados independentes.

O Proletariado Internacional reforçou-se e o movimento comunista e operário ganhou dimensão universal.

A luta libertadora dos trabalhadores e dos povos, com as suas vitórias históricas, marca decisivamente o conteúdo de toda a época contemporânea.

### O imperialismo não se conforma

O imperialismo e a reacção não se conformaram há setenta anos com a Revolução Socialista de Outubro. Como não se têm conformado ao longo destas 7 décadas, com o curso do processo revolucionário mundial que, apesar da sua complexidade e irregularidade está a conduzir todos os povos pelo caminho da sua libertação social e nacional.

O imperialismo procura retomar a iniciativa histórica e inverter o sentido da evolução política e social da Humanidade.

É a busca da superioridade militar e uma estratégia de confrontação com o campo socialista. É a linha da crescente ingerência e agressão contra a luta emancipadora dos povos. É a ofensiva, nos países capitalistas, contra as conquistas sociais e políticas dos trabalhadores. É também a enorme campanha ideológica, apoiada na utilização dos grandes meios de comunicação so-

cial, com o objectivo de desacreditar os ideais e as realizações do socialismo e propagandear a «modernidade» e a «superioridade» do capitalismo para resolver os problemas dos povos.

Apesar desses esforços do imperialismo, o que a realidade do mundo contemporâneo mostra é que o capitalismo continua a sua curva descendente e que a sua crise geral é imparável.

E que é o avanço embora irregular da causa da paz, da democracia, do progresso social e do socialismo, que continua a marcar nos nossos dias o sentido geral dos acontecimentos à escala mundial.

Através de centrais internacionais especializadas na contra-informação e do domínio dos meios de comunicação social mais importantes, o imperialismo e as forças reaccionárias desenvolvem uma colossal campanha ideológica contra o socialismo real e a luta emancipadora dos trabalhadores e dos povos.

### «Perestroika»

O processo de reestruturação (a «perestroika») na União Soviética, aprovado pelo XXVII Congresso do PCUS e actualmente em curso, tem sido um dos temas mais utilizados nos últimos anos pela campanha ideológica do imperialismo para deformar e falsificar a visão do socialismo real e dos problemas que a sua construção e avanços colocam.

As duas teses fundamentais dessa campanha ideológica do imperialismo são conhecidas: a primeira, a de que o processo de reestruturação na URSS viria afinal comprovar a falência do socialismo, a segunda tese, e consequência da anterior, que a linha de superação dos problemas do socialismo, passaria pelo abandono dos seus princípios e objectivos fundamentais e pela introdução dos princípios económicos e políticos das sociedades capitalistas.

Nada mais falso como sabemos.

Porque a necessidade do processo de reestruturação na URSS não resulta da falência, mas exactamente do crescimento e do amadurecimento do socialismo, da sua capacidade de se autodinamizar e superar as suas próprias dificuldades.

Porque o processo de reestruturação na URSS — com a aceleração do desenvolvimento socio-económico, com a reorganização da economia na base do progresso científico-técnico, com a satisfação mais completa das necessidades do povo, com o aprofundamento da democracia económica, social, cultural e política — não só não representa um recuo na construção do socialismo e no caminho do comunismo, e um regresso a soluções capitalistas, como significa exactamente o contrário. Trata-se, precisamente, com base nas conquistas históricas do povo soviético, e na experiência acumulada, de alcançar um novo aprofundamento, enriquecimento e aperfeiçoamento da sociedade socialista. (...) ■

■ Domingos Mealha

# Supermercados: A selva e a lei (1)

**N**a ida ao supermercado o que mais preocupa a maioria dos consumidores é, bem o sabemos nós todos, a altura dolorosa do pagamento. No entanto, é também sabido que nos supermercados — e nos hipermercados — se pode comprar mais barato. E que mais se sabe?

Entramos num loja do Pão de Açúcar e deparamos com uma jovem empregada a arrumar uma prateleira ou a atender um cliente de dada secção. Daí a nada ficamos a saber que a rapariga está, como mais de 30 colegas suas, contratada por seis meses, para trabalhar dois dias por semana, a 9 horas por dia e recebendo por isso 10 contos.

Entrámos num supermercado do Pingo Doce e só conseguimos falar com um gerente: larga o carrinho carregado de batatas, falamos em voz baixa, anuncia que não podemos falar com os trabalhadores porque «estão na hora do patrão» e, depois de uma longa espera pelo resultado de um telefonema à administração da cadeia (de supermercados, não é das outras, embora possa parecer pela descrição) diz que a pessoa que poderia autorizar-nos a fazer fotografias está numa reunião e que teremos que aguardar «af coisa de meia-hora» pela dita autorização.

Entrámos em mais alguns supermercados, falámos com dirigentes sindicais. Pensamos poder dar aos leitores uma ideia do que se passa neste sector, onde os negócios dão lucros aos milhões enquanto os trabalhadores são explorados ao máximo, onde a publicidade e as técnicas de venda criam bonitas ilusões enquanto a realidade é um ambiente de intimidação, de limitação das liberdades individuais e colectivas e de atentados permanentes aos direitos de quem trabalha. Um sector onde imperam meia dúzia de empresas gigantes que, apoiadas na convivência da Inspeção Geral do Trabalho e do Governo, fazem das leis tábua rasa e dos supermercados uma selva em que o lucro é a lei suprema.

«As condições de trabalho e as relações laborais na generalidade dos supermercados são particularmente negativas» — afirma-se num estudo do CES/Sul (Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul) sobre a situação nestes estabelecimentos na península de Setúbal. «E são tanto mais negativas — sublinha o documento — quanto mais recente tenha sido a abertura».

## Vale tudo

Mais de 40% dos 10 mil trabalhadores dos supermercados estão sujeitos a uma das várias formas de trabalho precário (contratos a prazo, à hora, à tarefa, aluguer de mão-de-obra) ou não têm qualquer vínculo, nem mesmo precário, às empresas onde chegam a trabalhar, a ritmos muito intensos, mais de 9 horas por dia.

Em Março a Direcção do CES/Sul solicitou em ofício a actuação

da Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários, demonstrando com casos concretos que «é constante a falta de segurança e de limpeza na maior parte dos supermercados».

Esse ofício ainda hoje aguarda resposta e, mais importante, medidas efectivas que ponham cobro a um estado de coisas em que «tudo é válido» — como afirmava então o sindicato e como nos confirmaram agora vários sindicalistas e trabalhadores do sector —, «começando pela contratação individual de trabalho ser ultimamente única e exclusivamente de contrato a prazo, passando por 9 e mais horas de trabalho diário, falta de cumprimento das folgas obrigatórias e do descanso complementar, não cumprimento dos contratos colectivos de trabalho no que diz respeito a regalias sociais e salariais, perseguições a activistas sindicais, despedimentos sem justa causa, etc., acabando pelo não cumprimento dos editais ca-

# Os gigantes da exploração



Fernanda Guerreiro, a propósito da abertura do Pão de Açúcar de Almada ao domingo:

"O PROBLEMA PRINCIPAL NÃO TEM A VER COM A FALTA DE TEMPO PARA IR ÀS COMPRAS MAS ANTES COM A FALTA DE PODER DE COMPRA"

Arminda: "ESTABILIDADE? TRABALHO AQUI HÁ 15 ANOS, MAS A MINHA SITUAÇÃO É TÃO ESTÁVEL COMO A DE QUALQUER OUTRA DAS MINHAS COLEGAS"

marários no que concerne ao horário de fecho e abertura dos estabelecimentos e da legislação sobre higiene e segurança».

Nos 47 supermercados que funcionavam na península de Setúbal em 30 de Setembro — data abrangida no estudo de 14 de Outubro do CES/Sul —, apenas existiam 69 extintores (1,4 por estabelecimento); 22 não tinham qualquer segurança contra riscos de incêndio e só 3 tiveram acções de formação no tocante ao comportamento a ter em

caso de incêndio; a média quanto a saídas era de 1,5 por estabelecimento, mas 24 supermercados (metade do total) apenas tinham uma saída.

A média de trabalhadores com vínculo precário é de 30%, mas há estabelecimentos com índices muito superiores, chegando a atingir os 100 por cento.

O horário de trabalho é, em média, de 9,5 horas/dia e 54,5 horas/semana, enquanto o CCT estabelece 8 horas/dia e 44 horas/semana.

Os regulamentos municipais estabelecem um horário de funcionamento de 70 horas por semana que é o mais lato da Europa. No entanto, o período médio registado pelo estudo do CES/Sul nos supermercados da península de Setúbal foi de 77 horas por semana.

Os salários correspondem, regra geral, aos mínimos contratuais, mas as categorias em que os trabalhadores estão classificados não condizem com as funções que exercem. Uma situação considerada pelo sindicato como «inaceitável, dada a capacidade económica e os elevadíssimos ritmos de trabalho».

Embora o estudo se refira apenas à península de Setúbal, os sin-

Antes os responsáveis do Jumbo de Almada tinham-nos dito, a propósito da situação das 36 jovens contratadas para trabalhar só ao sábado e ao domingo: «Emprego em perigo? Têm tanto o emprego em perigo como qualquer outro trabalhador do estabelecimento.»

dicalistas contactados pelo «Avante!» fizeram questão de sublinhar que os traços principais correspondem, sem qualquer dúvida, à situação do sector em todo o país.

## A inspiração e a transpiração

Numa entrevista recente à RTP o patrão do grupo SONAE, engenhei-

ro Belmino de Azevedo, ali anunciando como o rico mais rico do país, deu a fórmula para o êxito empresarial: «10 por cento de inspiração e 90 por cento de transpiração» é, para ele, quanto basta para fazer fortuna. Não sabemos quanto ele «inspira». Temos conhecimento, isso sim, que os trabalhadores dos supermercados Modelo e dos hipermercados Continente, da SONAE (associada à Promodés francesa), transpiram muito e recebem pouco.

Em Julho abriu o hipermercado Continente na Amadora. A propaganda anunciou-o como protagonista de uma «revolução comercial», centrada no baixo preço dos produtos, no grande volume de vendas e na veloz circulação de capital. Ah! E na transpiração dos trabalhadores.

As operadoras de caixa, por exemplo, trabalham, oficialmente, 6 horas e 5 minutos por dia, mas na prática fazem mais 15-30 minutos

contrato de trabalho e o regulamento camarário estabelecem como horário de funcionamento o regime de semana inglesa.

O pessoal efectivo recusou-se a trabalhar para além das 44 horas legais. Não retaliação, houve ainda uma tentativa de transferência da delegada sindical, manobra que fracassou após a intervenção do Sindicato do Comércio e Serviços do Porto.

Actualmente a loja funciona — das 13 horas de sábado à 1 hora de domingo, durante o domingo até à 1 hora de segunda-feira e após terminados os turnos da noite do pessoal efectivo nos dias de semana (cerca das 20 horas) — apenas com trabalhadores contratados em regime de *part-time*, com contratos de 4-5 horas por dia.

Também no Porto funciona um hipermercado Continente, sobre o qual o SCSP está a preparar um

da de dezena e meia de lojas da SUPA ao grupo Jerónimo Martins, associado ao Delhaize «Le Lion» na cadeia Pingo Doce.

Os objectivos do negócio eram assim explicados: «Alienámos uma parte importante do nosso património porque esse era um passo essencial para que a estratégia definida para a actuação do grupo em Portugal pudesse ser realizada. A SUPA quer dedicar-se fundamentalmente à exploração de hipermercados e de lojas desconto, não se justificando por tal razão que conservasse os supermercados agora vendidos, já que tal implicaria uma dispersão inaceitável de trabalho e capital numa área que nos deixámos de sentir vocacionados.»

De seguida vinha a promessa: «As restantes empresas do grupo vão ser dinamizadas. Novas empresas irão ser formadas. Até ao final do ano de 1992 o Pão de Açúcar investirá mais de 15 milhões de contos em Portugal». Isto, evidentemente, para criar «riqueza e bem-estar», que eles não andam nisto para outra coisa nem nunca ouviram falar de lucros e apropriação por uns poucos da mais-valia que os outros criam.

Afirmava depois o senhor Manuel Teixeira de Abreu a sua «certeza» de que a transferência de pessoal do Pão de Açúcar para o Pingo Doce seria «uma mudança que não prejudicará ninguém e que, muito pelo contrário, constituirá para muitos uma nova e aliciante oportunidade profissional». Confidenciava mesmo que «essa foi uma preocupação que presidiu a todo o negócio».

Tudo muito bem, muito polido. A carta até começava por um familiar «Meus amigos». Mas, passadas as palavras belas, qual a situação que se vive hoje?

«O trabalho extra não está a ser pago, há trabalhadores a quem se exigem funções não adequadas à sua qualificação profissional, a empresa pretende lançar esquemas legais de descanso semanal e o diálogo não está a ser aceite pelo Pingo Doce como solução» — denuncia uma comunicada do CESL (Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços do distrito de Lisboa) distribuído em Outubro.

O sindicato admitia que algumas anomalias, «se transitórias, poderiam ser explicadas pelo próprio processo de transferência de direcção e gestão das lojas». Só que não é esse o caso e «diversas situações, quer pela sua gravidade, quer pela sua insistente manutenção, não podem mais ser silenciadas. Até porque urge que se lhes ponha termo».

A gerência do Pingo Doce afirma que não é política do grupo a realização de trabalho extraordinário. Mas o que se tem vindo a verificar



Minipreço: ao que dizem, o facto de não colocar etiquetas nas embalagens permite vender a preços mais baixos. Ao certo, sabe-se que os trabalhadores destes supermercados têm que decorar todas as semanas os preços de uma centena de artigos. Além disso, trabalham em regime de polivalência: ora carregam caixínhas e caixotes, ora arrumam e rapêem prateleiras, ora limpam a loja, ora recebem dinheiro, ora fecham contas...

dia de descanso verifica-se ao longo de qualquer outro dia da semana, de segunda a quinta-feira, conforme o critério da gerência da loja.

Estas questões foram colocadas à administração do Pingo Doce/Jerónimo Martins no dia 2 de Novembro, em reunião, pela FEPCEC (Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços). Num folheto distribuído desde o fim da semana passada aos trabalhadores, a Federação afirma contudo, que da reunião pode tirar uma conclusão: «O Pingo Doce/Jerónimo Martins não quer respeitar a bem os direitos dos trabalhadores».

## Há que pôr fim a isto!

Este é o panorama do que se passa nos supermercados do nosso país. A unidade, a determinação e a luta dos trabalhadores têm, contudo, sustido muitos ataques. Durante esta semana têm-se realizado plenários nos locais de trabalho e amanhã delegados, dirigentes e activistas sindicais vão entregar as moções aprovadas à administração do Pingo Doce/Jerónimo Martins.

Das lutas em curso, das vitórias alcançadas, dos protestos e das propostas da FEPCEC e dos sindicatos representativos dos trabalhadores dos supermercados, da inoperância escandalosa da Inspeção Geral do Trabalho e demais organismos fiscalizadores, das consequências para os consumidores, entre outros aspectos, falaremos no próximo número do «Avante!» ■

## Os números

	Dezembro	Dezembro	Dezembro
	1974	1980	1985
Total nacional .....	196	264	373
Distritos:			
Lisboa .....	92	127	153
Porto .....	30	40	70
Setúbal .....	9	12	22
Aveiro .....	12	14	19
Braga .....	3	10	12
Coimbra .....	13	17	17
Faro .....	8	12	20
Santarém .....	6	9	15

Cadeias	Lojas	Trabalhadores	Vendas
Pão de Açúcar .....	26	3098	18 815
Modelo/Continente .....	42	1121	6555
Pingo Doce .....	19	700	4662
Inó .....	20	600	3320
AC Santos .....	12	425	1410
Expresso .....	9	224	1063

Supermercados são considerados os estabelecimentos de venda ao público de produtos de alimentação e utilidade doméstica que realizem a maioria das vendas em regime de auto-serviço, vendam cada espécie de produtos não embalados numa secção diferenciada (possuindo obrigatoriamente uma secção de venda de carne ou peixe) e tenham uma área utilizável para exposição e venda não inferior a 200 metros quadrados. Esta forma de comércio já tem algumas décadas, mas o seu desenvolvimento em Portugal verificou-se fundamentalmente a partir dos anos 60.

Em Dezembro de 1974 havia no País 196 supermercados; em Dezembro de 1985 já esse número era de 373 e empregavam cerca de 10 mil trabalhadores.

As sete grandes cadeias — Pão de Açúcar, com 26 lojas em 31.12.85; Modelo/Continente/Invictos, com 42; Pingo Doce/Jerónimo Martins, com 19 (recentemente adquiriu várias lojas à SUPA/Pão de Açúcar); Inó, com 20; AC Santos, com 12; Expresso, com 9; e Europa, com 7 — que se destacam do total de 191 empresas que actuam neste ramo, venderam em 1985 quase 36 milhões de contos.

De uma área global de 184 369 metros quadrados (em 31.12.1985), as seis maiores cadeias, ocupavam 56 por cento (102 917 m<sup>2</sup>).

## Vamos actuar!

Activistas e dirigentes sindicais vão amanhã, sexta-feira, entregar à administração do Pingo Doce/Jerónimo Martins, na Rua Garrett, em Lisboa, moções aprovadas em plenários realizados ao longo da semana nos locais de trabalho exigindo a aplicação da lei e dos contratos nos supermercados daquela cadeia.

Outras acções estão previstas a curto prazo, nomeadamente no sentido de sensibilizar os utentes das lojas para os problemas dos que nelas trabalham. «A administração quer ser a lei. Mas não é! Vamos pois actuar!» — sublinha a FEPCEC num folheto a propósito distribuído na semana passada.



que nem são contados; têm 15 minutos, controlados, para comer; depois de 6 dias de trabalho têm 2 dias de descanso; ganham 25 500 escudos por mês, menos 2 contos que o estipulado no CCT; são obrigadas a assumir elas próprias a responsabilidade pelo recebimento de cheques sem cobertura; o abono de falhas é de 50 escudos por cada 100 contos e um caso diário de ultrapassagem do limite pode levar à retirada do abono de todo o mês.

O hipermercado abriu com praticamente a totalidade dos 600 trabalhadores contratados por 3 meses. Esses contratos foram recentemente anulados e os trabalhadores que ficaram no estabelecimento têm contratos por 6 meses.

No Porto a cadeia Modelo, também do grupo SONAE, explora 12 lojas. A maior é a da Rua Passos Manuel, que tem 60 trabalhadores efectivos e 20-25 em *part-time*. De Setembro para cá este supermercado funciona diariamente até à uma hora da madrugada (1), embora o



O regulamento camarário não o permite, mas para o Pão de Açúcar da Cova da Piedade conta mais a perspectiva do lucro. O CES/Sul afirma que a abertura ao domingo «além de ilegal, cria problemas na família, fomenta a precariedade de emprego e gera a curto e médio prazo desemprego, por força da concorrência desleal com o restante comércio retalhista». Para assegurar o funcionamento do «Jumbo» foram contratadas 36 raparigas: mas só para trabalharem ao sábado e ao domingo. «Também temos cá gente com contratos de 4 horas por dia» — reconheceu o gerente

■ Anabela Fino

# A Hungria na hora da Reforma

«**N**o processo de concretização das nossas tarefas não podemos de forma alguma dispensar o apoio activo, a concordância da opinião pública, e tal só pode ser obtido actuando abertamente, em público. A diminuição do nível de vida, os problemas temporários de emprego, a situação económica difícil são tudo coisas que vão desgastando a confiança das massas. Só é possível impedir este processo se os diversos indivíduos sentirem que têm tarefas próprias a executar, que podem participar na edificação do futuro no país, se as decisões em questão que interessam a amplas camadas da população forem tomadas com a participação da opinião pública, e também se nós exigirmos a tomada de iniciativas de baixo para cima. A nossa opinião pública sabe perfeitamente que debatemos os problemas fundamentais de política económica tanto com os órgãos constitucionais como com as organizações de massas, e que sempre temos em consideração os conselhos e o parecer dos peritos.

«A opinião pública espera que demos garantias sobre a concretização do programa. Não podemos dar garantias, no sentido formal da palavra, visto que, para obter êxito económico e continuar a avançar, não basta só a vontade do governo, há também necessidade da actividade dos que participam na vida económica.»

Perdoe-se a longa citação do documento aprovado na reunião de 2 de Julho último do Comité Central do POSH, pelo manifesto interesse do tema tratado e pelas importantes questões que suscita.

Em primeiro lugar, há a reter o reconhecimento implícito de que as medidas preconizadas para a recuperação económica da Hungria, devido à situação existente, são passíveis de «desgastar a confiança das massas»; em segundo lugar, é de sublinhar o reconhecimento de que a crise só pode ser ultrapassada

com a colaboração activa das massas populares; finalmente, cabe destacar a coragem e frontalidade com que se assume o facto de a priori não poderem ser dadas garantias de sucesso na tarefa de recuperação e desenvolvimento da economia, na medida em que o êxito depende fundamentalmente da capacidade de resposta «dos que participam na vida económica».

A primeira conclusão lógica a tirar é a de que os dirigentes do Partido Operário Socialista Húngaro (POSH), no poder, estão conscien-

tes das dificuldades que terão de enfrentar para levar à prática o seu programa de reformas e de que, uma vez tomadas as decisões de carácter técnico para o saneamento da economia, a grande batalha se situa na consciencialização e dinamização das massas populares para a sua aplicação prática.

Não se trata de uma situação nova. Como o documento já citado recorda, «a necessidade da modernização da estrutura de produção já tinha sido definida há uma década, por ocasião da aprovação da revolução de Outubro de 1977 do Comité Central.»

«No entanto — reconhece-se — até agora não fomos capazes de alcançar uma modificação de fundo, neste capítulo, dado que não podemos utilizar mecanicamente soluções aplicadas nas condições do capitalismo e, por outro lado, não possuímos ainda a experiência suficiente — se bem que os nossos esforços tenham despertado a atenção internacional — para poder definir as soluções socialistas mais adequadas. Não podemos continuar a adiar a transformação radical da estrutura de produção e, por isso mesmo, uma das tarefas mais importantes do programa (...) consiste na elaboração concreta dessa transformação e na criação das condições da sua execução.»

Duas questões se colocam de imediato: o que falhou? o que se pretende com a transformação radical da estrutura de produção?

Não faltará quem pretenda que a resposta seja o fracasso do sistema

socialista e a inevitabilidade da aplicação das relações de produção capitalistas, mais ou menos claramente assumidas.

Do que nos foi dado ver e ouvir na Hungria, e sem iludir o facto de algumas das medidas anunciadas nos parecerem pecar por excessivo optimismo ou não estarem ainda suficientemente amadurecidas no que respeita às suas consequências, há que afirmar sem equívocos a profunda convicção de que o objectivo do programa de reformas é a criação da economia socialista moderna

regalias sociais, sem serem chamados à responsabilidade pela situação ruínosa da sua empresa, cujos défices o Estado suporta, o mais natural é que não sintam a necessidade de desenvolver esforços para a tornar rentável, se é que têm mesmo consciência da situação existente. Por outro lado, se dispõem da possibilidade de aumentar os seus rendimentos pessoais através do segundo emprego ou de «ganchos» — prática muito comum na Hungria —, o mais provável é que apliquem as suas energias nesta



Um palácio, só para as crianças, em Fót. Mais de 900 crianças estudam e divertem-se nesta cidade

ao serviço do bem-estar do povo, da democracia e do progresso.

Os erros de percurso não devem tornar-se na árvore que impede de ver a floresta.

## Repensar o papel do Partido

Em traços muito gerais, pode afirmar-se que as actuais dificuldades económicas da Hungria resultaram de deficiências de planificação, de excessivo protecção por parte do aparelho de Estado, da desresponsabilização das massas populares na gestão da sociedade. A conjugação destes três aspectos provocou, como já se afirmou no último número do «Avante!», uma situação em que o rendimento nacional deixou de cobrir o consumo, aumentassem consideravelmente a dívida externa e o défice orçamental, ao mesmo tempo que aumentava o consumo público e privado.

O que significa, por exemplo, que durante demasiado tempo foi privilegiada uma produção extensiva em vez de intensiva, que a qualidade foi preterida à quantidade, que o Estado suportou situações economicamente não rentáveis, que se criaram as condições para que grande parte da população vivesse acima das possibilidades nacionais, sem consciência de como isso resultava desastroso para a economia do país.

O que está em causa não é, evidentemente, a satisfação das necessidades básicas da população e a justiça social, conquistadas do socialismo, mas o divórcio entre o interesse colectivo e os interesses individuais.

Se os trabalhadores de uma empresa não regularmente recebem regularmente o seu salário e disfrutam de

segunda actividade, uma vez que têm assegurado o salário, seja qual for o seu rendimento produtivo.

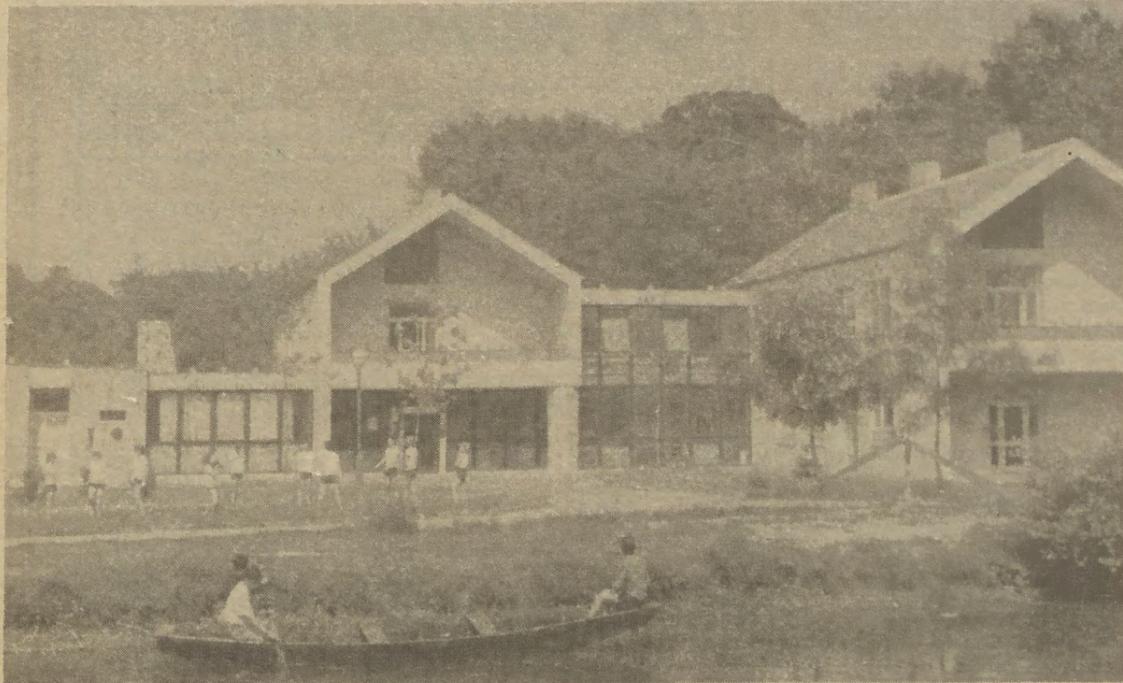
Há que reconhecer que esta prática não se coaduna com os princípios básicos do socialismo, em que a pedra de toque deverá ser sempre a responsabilidade colectiva e individual. A cada um segundo o seu trabalho, a cada um segundo as suas necessidades, são objectivos políticos que exigem muito mais do que um papel paternalista do Estado, superprotector e onipotente a quem tudo cabe decidir.

Mais, a justiça social e a igualdade de oportunidades não podem contradizer a diferença segundo as capacidades e a produtividade, como nos afirmou o camarada János Barabás, vice-chefe do departamento de Informação e Propaganda do POSH, numa interessante troca de opiniões sobre o papel que cabe ao Partido na concretização do programa de reformas.

Do que ficou dito ressalta, por um lado, a necessidade de corrigir deficiências no trabalho político e ideológico e, por outro lado, a necessidade de encarar a reforma em curso na Hungria não apenas como uma medida económica mas também política.

Essa a tarefa que ocupa as atenções do POSH, empenhado desde o início deste mês em contacto directo com todos os seus militantes. A campanha de renovação dos cartões do Partido, que decorrerá até à Primavera do próximo ano, será acompanhada de debates sobre o programa de reformas, recolha de sugestões e de críticas, num vasto trabalho que deverá lançar as bases do amplo trabalho de mobilização popular para a concretização do programa e o reforço do Partido.

Segundo János Barabás, em Novembro de 1988, por ocasião do



Parque para crianças, em Fót, nos arredores de Budapeste

## Os ensinamentos não perdem actualidade

(...) Os ensinamentos da crise contra-revolucionária, das lutas políticas para sair da mesma, da defesa e renascimento do socialismo não perdem a sua actualidade. Há que ver claramente, agora e no futuro, que o garante máximo da saída dessa situação trágica (referência ao levantamento armado contra-revolucionário de 23 de Outubro de 1956) e do avanço posterior, foi o que o POSH foi capaz de romper com a política que tinha posto em perigo a causa do socialismo, mas soube, ao mesmo tempo, defender os valores criados com o trabalho criativo do povo. Aceitou a continuidade e a solidariedade com as principais correntes do movimento operário, ao mesmo tempo que definia a via e as so-

luções adequadas do renovamento, que trouxe, na vida do nosso povo, resultados dignos da própria atenção internacional.

Não supomos que nunca mais teremos de afrontar situações críticas, no decurso do processo de desenvolvimento, mas é nossa obrigação solucionar as mesmas, tendo em consideração os ensinamentos que já possuímos, recriando continuamente a unidade socialista nacional. E devemos fazê-lo a tempo e horas.

(Da intervenção de János Berecz, membro da Comissão Política e secretário do CC do POSH no 30.º aniversário da criação do Governo Revolucionário Operário-Camponez, em 4 de Novembro de 1986)

ma

## Falar abertamente da realidade

«Se falamos dos assuntos de interesse nacional, a nossa tarefa não consiste em dizer belas coisas, mas sim em falar da realidade, em dizer a verdade. Se reflectirem inteiramente na tomada de posição de 2 de Julho do Partido, no programa de governo aqui apresentado, creio que podem sem equívoco concluir que a direcção nacional continua hoje a falar abertamente da realidade, diz a verdade. Não podemos fazer concessões neste capítulo, devemos conservar esta prática.

As principais características da nossa situação actual são sobejamente conhecidas. A mais importante é não se ter verificado a reviravolta que era indispensável no trabalho económico. Cresceu o défice orçamental, aumentou a nossa dívida externa. Tudo isto exige uma actuação imediata, medidas decididas dos dirigentes nacionais e do nosso próprio povo.»

(Do discurso pronunciado por János Kádár, secretário-geral do POSH, durante a sessão de Outono da Assembleia Nacional)



A nossa reportagem foi à Hungria. Não apenas ouvir. Mas ver como é

70.º aniversário do primeiro Partido dos Comunistas da Hungria, serão entregues os novos cartões, sendo de admitir que nem todos serão renovados; uns porque não desejarão continuar, outros porque não serão desejados. Não é de depuração que se trata, sublinhou, mas sim de uma auto-avaliação de forças e da tomada de medidas para as melhorar.

O debate interno no POSH terá a apoiá-lo um documento do CC a divulgar este mês com propostas sobre o papel dirigente do Partido e alterações a introduzir no sistema institucional político da Hungria. Neste domínio salienta-se a vontade de alterar a forma de actuação do POSH de modo a dirigir a sociedade em sentido amplo, mas sendo menos directamente interveniente no aparelho governamental, de modo a aumentar a autonomia a responsabilidade do governo, bem como do Parlamento e das organizações de massas.

Como fez notar o camarada Barabás, o debate do trabalho ideoló-

gico, inscrito como ponto único da ordem de trabalhos daquela reunião do CC do POSH, constitui por si uma inovação pois, por estranho que pareça, os comunistas húngaros «quase perderam o hábito de

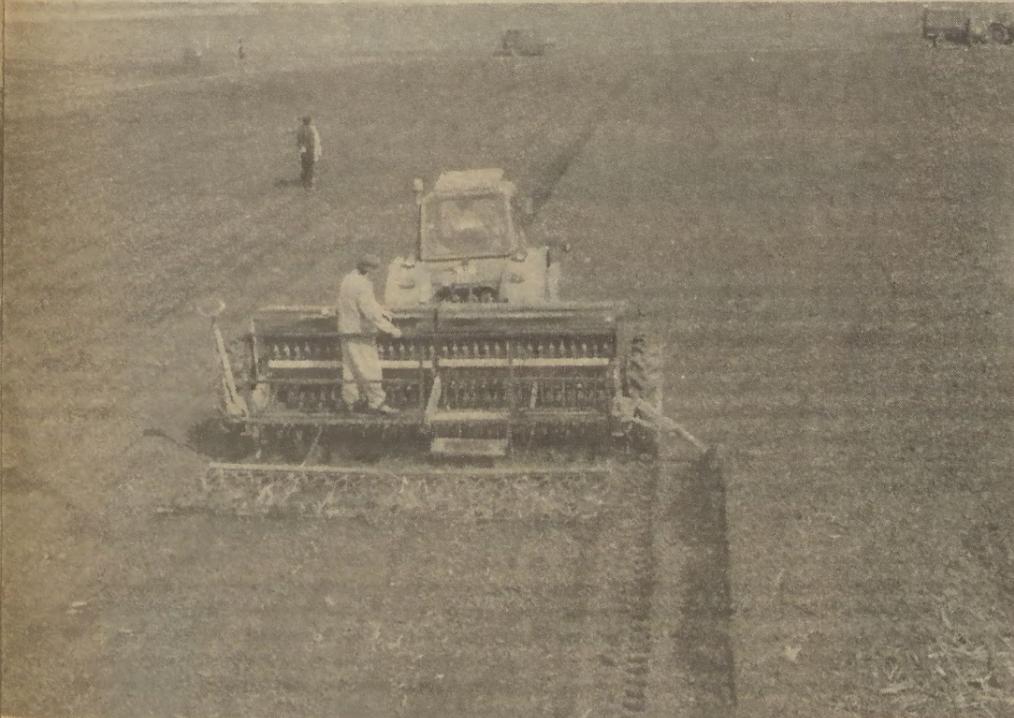
discutir, estavam habituados a ter sempre razão».

Pelo que têm de «reaprender a fazê-lo», conscientes de que «o processo vai provocar conflitos (já está a provocá-los), que se reflectirão

aos mais diversos níveis», incluindo a «substituição de pessoas» em diferentes cargos.

Parafraseando o Primeiro-Ministro, Károly Grósz, «em política, como em futebol, há que estar sem-

pre confiante na vitória, caso contrário está-se vencido à partida». A confiança com que na Hungria se afirma a capacidade de renovação do socialismo é o melhor testemunho da sua vitalidade. ■



No campo e na fábrica, trabalhar melhor, responsabilizar mais os que produzem. Para desenvolver a Hungria e preparar o futuro

## Algumas dúvidas

Já dissemos que algumas das medidas preconizadas no programa de reformas da Hungria causam perplexidade, pelo conhecimento que temos da sua aplicação em sistemas capitalistas, como o nosso. Se é certo que tal perplexidade pode ser ultrapassada pela confiança de que os sacrifícios hoje pedidos ao povo húngaro visam não o enriquecimento de classes privilegiadas mas o bem-estar futuro de toda a sociedade, não é menos certo de que mesmo assim algumas dúvidas subsistem.

Não quanto aos objectivos visados, evidentemente, mas quanto aos resultados a que podem levar certas medidas.

Por exemplo, a abertura ao capital estrangeiro. Segundo nos foi dito, a necessidade de desenvolver determinados sectores da economia, em particular os que exigem um desenvolvimento científico-técnico mais elevado, levou à conclusão de que seria vantajoso abrir as portas ao capital estrangeiro. Para captar tais investimentos, o governo

húngaro dispõe-se a conceder facilidades para a formação de empresas mistas, designadamente de ordem fiscal, em que não exige deter a maioria. Admite mesmo a possibilidade da exportação dos lucros obtidos pelo capital estrangeiro. Espera-se, em contrapartida, acelerar a formação de trabalhadores, ter acesso à tecnologia, beneficiar da produção.

Pese embora as diferenças entre países capitalistas e socialistas, no que toca aos objectivos prosseguidos, o facto é que a experiência de situações idênticas resulta na maior parte dos casos em dependência, exploração da mão-de-obra e só raramente em efectiva transferência de conhecimentos e tecnologia. Quantos países não viram já empresas desse tipo, que não controlam, fecharem as portas por razões económicas ou políticas, levando consigo o segredo da tecnologia, no caso com toda a propriedade a alma do negócio?

Dúvidas suscita também o aparentemente excessivo optimismo

dos responsáveis húngaros nas capacidades nacionais de conquistar os mercados estrangeiros, uma vertente que aparece no programa de reformas com um grande peso para o equilíbrio da economia. Conhecidas como são as tendências do mercado capitalista para o protecção dos seus produtos, a par da sua grande competitividade nos mercados dos países em vias de desenvolvimento, não se afigura particularmente fácil romper as barreiras que se colocam à exportação intensiva para os países da zona do dólar. E a confirmar-se a recessão económica, de que a Hungria sofreu as consequências aquando das drásticas reduções das suas exportações agrícolas para os países da CEE, a aposta será ainda mais difícil.

Pouco convincente são, por outro lado, as medidas preconizadas para fazer face às dificuldades sociais que inevitavelmente vão surgir com as reformas económicas. A par da reforma fiscal e de preços, o governo anunciou o aumento das pen-

sões de reforma a partir dos 70 anos, o aumento dos subsídios às famílias com mais filhos e mais carentes; novas formas de apoio à construção de habitação, cursos de reciclagem profissional, criação de fundo de desemprego, etc.

Por grande que seja a preocupação das autoridades, ninguém dúvida de que estas medidas só em parte responderão às dificuldades que a nova situação vai criar. Trabalhadores que fiquem, temporariamente que seja, sem emprego, terão o nível de vida seriamente afectado; famílias que, por mudança inevitável de emprego, tenham de mudar de casa, para outras zonas do país, poderão reagir de forma pouco satisfatória à nova situação. O mesmo é válido para a introdução dos impostos directos sobre os rendimentos pessoais, uma prática desconhecida na Hungria há mais de 40 anos. E se, a exemplo do que no passado fizeram os nobres, a população vier para junto do Parlamento protestar contra os impostos? Uma pergunta a que o vice-ministro das finanças não pode responder.

O encerramento dos sectores de produção não rentáveis coloca ainda outro tipo de questão: como ter a certeza de que o encerramento é a solução mais correcta? E se, pelo contrário, a produção se justificar e for a gestão que esteja errada? Bastará capacidade de intervenção dos trabalhadores na eleição dos Conselhos Empresariais para inverter a tempo um processo de degradação de há longa data?

Quantas perguntas — e as que não chegaram a ser feitas — a que os camaradas húngaros terão de responder num processo que, se a olhos estranhos se afigura tão difícil quanto necessário, o é ainda mais para os que nele estão directamente empenhados.

A solidariedade internacional, tão necessária na luta contra o capitalismo e o imperialismo como na luta pela construção, defesa e consolidação do socialismo, tem no momento actual mais importância do que nunca. Será que já todos entendemos que a solidariedade activa funciona nos dois sentidos? ■

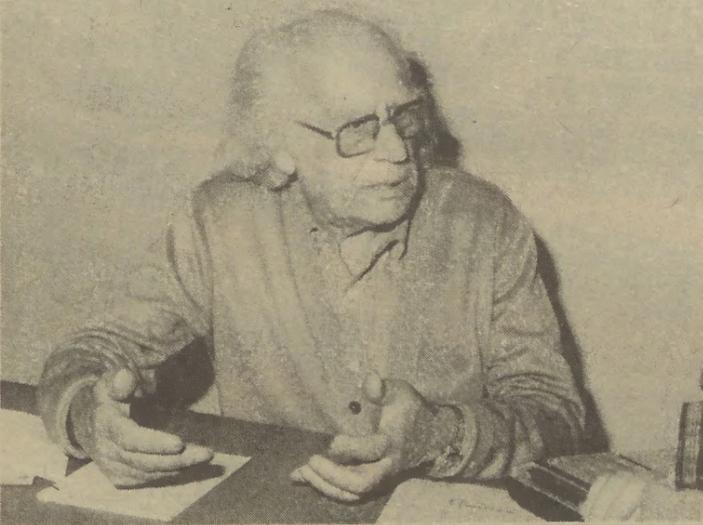
# Governo põe 3.<sup>a</sup> idade à margem!

**A** terceira idade é a parte da população portuguesa que carrega com maiores dificuldades. Depois de uma existência de trabalhos e canseiras, o mínimo que as entidades oficiais de um país podem fazer é proporcionar a uma pessoa viver os últimos anos sem sobressaltos e dificuldades. Com a reforma.

As reformas sociais foram instituídas em Portugal em 1974. Atendendo à situação económica, foi ainda em 1974 e 1975, que os reformados puderam sentir uma maior justiça da parte dos governantes, pois nesse período as reformas eram, efectivamente, metade do salário mínimo nacional: quando os trabalhadores receberam o aumento do salário mínimo para 3000 escudos, as pensões subiram para 1500 escudos, depois de novo aumento para 4000 escudos, os reformados passaram a receber 2000 escudos. Mas tudo isso se passou durante o período áureo da justiça social para quem vivia mais desfavorecido.

Mas todas as boas intenções, da parte dos órgãos oficiais portugueses para com os idosos, terminaram aí. As reavaliações de reformas que se seguiram não foram feitas tendo em conta as grandes dificuldades dos pensionistas, foram sim meras jogadas políticas, geralmente tratadas em épocas pré-eleitorais, com o fito de aumentar a percentagem de votos, à custa dos mais incautos. Mas porquê agora aumentar as pensões dos reformados, quando as eleições já foram há uns meses atrás?

Todas as semanas há empresas a paralisarem, nalguns casos a 100 por cento. Os jovens continuam no desespero de encontrar o emprego inexistente. A situação no ensino é caótica. O descontentamento para com a política do Governo está surgindo de todos os lados. E a melhoria das condições de vida para a



«Não vamos permitir que se continue a arrecadar milhões, quando as reformas são baixíssimas» — salienta em entrevista ao *Avante!* Amadeu dos Santos Rodrigues, coordenador nacional do MURPI

terceira idade, é um problema que não se pode dissociar de todos os outros, faz parte da luta colectiva pelo direito de viver numa sociedade mais justa, mais humana.

O Primeiro-Ministro, político muito prudente, entendeu que era chegado o momento de reformar a sua imagem perante aqueles que o elegeram e que estão sentindo na pele o malogro que foi ter votado nas promessas eleitorais de Cavaco Silva.

Em suma, o Governo preocupa-se em iludir as aparências. Mas também deveria preocupar-se, realmente, com a degradante situação económica de uma pessoa que recebe a pensão de 8600 escudos, por exemplo. Como se pode viver com esta quantia «exagerada»? Não há outra saída se não contar com a ajuda dos familiares. E quando estes se encontram também na miséria, resta o asilo, tão temido pelos mais idosos, pelas péssimas condições que propõe.

Os governantes portugueses fartam-se de repetir, com orgulho, que Portugal já é um país «europeu», depois que entrou para a CEE. E repetem-se todos os dias, não perdendo a menor oportunidade para realçar a necessidade de serem feitos esforços, nesta ou naquela área, para nos aproximarmos mais do nível de desenvolvimento dos países do Mercado Comum.

Então e os problemas concretos dos idosos, como é? Nos países capitalistas europeus os reformados não têm uma vida alheia a dificuldades, mas sempre são tratados com um pouco mais de consideração do que no nosso país. Se o Primeiro-Ministro se esforçasse para chegar rapidamente ao nível de ajuda aos pensionistas dos países da CEE, não seria mau de todo. Mas nem isso faz. As recentes medidas tomadas pelo Governo de Cavaco são apenas propaganda. Da má. Se não, vejamos o que dizem a CGTP e os reformados...



A aguardar na bicha para receber uma pensão de miséria

## Não vamos ficar parados!

O aumento das pensões anunciado pelo Governo foi recebido com grande descontentamento pelos reformados, pois não foram satisfeitas, de modo algum, as reivindicações apresentadas pelo MURPI. Para melhor nos inteirarmos dos problemas que afectam mais directamente os pensionistas, contactámos o coordenador nacional do Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos, Amadeu dos Santos Rodrigues.

### Aspirações justas

Amadeu Rodrigues falou de algumas das aspirações justas dos reformados, que são, por exemplo, os 50

Sobre a reivindicação de 17 000 escudos de pensão disse-nos Amadeu Rodrigues:

O movimento não apregoa demagogias, pois esse aumento é possível. Da parte do Governo não houve um esclarecimento sobre esta questão dos aumentos, porque a percentagem de 13,1 redundava em que vão haver reformados com um aumento de 200, 600 e 700 escudos, o que é deveras insuficiente. São cerca de 220 mil pensionistas que terão um aumento só de 700 escudos.

Soubemos que foi formada uma comissão com membros do Governo e do MURPI em 1981 e que chegou a um acordo, segundo o qual todos os anos as reformas seriam revistas e aumentadas em 20 e 22 por cento. Mas esse acordo só foi cumprido de 1982 a 1985. Em 1986 gerou-se uma grande fleuma nos órgãos de Comunicação Social, que deu a entender a muita gente que tinham sido feitos aumentos aos reformados de 41 por cento.

E Amadeu Rodrigues adiantou:

De facto esses aumentos deram-se para aqueles cuja reforma era baixíssima e que se incluíam no regime geral de 11 500 escudos. Ora o regime geral era composto por cerca de 750 mil reformados e só 50 a 55 mil foram contemplados com 41 por cento de aumento. No que respeita aos 13 por cento, se fizermos a diferença em relação aos 20 por cento, sobra muito dinheiro, na ordem dos seis milhões de contos.



Um pouco de carinho e um lugar ao Sol

**Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) — um trabalho coerente pela defesa da Terceira Idade**



por cento de desconto nos transportes colectivos, pedido que vem sendo feito desde 1978; e o subsídio de férias (14.º mês). Outra reclamação dos pensionistas é a assistência médica e medicamentosa gratuita, hoje inexistente e agora agravada com a anunciada não participação por parte do Estado no custo dos medicamentos.

E quanto ao reconhecimento do MURPI como Parceiro Social?

Entregámos uma petição com 55 mil assinaturas na Assembleia da República, ainda em 1978, para que o movimento passasse a ser reconhecido como Parceiro Social. Mas ficou tudo na gaveta, esclareceu.

Que apoio recebem para a construção de centros de convívio, lares, hospitais?

Recebemos alguns apoios, mas nenhum da parte dos governos. Geralmente são as autarquias (anteriormente da APU) que nos ajudam. Desde a nossa fundação que andamos de volta da Câmara Municipal de Lisboa, mas não temos recebido qualquer tipo de apoio. Até hoje o MURPI não tem instalações próprias, funcionamos numa sede provisória. No entanto, em Loures, só não temos centro numa ou duas das 14 freguesias. Numa delas temos mesmo três centros.

Isso a propósito dos centros. Mas o problema é mais grave quando falamos de lares...

Sim, a questão é muito complexa, e continua sem solução por parte dos órgãos competentes. Nós visitámos um asilo onde as condições de higiene simplesmente não existiam, era nojento! Era um amontoado de gente! Em alguns asilos chegam mesmo a bater-lhes! É chocante, uma pessoa fica doente a ver aquilo.

Mas há outro tipo de lares, ou são todos assim?

Efectivamente há lares muito bons, designados por lares «comerciais», o que quer dizer que são pagos bem caro, a 30 e a 60 contos mensais. Certamente não é com uma pensão de 13 mil escudos que um reformado pode aí viver!

Há um grande número de reformados em Portugal e certa imprensa especula com isso, procurando explicar assim as «dificuldades» em melhorar a assistência...

Isso em parte é verdade, se tomarmos em conta que de algum tempo para cá, as empresas como a Lisnave, por exemplo, têm vindo a efectuar um processo de reformar trabalhadores precocemente. Chegam a ser reformadas pessoas com 38 e 40 anos de idade. Isto é um crime!

O MURPI acusa o Governo de ter decidido a questão dos aumentos das pensões de reforma e outros benefícios unilateralmente e considera estas pensões «impostas» insuficientes. Perante estes factos o que está previsto fazer a partir de agora?

A Coordenadora Nacional vai reunir brevemente para analisar detalhadamente e deliberar sobre estas questões. Vamos continuar a pedir frequentes audiências ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro. Não vamos ficar parados. Não vamos permitir que se continue a arrecadar milhões, quando as pensões são miseráveis. ■

## MURPI exige aumento significativo das pensões

O principal objectivo do Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos é, desde a sua fundação, lutar pela melhoria das condições de vida dos reformados. Assim, e perante os graves problemas socioeconómicos que atingem as camadas mais desfavorecidas da população portuguesa, e mais concretamente os idosos, o MURPI realizou uma conferência de imprensa no início deste mês, onde apresentou um conjunto de reivindicações que, caso a sua satisfação se concretizasse, possibilitaria uma considerável melhoria de condições de vária ordem para os pensionistas.

Segundo os dados desta organização, cerca de 80 por cento dos reformados vivem com pensões de reforma e sobrevivência que não ultrapassam metade do valor do salário mínimo nacional, e desses, mais de um milhão recebem pensões que vão de 4500 a 8500 escudos por mês.

O movimento pretende que o conjunto de reivindicações apresentadas entre em vigor a partir de Janeiro de 1988.

O MURPI reclama o aumento da pensão mínima do regime geral para 17 000 escudos, aumentos não inferiores a 4500 escudos para as superiores à pensão mínima, 15 100 escudos para a pensão dos rurais e para a pensão social, 14 200 escudos para a grande invalidez e 5700 escudos para o cônjuge a cargo.

Também é exigido que os valores das pensões, complementos e outros benefícios, sejam indexados semestralmente ao aumento do custo de vida e dos salários.

Reclama-se a atribuição e pagamento da pensão do 14.º mês como subsídio de férias; assistência médica e medicamentos gratuitos para

quem recebe pensões iguais ou inferiores ao salário mínimo nacional e o apoio domiciliário a pessoas idosas acamadas e retidas no lar.

O MURPI reivindica a criação de Lares, Centros de Dia e de Convívio a nível nacional; a revogação da Lei das Rendias, com a fixação da renda de casa de acordo com a capacidade económica do agregado familiar; a proibição da execução de acções de

despejo a quem não tenha condições de pagar a renda e a «criação e execução de um Plano Nacional de Habitação e aplicação de uma política de habitação social adequada às necessidades dos reformados, idosos e inválidos».

Em relação à utilização dos transportes públicos, o MURPI considera que deve ser anulada a legislação que a limita e exige um desconto de

50 por cento no preço de todos os transportes colectivos, sem quaisquer tipo de restrições, havendo apenas a necessidade de apresentar o Bilhete de Identidade e o Cartão de Pensionista para a aquisição do bilhete.

Outra exigência do MURPI é o seu reconhecimento como Parceiro Social, com «direito a tempo de antena» na rádio e na televisão. ■



E agora a solidão, depois de uma vida de cansaços e trabalhos

## CGTP condena reformas insuficientes

A CGTP-IN, em comunicado de imprensa no princípio de Novembro, tomou posição face ao aumento das pensões sociais anunciadas pelo Governo, considerando-o «manifestamente insuficiente» e muito inferior aos valores reclamados pela Central Sindical. Por conseguinte, mais de 1 200 000 pensionistas continuarão a receber reformas iguais ou inferiores a 13 000 escudos, «o que não permite uma vida com um mínimo de dignidade». Entretanto as outras prestações sociais ainda não foram actualizadas.

É de referir que a CGTP apresentou ao 1.º Ministro no dia 7 de Outubro passado, um conjunto de propostas relativas à actualização dos valores dos salários mínimos, das pensões de reformas e das restantes prestações de segurança social, as quais também foram apresentadas em reunião do Conselho Permanente da Concertação Social.

Em reunião com Cavaco Silva, a CGTP demonstrou que a «satisfação das suas propostas eram, sob o ponto de vista social, absoluta-

mente justas» e que estavam de acordo com as recomendações da OIT, isto é, as pensões mínimas não devem ser inferiores a 55 por cento do salário mínimo nacional. Relativamente ao ponto de vista financeiro, também são perfeitamente comportáveis. Para comprovar este último ponto basta recordar que, segundo as contas de 1986, tornadas públicas, a segurança social recolheu elevados «lucros» no ano passado «conseguidos à custa da miséria, nomeadamente dos reformados», tendo acumulado 44 milhões de contos de depósito a prazo.

Para agravar a situação, o Governo anunciou que grande parte dos medicamentos deixarão de ser comparticipados no preço pelo Estado. Esta medida afecta mais directamente os pensionistas, visto que agora terão de suportar a parte antes paga pelo Estado.

A CGTP manifesta desacordo pelo facto de o Governo tomar as suas decisões unilateralmente e pôr em causa o desejo governamental de «diálogo social». ■

**UGT  
– disponível**

Que a UGT se encontra disponível para avalizar as intenções do patronato e as acções dos variadíssimos governos de direita, já se sabia, desde a data da sua criação. De facto, desde a sua nascença – a ferros – que a UGT não serve se não os desígnios do divisionismo e da colaboração de classes – isto é, os interesses dos exploradores contra os interesses dos explorados sócios que aquela organização encabeça. A novidade, agora, é bem pouca. Face à entrada da CGTP para o tal Conselho de Concertação Social, acto que deixou irritados os patrões – que disfarçam – e zangados os governantes – que não sabem disfarçar, a UGT corre a anunciar, por interpostos jornais de direita, que podem eles, governantes e patrões, estar descansados. A UGT, atenta, veneradora e obrigada, lá estará, para ajudar à concertação, caso se desconserte. Disponível estava já. Agora anuncia-se «mais disponível» para os consensos. A novidade é tão pouco que nem chega a ser.

**UGT  
– privatização**

Torres Couto, o chefe da tal UGT que se propõe abrir um banco para dar trabalho aos

portugueses, da tal UGT que, fazendo-se eco do Governo de Cavaco, considera que a situação económica do país tem evoluído favoravelmente – «embora subsistam alguns focos de tensão» –, Torres Couto vem esta semana dar mais cor à sua imagem de homem de negócios. Falando ao «Diário de Notícias» de anteontem, mais claramente se desenha no que diz a figura do representante do patronato. Afirma ele que a UGT aceitará as privatizações. Mas... «caso a caso»... «Uma a uma conforme o momento», disse ele. E «definiu» as condições. Que são três: a primeira é que «devem ser especificadas as razões e objectivos da privatização». A segunda é que deve saber-se «quem vai mandar na empresa». A terceira é que «os interesses da economia e dos trabalhadores devem ter uma definição rigorosa». Caso a caso, porém, não dá nenhuma razão para recusar as privatizações. E as três condições que aponta não as define ele. Os piores objectivos, os piores mandões e os piores interesses podem, caso a caso, ser indicados. Torres Couto não disse rigorosamente nada de novo.

**Os desejos**

Foi pelo menos infeliz o título de um matutino. «Trabalhadores já não alinham em greves», dizia o

**Pontos  
Cardeais**

título. E, para além da abusiva interpretação das palavras de um dirigente da CGTP, não afirmou nem «reconheceu» que os trabalhadores já não alinham em greves, o próprio facto de titular dessa maneira numa altura em que um pouco por todo o lado se reacendem as lutas dos trabalhadores – e as greves! – mostra a credibilidade que merece o «Correio da Manhã». Mas não é só esta publicação a dar o tom, na campanha que a direita procura desesperadamente impor à opinião pública. Outras folhas juram a pés juntos que o movimento operário enfraqueceu, que a CGTP está «mais cordata», que o «PCP está preocupado». Que pretende a campanha? Descansar o Governo e o patronato, enervadíssimos que estão? Deitar poeira nos olhos dos trabalhadores? Ou simplesmente toma os desejos por realidades?

**Porque estão  
eles tão  
interessados?**

Não são poucos os chamados analistas,

comentaristas e ideólogos que vêm apelando à renovação da Direcção do PCP. Até um dos principais dirigentes do PS declarou recentemente que o PCP deveria «realizar as reformas internas» que em seu entender são indispensáveis...

Certos analistas até apontam nomes que, no entender deles, deveriam substituir os actuais dirigentes do Partido, incluindo o próprio secretário-geral.

Cada um de nós poderá interrogar-se: se toda essa gente, que nada tem de comum com os ideais do comunismo, que há muito são conhecidos como anticomunistas, como defensores do capitalismo, da CEE e do imperialismo dos EUA, se todos eles estão interessados em que o PCP mude de estratégia e mude também a sua Direcção, poderemos perguntar: porquê estarão eles tão interessados em tais mudanças e a quem serviriam tais mudanças?

(Da intervenção de Octávio Pato na sessão de encerramento do Encontro de Quadros da ORL do PCP, realizado no último fim-de-semana na Voz do Operário)

**Gazetilha**

por *Ignotus Sum*

**A solução**

As mãos que estavam cheias de promessas «boas» (loas, loas para esconder as muitas coisas feias...) essas mãos, nos nossos dias, estão vazias?

Não estão, amigos. Estão cheias de ameaças e de perigos de corrupção e de casas sem pão de ódio cego de desemprego...

Contra essas mãos só temos de seguro a unidade das mãos que guardam o futuro!

**Claro!**

A Beleza diz que sente diz que sente de verdade que a saúde está doente. Olha a grande novidade!

Está doente, sim senhor nenhuma dúvida há mas está muito pior dês que a Beleza lá está...

**Onde é que está o ganho?**

O Cavaco diz que é diz que é coisa bestial os milhões que a CEE manda para Portugal.

Só não nos diz afinal esse escândalo que é os milhões que Portugal perde com a CEE...

**Aviões, Go Home!**

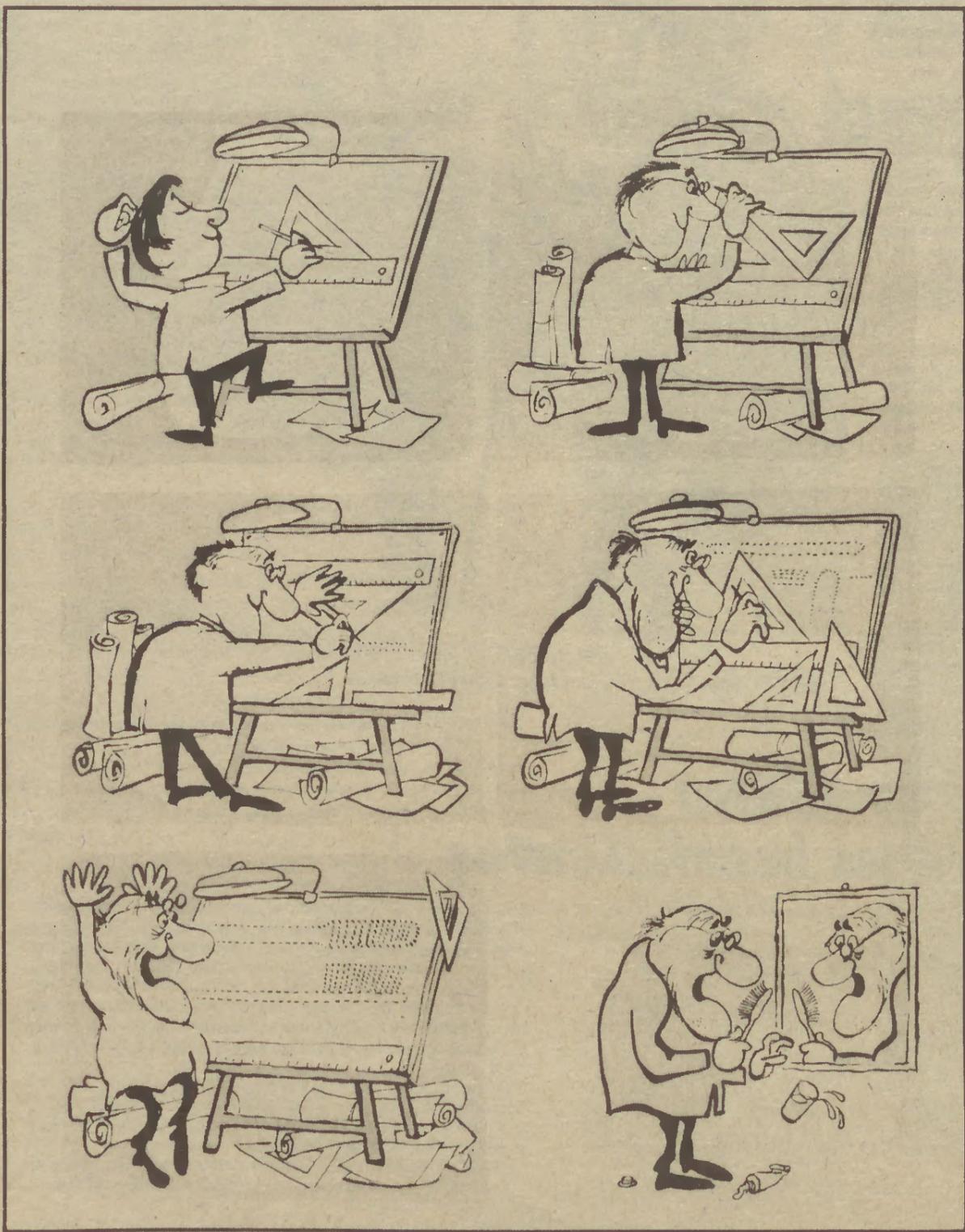
A Espanha não quer os aviões dos Estados Unidos lá pousados (os F-16 famigerados...)

Lá tem suas razões e a mais forte: são aviões de morte

que a Espanha, só lá estando, comprometem.

Pois já os homens de Cavaco metem mais achas na fogueira «pois ver-se-á a maneira em tempo real de novas “discussões” pra pôr em Portugal os aviões...»

Podem ter muita manha com que os povos enforque mas se lutarmos nós como lutou a Espanha os aviões irão pousar... em Nova Iorque...



# Agenda

**Avante!**

Ano 57 — Série VII  
N.º 724

12 de Novembro de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Quinta 12

Revolução de Outubro, com almoço no Barracão do amigo Manuel Pires «calceiteiro», com a presença do camarada Manuel Pedro.

• Póvoa de Santa Iria

Debate, às 21.30, sobre «25 de Abril, avanços e recuos. O papel do PCP», no Centro de Trabalho, com o camarada José Casanova, membro da CP do CC do PCP.

• Oelras

«7 de Novembro, 70 Anos Depois», às 14.30, no Centro de Trabalho.

• Soure

Comemoração do 70.º Aniversário da Grande Revolução de Outubro, a partir das 17.00, no Centro de Trabalho.

## Sexta 13

• Beja

Comemoração do 70.º Aniversário da Revolução Socialista de Outubro, às 21.30, no Cine-Teatro Pax Júlia.

• Queljas

Magusto, e convívio, a partir das 15.00, no CT com o camarada Jorge Matos.

• Lisboa

Magusto, às 21.00, no Centro de Trabalho de Alfama.

• Moita

Plenário Geral de Militantes

• Palmela/  
/Pinhal Novo

Exposição «O Desenvolvimento da URSS».

• Cascais

Debate-convívio, a partir das 14.00, no Centro de Trabalho.

• Beja

Realiza-se nesta cidade, hoje, uma Assembleia da Paz.

• Moita

Magusto de S. Martinho

• Montijo

3.ª Assembleia da Organização da Freguesia de Sarilhos Grandes.

## Sábado 14

• Marinha Grande

Baile de S. Martinho, à noite, na colectividade «A Ordem».

• Paço de Arcos

Sessão Comemorativa dos 70 anos da

• Sesimbra

2.ª Assembleia da Organização de Freguesia do Castelo.

• Balxa da Banheira

Projectão do filme «Lénine em Outubro».

## Encontro da Juventude CDU

LISBOA · Cidade Universitária · 15 NOV. 87

A Juventude CDU promove no próximo dia 15, domingo, na Alameda da Cidade Universitária, um encontro de jovens aberto a quantos queiram prosseguir o convívio fraternal, alegre e criativo que caracterizou a participação juvenil na campanha eleitoral da CDU.

O programa do Encontro inclui:  
10.30 — Na Alameda da Universidade: prova de atletismo;

11.00 — No relvado da Cidade Universitária: animação desportiva com xadrez, mini-basket e futebol;

12.30 — Piquenique com animação cultural e musical, vídeo gigante e discoteca, em tenda montada para o efeito;

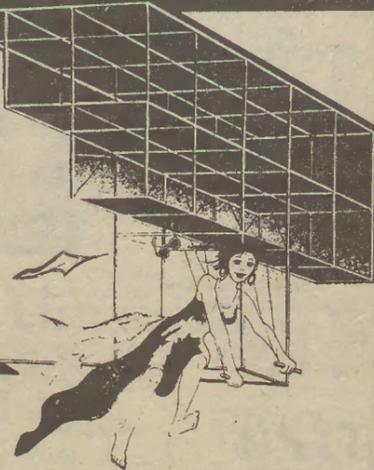
14.30 — Na Faculdade de Letras: espaço de debate;

16.45 — Na tenda de circo: plenário com debate sobre as próximas actividades da Juventude CDU, com a participação de Álvaro Cunhal;

17.45 — Espectáculo musical.



Vamos continuar juntos!!



• Palmela/  
/Pinhal Novo

Filme, às 21.30, «Mãe Pátria», seguido de debate.

• Lousã

Magusto-convívio, às 16.30, no Centro de Trabalho.

• Figueira da Foz

Projectão de um filme e intervenção política pelo camarada Aurélio Santos, às 21.00, no Centro de Trabalho.

• Sarilhos Grandes

III Assembleia da Organização da Freguesia, às 21.00, na Junta de Freguesia.

• Alcochete

Plenário de Quadros, às 21.00, no Centro de Trabalho.

• Vila Franca de Xira

Almoço-convívio, para comemorar o 70.º Aniversário da Revolução de Outubro, às 13.00, no Centro de Trabalho.

• Camarate

Magusto, filme infantil e projecção do filme «Guerra e Paz», durante todo o dia no Centro de Trabalho.

• Ermesinde/Valongo

Magusto-convívio, às 17.00, no Centro de Trabalho.

• Marco de Canavezes

Sessão-debate, às 15.00.

• Paredes

Reunião de Quadros, da organização

do Vale do Sousa, às 15.00, no CT de Paredes.

• Areosa/Mala

Magusto-convívio, a partir das 17.00, no Centro de Trabalho.

• Trofa/Santo Tirso

Magusto, às 20.30, no antigo Ciclo.

• Porto/Campanhã

Magusto-convívio, às 15.00, no Centro de Trabalho.

• Felgueiras

Colóquio, às 15.00 sobre «A Paz e a Situação Internacional»; 21.30, projecção do filme «A Fuga de Peniche»; 22.30, canções populares, no Centro de Trabalho.

• Fanzeres/  
/Gondomar

Plenário da Comissão Concelhia de Gondomar, às 15.00, no Centro de Trabalho de Fanzeres.

• Custóias

Magusto-convívio e debate, às 15.00, no Centro de Trabalho.

• Vila Verde/  
/Figueira da Foz

Magusto e projecção de filme, às 15.00, no Centro de Trabalho.

• Penacova

Magusto-convívio, às 15.00, no centro de convívio da Ronqueira.

• Felgueiras

Magusto, convívio

e baile, às 15.00 no Centro de Trabalho.

• Rio Tinto/  
/Gondomar

Almoço-convívio, seguido de debate, às 13.00, no Centro de Trabalho da Ponte de Rio Tinto.

• S. Pedro da Cova

Magusto, a partir das 15.00, no Centro de Trabalho.

• Carnaxide

Convívio-almoço, no Centro de Trabalho, com a camarada Alda Nogueira.

• Lisboa

Magusto, às 15.00, no Centro de Trabalho da Graça.

• Alcábaldeche

Encontro com os

moradores do Bairro da Cruz Vermelha, às 10.30, junto ao Café Central.

• Sesimbra

Assembleia da Organização da Freguesia de Santiago.

• Moita

2.ª Assembleia da Organização de Fre-

guesia de Alhos Vedros.

## Segunda 16

• Lisboa

Inaugura-se hoje, no Centro de Trabalho Vitória a «Loja de Natal», com o seguinte horário: de 2.ª a 6.ª, das 11.00 às 21.30; sáb., das 14.00 às 18.00.



## I Jornada de Desenvolvimento do concelho em Vila Franca de Xira

Esta iniciativa realizar-se-á nos dias 13, 14 e 15 de Novembro, com o seguinte programa:

Sexta-feira

Auditório do Ateneu Artístico Vilafranquense

20.30 — Recepção e distribuição de documentos aos participantes inscritos  
21.30 — Sessão de Abertura

Sábado

9.30 — 12.30 e 14.30 — 18.00

Funcionamento das Secções

Secção 1 (Desenvolvimento Económico e Emprego) — Auditório da Escola Secundária Alves Redol.

Secção 2 (Ensino, Cultura e Desporto) — Sala inferior do Ateneu Artístico Vilafranquense.

Secção 3 (Quadro de Vida e Meio Ambiente) — Antigo edifício da «Patriarcal».

Secção 4 (Urbanismo e Habitação) — Casa do Povo.

Secção 5 (Demografia e População) — Salão do Arquivo Municipal.

Auditório do Ateneu Artístico Vilafranquense

21.30 — Espectáculo de Bailado pelo Centro Coreográfico Regional.

Domingo

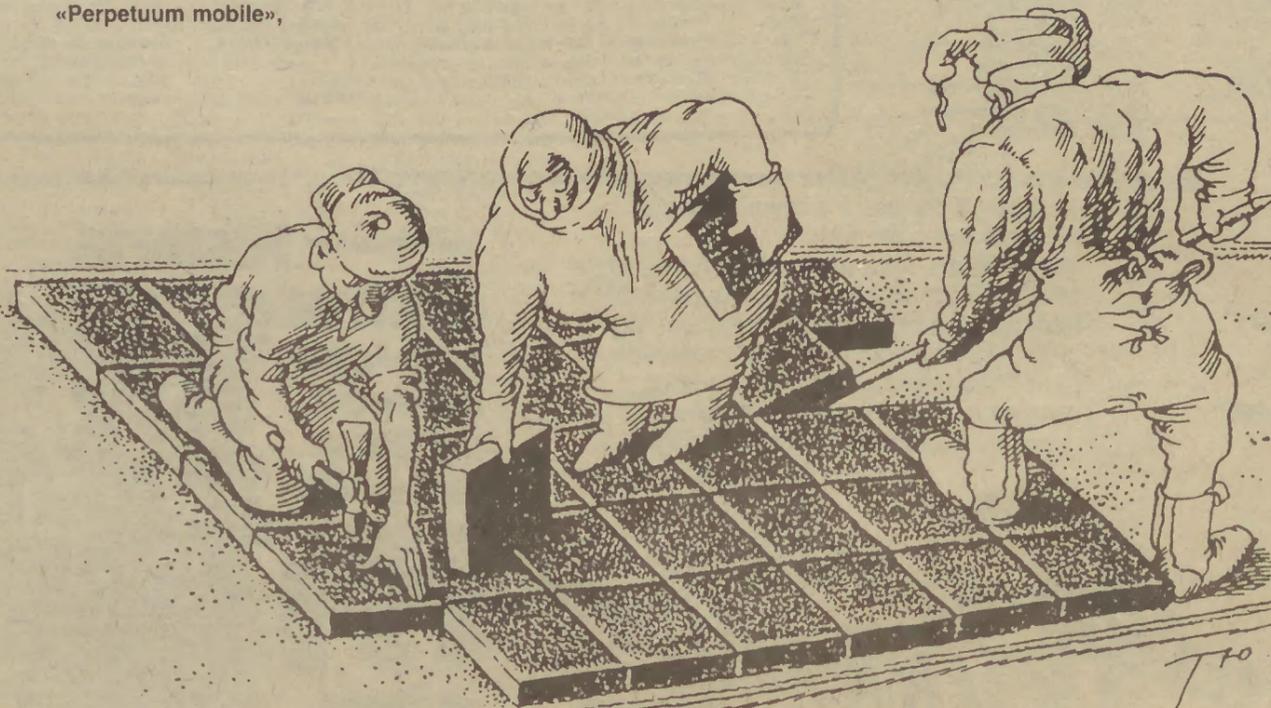
9.30 — Apresentação das Conclusões nas Secções.

11.30 — Sessão de Encerramento (Auditório do Ateneu Artístico Vilafranquense)

12.30 — Almoço/Convívio (Pavilhão do Cevadeiro)



«Perpetuum mobile»,



# TV **O Programa**

## Quinta 12

### RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada», 47.º epis.
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 17.35 - Sumário
- 17.40 - Brinca Brincando
- 18.25 - Série: «Você Sabia Que...»
- 18.55 - Série: «O Império de Carson»
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro»
- 21.10 - Primeiro Andamento: «Sonatas de Beethoven, por Sequeira Costa»
- 21.30 - Telemundo
- 22.00 - Série: «Anastásia»
- 23.05 - 24 Horas
- 23.40 - Remate

### RTP2

- 13.15 - Countdown
- 14.10 - Pano Para Mangas
- 15.40 - Série: «As Blue Bell»
- 16.35 - Trinta Minutos Com...
- 17.10 - Telenovela: «Os Imigrantes», 124.º epis.
- 18.00 - Ponto por Ponto
- 19.00 - Totally Live
- 19.55 - Série: «Hitchcock Apresenta»
- 20.20 - Série: «Os Malucos do Circo»
- 20.50 - Montra de Livros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.35 - Já Está
- 23.00 - Série: «As Teias da Lei»

## Sexta 13

### RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 17.35 - Sumário
- 17.40 - Brinca Brincando
- 18.20 - Série: «Os Anos Não Contam»
- 18.55 - Série: «O Império de Carson»
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro»
- 21.10 - Série: «A Rede Escandinávia»
- 22.10 - O Programa das Festas
- 23.30 - Remate
- 23.45 - Pela Noite Dentro: «O Rapto»

### RTP2

- 13.15 - Countdown
- 14.10 - Agora, Escolha!
- 15.40 - Série: «O Mundo é um Palco»
- 16.35 - Trinta Minutos Com...
- 17.10 - Telenovela: «Os Imigrantes»
- 18.00 - Ponto por Ponto
- 19.00 - Totally Live
- 19.55 - Série: «Hitchcock Apresenta»
- 20.20 - Série: «Os Malucos do Circo»
- 20.50 - Montra de Livros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Clube de Jornalistas
- 22.10 - Série: «Fanny e Alexandre»
- 23.25 - Troféu

## Sábado 14

### RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 12.10 - Série: «Defesa do Ambiente»
- 12.30 - Série: «Estrada Larga»
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Série: «Especial National Geographic»
- 14.00 - Parlamento
- 14.30 - Série: «Lucky Luke»
- 15.00 - Concurso: «Sobe e Desce»
- 16.00 - Sessão da Tarde: «A Filha da Outra»
- 17.40 - Fisga
- 18.45 - Saber Saúde
- 19.05 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.00 - Boletim Meteorológico
- 21.15 - Série: «Duarte & Companhia»
- 22.10 - Miss Macau
- 00.15 - Cinema da Mela-Noite: «Al Capone»

### RTP2

- 09.00 - Compacto Countdown
- 13.00 - Compacto: «Tudo ou Nada»
- 16.00 - Troféu
- 20.00 - Música na América
- 21.05 - Série: «Strindberg»
- 22.00 - Concordo ou Talvez Não

## Domingo 15

### RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 11.15 - Missa
- 12.00 - 70x7
- 12.30 - TV Rural
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - O Som da Casa
- 14.05 - Série: «Casa de Irene»
- 14.25 - Série: «Cosmos»
- 15.30 - Primeira Matinée: «Quando Paris Delira»

- 17.30 - Clube Amigos Disney
- 18.45 - Série: «Um Anjo na Terra»
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.40 - Delixem Passar a Música
- 21.50 - Série: «O Polvo 3»
- 23.00 - Domingo Desportivo

### RTP2

- 09.00 - Music Box
- 10.00 - Troféu
- 12.30 - Juventude e Família
- 13.00 - Caminhos
- 13.25 - Novos Horizontes
- 13.45 - TV Mulher
- 14.40 - Seja Bem Vídeo
- 15.10 - Troféu
- 17.10 - Série: «A Evolução do Homem»
- 18.00 - Série: «A Tia do Frankenstein»
- 18.55 - Plano Bar
- 19.55 - Série: «Quem Sai aos Seus...»
- 20.20 - Artes e Letras: «Jorge Luís Borges»
- 21.40 - Cineclube: «Atleta à Força»

## Segunda 16

### RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 17.35 - Sumário
- 17.40 - Brinca Brincando
- 18.20 - Série: «Grande Ecrã»
- 19.00 - Série: «O Império de Carson»
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro»
- 21.15 - Concurso: «Saber a Valer»
- 22.15 - Série: «A clínica da Floresta Negra»
- 23.10 - 24 Horas
- 23.40 - Remate

### RTP2

- 13.15 - Countdown
- 14.00 - Agora, escolha!
- 15.30 - Concerto: «Gravado em Viena, aquando da apresentação da Orquestra de Juventude Gustav Mahler, dirigida pelo maestro Cláudio Abbado»
- 16.30 - Trinta Minutos Com...
- 17.00 - Telenovela: «Os Imigrantes»
- 18.00 - Ponto por Ponto
- 19.00 - Nino Totally Live
- 19.50 - Almanaque

- 19.55 - Série: «Os Malucos do Circo»
- 20.55 - Montra de Livros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.55 - Não Façam Cenas
- 22.55 - Bailado: «A Vida de Pavlova pelo Ballet Nacional de Marselha»

## Terça 17

### RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Ciclo Preparatório TV
- 17.35 - Sumário
- 17.40 - Brinca Brincando
- 18.20 - Série: «A Mão — o Homem em Projecto»
- 18.50 - Série: «O Império de Carson»
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro»
- 21.15 - Programa da Direcção de Informação
- 22.15 - Série: «Acção em Miami»
- 23.05 - 24 Horas
- 23.55 - Remate

### RTP2

- 13.15 - Countdown
- 14.00 - Dois Dedos de Conversa
- 15.30 - Série: «Quando as Mulheres Triunfam»
- 16.30 - Trinta Minutos com...
- 17.00 - Telenovela: «Os Imigrantes»
- 18.00 - Nino Totally Live
- 19.50 - Almanaque
- 19.55 - Série: «Hitchcock Apresenta»
- 20.20 - Série: «Os Malucos do Circo»
- 20.55 - Montra de Livros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 22.00 - CinemaDois: «Ascendancy», real. Edward Bennett (Grã-Bretanha/1982)

## Quarta 18

### RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Ciclo Preparatório TV
- 17.35 - Sumário
- 17.40 - Brinca Brincando

- 18.20 - Série: «Portugal de Faca e Garfo»
- 18.50 - Série: «O Império de Carson»
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro»
- 21.15 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.30 - Lotação Esgotada: «Os Inadaptados», real. John Huston (EUA/1960)
- 23.35 - 24 Horas
- 00.05 - Remate

### RTP2

- 13.15 - Telenovela: «Os Imigrantes»
- 14.00 - Agora, escolha!
- 16.30 - Trinta Minutos Com...
- 17.00 - Telenovela: «Os Imigrantes»
- 18.00 - Ponto por Ponto
- 19.00 - Nino Totally Live
- 19.50 - Almanaque
- 19.55 - Série: «Hitchcock Apresenta»
- 20.20 - Série: «Os Malucos do Circo»
- 20.55 - Montra de Livros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Fantasia e Realidade
- 22.00 - Clube de Imprensa
- 22.45 - Série: «Crime Organizado nso EUA»

# Teatro **O Cartaz**

#### • LISBOA

**Caixa Económica Operária**, Rua Voz do Operário, 64. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Kartoteka**, de Tadeusz Rozewicz, enc. de António Solmer.

**Comuna**, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.30. **O Urso na Cama**, de José A. Gouveia.

**Sala Nova**, de 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Os Dois Corcundas e a Lua**, de Richard Demarcy, enc. João Mota.

**Instituto Franco-Português**, Av. Luís Bivar, 91. De 3.ª a sáb., às 21.30, sáb. e dom. às 17.00. **Les Lettres de la Religieuse Portugaise**, pelo La Théâtrelle, enc. de Jean-Marie Lejude.

**Teatro Aberto**, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. **A Dama do Maxim's**, de Georges Feydeau, pelo Novo Grupo, enc. de João Lourenço.

**Teatro ABC**, Parque Mayer. De 3.ª a sáb. às 20.30 e 22.45, sáb. também às 16.00, dom. às 16.00 e 21.30. **Lisboa, Tejo e Tudo**, de César Oliveira, Solnado e Fialho Gouveia, enc. de César Oliveira.

**Teatro Gymnásio**, Rua Nova da Trindade, 5. Calderón de Pier Paolo Pasolini, enc. Mário Feliciano.

**Teatro Laura Alves**, Rua da Palma, 251. De 5.ª a dom., às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Socorro... Sou uma Mulher de Sucesso**, com lo Apoloni.

**Teatro Maria Matos**, Av. Miguel Contreiras. De 3.ª a dom. às 20.30 e às 22.45, dom. também às 16.00. **Toma Lá Revista**, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. de Francisco Nicholson.

**Teatro Nacional D. Maria II**, Rossio. De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. **Guerras de Alecrim e Manjerona**, enc. de Carlos Avilez (até 20/11).

**Teatro do Século**, Rua do Século, 41. De 4.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. **Metro-Cabaret**, de Fernando Gomes.

**Teatro da Trindade**, Rua Nova da Trindade, 9. Diariamente às 21.30, dom. às 16.00. **Viver é que Está a Dar** (até 20/11).

**Teatro Vasco Santana**, Feira Popular, Entrecampos. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **As Senhoras das Quintas-Felras**, de Lolah Belon, enc. Luzia Maria Martins.

**Teatro Villaret**, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Crída para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

#### • PORTO

**Sala do Povo** Portuense, Rua de Camões, 578. Tio Vanla, de Anton Tchekov pela Selva-Trupe, enc. Fernando Umaña. Sede da Caixa de

**Pandora**, Rua de N. Senhora de Fátima. **O Marinheiro**, de Fernando Pessoa, enc. de Fernando Costa.

#### • SETÚBAL

**Teatro de Bolso**, Rua Baileário Dr. Paula Borba. De 5.ª a dom., às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **O Médico à Força**, de Molière, pelo Teatro de Animação de Setúbal, enc. Carlos César e Asdrúbal Teles.

#### Para Crianças

#### • LISBOA

**Comuna**, sala 2, Praça de Espanha. Sáb. e dom. às 15.00. **Viagem**, de Sophia de Mello Breyner, enc. de João Brites, pelo o Grupo o Bando.

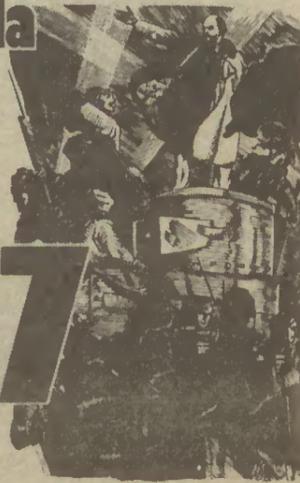
**TIL - Teatro Infantil de Lisboa**, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. dom. e feriados, às 16.00. **O Avestruz Mecânico**, de Carlos Manuel Rodrigues. Enc. Bento Martins.

*Viagem conosco até 1917...*

e conheça dia a dia a revolução que transformou o mundo. Nesta obra é feita uma viagem ao ano de 1917, ano do Grande Outubro, através de fotografias e fotogramas autênticos dos arquivos, dos documentos, resoluções e memórias que nos legaram os seus autores e das amargas confissões de derrota deixadas pelos seus inimigos.

*...com os olhos postos no futuro!*

Albert Nenarókov **História ilustrada da Grande Revolução Socialista de Outubro 1917** na Rússia mês a mês



Albert Nenarókov, o autor da História Ilustrada da Grande Revolução Socialista de Outubro, é um historiador soviético, autor de obras sobre a história da Grande Revolução Socialista de Outubro, a guerra civil e o desenvolvimento cultural da URSS.

440 pp  
1900\$00  
cód.: 99.62

edições **Avante!**

a diferença de uma visão certifica do mundo

CD a distribuição

# Cinema

A seleção

# ...e ainda

Música, debates, etc.

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Os Intocáveis	★★	—	★★	—	★★
<b>B</b>	Jardins de Pedra	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
<b>C</b>	Mélo	—	★★★★	★★★	★★★★★	★★★★
<b>D</b>	Nascido para Matar	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
<b>E</b>	O Navio	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
<b>F</b>	O Sacrifício	—	★★★★★	★★★★★	★★★★★	—

Classificação de \*\* a \*\*\*\*\*

A — Real. Brian de Palma — **Alfa/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); **Amoreiras/1** 14.00, 16.30, 19.00, 24.00; **Mundial/1** (13.45, 16.15, 18.45, 21.30); — **Lisboa**.  
 B — Real. Francis Ford Coppola — **Ávila** (14.45, 17.00, 19.10, 21.45, 23.45) — **Quarteto/2** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — **Lisboa**.  
 C — Real. Alain Resnais — **Quarteto/3** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — **Lisboa**.  
 D — Real. Stanley Kubrick — **Amoreiras/6** (13.45, 16.15, 18.45, 21.30, 24.00); **Mundial/3** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); **S. Jorge/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); **7.ª Arte** (14.45, 17.00, 19.10, 21.45, 24.00); **Terminal** (13.00, 15.00, 17.00, 19.00, 21.30, 23.45) — **Lisboa**.  
 E — Real. Federico Fellini — **Amoreiras/5** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — **Lisboa**.  
 F — Real. Andrei Tarkovsky — **Quarteto/5** (15.00, 18.30, 21.30) — **Lisboa**.



José Afonso homenageado

O 1.º Acto, o «Clube de Teatro» de Algés que já leva 19 anos de animação cultural naquela zona, a

transbordar muitas vezes para toda a Lisboa, escolheu centrar a comemoração do seu aniversário numa homenagem a José Afonso. Um debate e espectáculos de teatro, bailado, música, poesia vão realizar no cinema Stadium do Sport Algés e Dafundo, sempre às 21 e 30. O programa inclui: teatro — **O Diabinho da Mão Furada**, versão e encenação de Helder Costa pelo grupo **A Barraca** na segunda-feira, 16; bailado com a **Companhia Nacional de Bailado** no dia 17; «Canto e Música» — um concerto pelos cantores **Jorge Vaz de Carvalho** e **Lia Altavilla** e a pianista **Carla Seixas**, do Teatro Nacional de S. Carlos, no dia 18.

Letras, Ciências e Ciências Sociais e Humanas. No programa, uma exposição documental, um debate e espectáculos — da MPP ao jazz e ao rock.

### Música

**Astor Piazzolla em Portugal:** se acaso os lisboetas deixaram ontem o Coliseu meio-vazio como às vezes acontece quando ali «acontece» coisa que nos pode ficar para toda a vida — se assim foi, que saibam os portugueses redimi-los... De facto, Piazzolla vai estar hoje, no **Teatro Tivoli do Porto**, às 21.30, para o segundo e último dos concertos programados desta vez para o nosso país. Com ele e o seu ban-

Brahms, Schubert, Rachmaninov e Tchaikovsky.

Em **S. Carlos**, hoje, novo concerto do ciclo **Canções do Séc. XIX**, às 18.45. Intérpretes: **Marina Ferreira**, contralto, e **Nuno Vieira de Almeida** (piano). Obras de Brahms.

No **S. Luiz** prossegue o ciclo **Contrastes**: no dia 15, às 11.00, recital com os pianistas **Cremilde Rosado Fernandes** e **Paulo Santiago**; no dia 17, às 18.30, o grupo **Metals de Lisboa** e ainda **Beata Halska** (violino) e **Isabel Rocha** (piano).

### Ópera e bailado

Na próxima quarta-feira, dia 18 às 20.30, tem lugar em Lisboa a primeira das três representações programadas nesta temporada de **Lombardi**, a ópera em 4 actos de **Verdi** — aliás, uma estreia em Portugal.

É no **Teatro Nacional de S. Carlos** pela respectiva companhia. Outros espectáculos: no dia 21 (à tarde) e no dia 24.

Também o **Ballet Gulbenkian** dá início no dia 18, às 21.30, no **Grande Auditório**, a uma série de espectáculos que incluem **Exultate, Jubilate** — música de Mozart coreografada por Vasco Wallenkamp — e novas coreografias de **Wallenkamp** e **Olga Roriz**.

Na **Gulbenkian** mas no **CAM**, da série «Aspectos da Dança Contemporânea», os bailarinos japoneses **Elko** e **Koma** apresentaram-se em espectáculos hoje às 18.30, dias 13 e 14 às 21.30, dia 15 às 15.00.

Em **Coimbra**, espectáculo no sábado, dia 14, às 21.45, no **Teatro Gil Vicente**, pela **Companhia Nacional de Bailado**. Na íntegra, **Giselle**.

Entretanto, prossegue até dia 15 a digressão do **Conjunto Estatal de Danças e Cantares do Azerbaijão**: hoje em **Olhão**, amanhã, em **Beja**, sábado em **Évora**, segunda-feira (15) em **Montemor-o-Novo**.

### Cinema

Até dia 18, prossegue no **Quarteto** a **Semana do Cinema Soviético** organizado pela **Associação Portuguesa URSS**. São 10 filmes que passarão até dia 18 em diferentes horários, todos realizados a partir de 1984 e sempre legendado em português.

No sábado haverá sessões às 14.30 («Jogos para Crianças em Idade Escolar»), 19.00 («Cartas de um Homem Morto»), 23.30 (Fouetté), 24.00 («Jogos para Crianças em Idade Escolar») e 01.15, simultaneamente em 3 salas («O Canhoto», «O Comunista», «O Sol Branco do Deserto»).

As sessões no domingo serão às 14.30, 16.45, 19.00 e 23.45. «Rumores do Vietnam» — o ciclo que tem estado a decorrer no Picoas — inclui esta semana dois filmes dos mais importantes feitos nos Estados Unidos sobre a guerra contra o Vietnam: nos dias 14, 15 e 16 **Platoon**, os **Bravos do Pelotão**, de **Oliver Stone**, nos dias 17 e 18 (e 19) **Apocalypse Now**, de **Francis Ford Coppola**.

Horário normal das sessões: 19.00 e 22.00. Mas no dia 16 só às 22.00; dia 17 às 21.30; dia 18 às 18.00 e 22.00.

# Exposições

### LISBOA

**Alvim** — «Muta Susuta». Galeria Novo Século, Rua do Século, 23. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 17/11).  
**Álvoro Perdigão** — Pintura e escultura. Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª, das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 28/11).



Álvoro Perdigão na Galeria S. Francisco

**Ana Gonçalves** — Tecidos. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.  
**André Gomes** — Fotografia. «Imago Operas Vera Mundi». Rua Ivens, 14. Das 9.00 às 20.00 (até 20/11).  
**70.º Aniversário da Revolução Socialista de Outubro**. Centro de Trabalho Vitória, Av. da Liberdade. De 2.ª a 6.ª das 11.00 às 22.00, sáb. das 11.00 às 19.00, dom. das 15.00 às 19.00 (até 12/11).

**António Carmo** — Desenho. Loja de Desenho, Rua Academia das Ciências, 2-B (até 14/11).  
**Boyd Webb** — Fotografia. Galeria Cómicos, Rua Tenente Raul Cascais, 1-B. Diariamente das 15.00 às 20.00, excepto à 2.ª (até 30/11).  
**Colectiva** — Pintura e escultura. Galeria Escada, Rua da Bela Vista à Graça, 81-A. De 2.ª a 6.ª, das 14.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 14.00 (até 21/11).  
**Colectiva** — Artex. Galeria R. Nova do Almada, 85. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 09.00 às 13.00.  
**Colectiva** — Galeria Módulo, Av. António Augusto Aguiar, 56-5.º dt.º. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00.

**Colectiva** — Galeria Triângulo, Av. D. Vasco da Gama, 48-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00.  
**Colectiva** — Galeria de São Bento, Rua do Machadinho, 1.  
**Desenhos Realistas** — Oito Artistas Portugueses da RFA. Sociedade Nacional de Belas-Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Diariamente das 14.00 às 20.00 (até 16/11).  
**Eduardo Teixeira** — Pintura. Galeria Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 3/12).  
**Ernesto de Sousa** — «Um olhar sobre a escultura», textos e fotografia. Museu Nac. da Arte Antiga, R. Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.  
**IV Exposição Nacional de Gravura** — Fundação Gulbenkian, Galeria de Exposições Temporárias, Av. de Berna, 45.  
**Fátima Vaz** — Pintura. Galeria Ana Isabel, Rua da Emenda, 111-1.º. De 2.ª a sáb., das 14.00 às 19.00 (até 21/11).  
**Figueiredo Sobral** — Escultura e pintura. Galeria Multiface, Rua Sousa Lopes, loja 65. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00, sáb. e dom. das 12.00 às 19.30 (até 30/11).  
**Galeria Nasoni em Lisboa** — Galeria Altimira, Rua Filipe Folque, 48-A.  
**Homenagem a Peniche Galveias** — Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb., das 10.00 às 13.00.  
**Índios da Amazônia** — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo. De 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).  
**Instrumentos Musicais** — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira (ao Restelo).  
**Isabel Meyreles e Cruzeiro Selixas** —

Escultura e desenho. Galeria Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb., das 14.30 às 19.30 (até 14/11).  
**João Duarte** — Escultura. Galeria Tempo, Rua Nova de S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb., das 16.00 às 20.00. Inaugura hoje (até 30/11).  
**Jorge Freire** — Pintura. Galeria Triângulo, Av. Vasco da Gama, 48. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 30/11).  
**José António Cardoso** — Pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101.  
**José Esteves** — Escultura. Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36.  
**José Luís Tinoco** — Pintura. Sociedade Nacional de Belas-Artes. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20.00 (até 18/11).

**Maria Gabriel** — Pintura. Clube 50, Rua de S. Mamede, ao Caldas, 9-1.º. De 3.ª a 6.ª das 17.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00 (até 9/12).  
**Marcos Duprat** — Galeria Bertrand, Livraria Bertrand do Chiado.  
**Manuel San-Payo** — Pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101.  
**Margarida Marques** — Pintura. Pátio Alfacinha, Rua do Guarda Jóias, 44. Diariamente das 15.00 às 22.00 (até 17/11).  
**Murilo Mendes** — «O Olhar do Poeta», Centro de Arte Moderna (até 15/11).  
**Ouirivesaria/Artefacto 3**. Jóias de cinco ourives do ARCO, Travessa Água de Flor, 37. Diariamente das 15.00 às 20.00 (até 27/11).  
**Pintura Manelista** — Do Museu Nacional Machado de Castro de Coimbra. Galeria Alameda Negreiros, Av. da República, 16.  
**Projectos de Design Industrial IADE** — Palácio Pombal, Rua do Alegrim, 70.  
**«Textéis Mexicanos»** — Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom., das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.30.

### PORTO

**Augusto Canedo** — Pintura. Galeria EG, Caminho da Fonte de Cima, 33/130. De 3.ª a sáb., das 15.00 às 20.00 (até 20/11).  
**III Bienal de Desenho da Arvore** — Antologia de desenho do



João Duarte expõe na Galeria Tempo

século XX com 145 trabalhos. Mercado Ferreira Borges.  
**Colectiva** — Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00.  
**Exposição Nacional de Arte Moderna** — Amadeu de Souza Cardoso. Casa de Serralves, Rua de Serralves, 977/999.  
**«Figuras»** — Fundação Engenheiro António de Almeida, Rua Tenente Valadim, 231. De 2.ª a sáb., das 14.30 às 18.30.

### OUTRAS LOCALIDADES

**Colectiva** — Centro Cultural de Almansil. (Até 3/12). **ALMANSIL**.  
**Jules Heyndels** — Pintura. Centro Cultural de S. Lourenço — **ALMANSIL** (até 14/11).  
**Gravuras da Coleção Calouste Gulbenkian** — Museu do abade de Baçal (até 15/11) **BRAGANÇA**.  
**Colectiva** — Museu José Malhoa. (Até 28/11). **CALDAS DA RAINHA**.  
**Francisco Elias** — Cerâmica e miniaturas. Museu de Cerâmica (até final de Outubro) — **CALDAS DA RAINHA**.  
**Colectiva** — Círculo de Artes Gráficas, Rua Castro Matoso, 19 — **COIMBRA**.  
**Colectiva** — Escultura. Museu Nac. Machado de Castro, Lg. Dr. José Rodrigues. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 — **COIMBRA**.  
**Fabrica de Cerâmica** — Museu Nacional de Ciência e Técnica,



João Duarte expõe na Galeria Tempo

R. da Ilha (junto à Sé Velha) — **COIMBRA**.  
**Bernardo Marques** — «A entrega de um olhar». Galeria de Colares, Rua Fria, 2 (até 15/11) **COLARES**.  
**Colectiva** — Pintura, arte romana e azulejos dos séculos XVII e XVIII. Galeria Constância, R. Luís de Camões. De 4.ª a dom. das 14.00 às 20.00. **CONSTANCIA**.  
**Artesanato de Mo-**

**cambique**. Biblioteca Municipal — **MONTEMOR-O-NOVO**.  
**Azulejos Originais Portugueses** — Galeria de Arte Espiral. Centro Comercial das Palmeiras, loja 14. Diariamente das 14.00 às 22.00. **OEIRAS**.  
**Colectiva** — Sala de Exposições Temporárias do Museu Municipal. (Até 30/11). **LOURES**.  
**William Beckford e Portugal** — Bibliográfica e iconográfica sobre Portugal séc. XVIII. Palácio de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — **QUELUZ**.  
**1.ª Bienal de Arte** — Antigo Casino. Galeria do Turismo e Palácio Nacional de Sintra (sala das Galés) — **SINTRA**.  
**António Cerveira Pinto** — «Livre Arbitrio em Três Dimensões». Galeria Universum. Casa-Museu Álvaro de Campos. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 28/11) — **TAVIRA**.  
**«Uma Casa-Museu para Álvaro de Campos»** — Documental. Galeria da Câmara Municipal. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 12.30 e das 14.00 às 17.30 (até 15/11) — **TAVIRA**.  
**D. Fernando II** — Documental. Museu Biblioteca da Casa de Bragança. De 3.ª a dom. das 9.30 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — **VILA VIÇOSA**.



A homenagem prossegue até dia 21. Entretanto, anuncia-se, com começo no dia 26, uma «Semana de Homenagem ao Cantor e Poeta Zeca Afonso», iniciativa das associações de estudantes de três faculdades de Lisboa:

donéon mágico vão estar mais quatro excelentes músicos argentinos. Ao piano, violino, guitarra e contrabaixo.  
 Piazzolla, que foi dos que fez a «revolução do tango», da música popular urbana da Argentina, e que acha que nunca foi preso só «porque os militares eram completamente surdos!», é «um vulcão pleno de criatividade», como diz a revista «Mundo da Canção», que patrocinou o concerto.  
 Outras músicas em destaque, em Lisboa: **Na Gulbenkian**, **Grande Auditório**, à 18.30 de sexta (amanhã), concerto para voz e piano por **Jolanta Wrozina** soprano, **Prémio Gulbenkian** no Concurso Belvedere de Viena 1986, e **Ella Susmanek**. Obras de Verdi, Bellini, Donizetti, **Operas**. Strauss,



## Tempo Fim de Semana

**Sexta e Sábado** — Céu pouco nublado, temporariamente muito nublado no Norte; vento fraco, períodos de chuva nas regiões do Norte; neblina ou nevoeiro matinal.  
**Domigo** — Céu pouco nublado, vento fraco, neblina ou nevoeiro matinal.  
 (Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

# a TV

## Choque das palavras

Já se sabe que as palavras não têm um sentido único, perfeitamente ajustável a uma situação, a uma e a nenhuma outra. Digamos a lei: toda a palavra contém uma carga de ambiguidade que se desenvolve ao longo da grande marcha do funcional para o artístico...

Está bem. Mas às vezes abusa-se até ao irracional, jogando as palavras umas contra as outras, escandalosas e agressivas.

Peço a atenção dos leitores para este caso estanho...

Fala-se, no **Jornal de Sábado**, de proposta de revisão constitucional do PSD ou seja, do Governo. O locutor afirma que ela contempla a **destruição da Reforma Agrária e a redução dos direitos dos trabalhadores**. Repito que tais palavras não são minhas, nem resultam de uma interpretação política. Elas são textuais: **Destruição da Reforma Agrária e redução dos direitos dos trabalhadores**.

A seguir, mas logo a seguir, sem qualquer intervalo que servisse de pára-choques, ouvem a propósito Dias Loureiro, o qual nos diz que este **projecto é democrático e nacional**.

Ouve-se e não se acredita. Projecto democrático, com a destruição da Reforma Agrária? Nacional, cortando nos direitos da franja mais numerosa e valiosa da pátria portuguesa?

Esta gente está a chuchar com as palavras, está a chuchar com a gente. Está a provocar, está a brincar com o fogo.

## Igreja ao lado do povo

**Roque Santelro** é a telenovela que passa actualmente entre nós. Um trabalho de excepcional qualidade, criada por um nome grande da literatura brasileira, Dias Gomes, e participada por um lote de actores célebres. Para além dos motivos próprios, da história — com um sentido de crítica social bem visível — só para ver trabalhar Lima Duarte, Regina Duarte, Ary Fontoura, Yoná Magalhães, Armando Bogus, Fábio Júnior, etc., etc., já valeria a pena ver **Roque Santelro**.

Sou franco, lembrei-me agora do **Roque Santelro** por ter falado na Reforma Agrária.

Também no Brasil a Reforma Agrária é um anseio nacional, uma exigência popular de grandes raízes na luta dos camponeses brasileiros.

Tal exigência aparece-nos expressa com vigor em **Roque Santelro**. A luta dos camponeses é apoiada pela Igreja na pessoa do padre Albano.

Também em Portugal há muitos padres Albanos. Só que a televisão portuguesa os ignora...

## Reforma Agrária, conquista preciosa

O estabelecimento da Presidência da República em Beja serviu para que milhões de portugueses tivessem, desde há longos anos, uma visão em directo da Reforma Agrária — Reforma Agrária que os brasileiros lutam por conquistar e os trabalhadores portugueses lutam por conservar.

Essa visão seria mais completa e mais viva se se tivesse efectuado à UCP de Pias, a única UCP que o Presidente visitaria. Por infelicidade, foi logo nessa altura que o Presidente adoeceu, sem gravidade.

Pois no que respeita à face real do Alentejo, na televisão, ela apareceu sistematicamente desfigurada, de maneira irracional. Não foi por acaso que a RTP destacou para o serviço um indivíduo bem conhecido pelo seu anti-comunismo.

O Alentejo surgiu como uma região empobrecida, triste, solitária, vazia de interesse, onde é um inferno viver. Houve quem a crismasse de «zona subdesenvolvida do País...»

Não há dúvida que a ofensiva contra a Reforma Agrária trouxe de volta as terras por cultivar, o mato, o desemprego. Com o advento da Reforma Agrária o emprego era total, a maioria do povo alentejano bebeu leite, comeu carne, ordenou o destino à sua própria medida. Apareceram os infantários, os lares de terceira idade, diversas organizações de carácter social. Pela primeira vez conheceu o povo alentejano o sabor da liberdade e da Paz.

Ou seja, desprezada, atacada, ferida pelas forças ao serviço dos grandes agrários, mesmo assim o povo alentejano, lá onde a Reforma Agrária se mantém, conserva regalias, liberdade e paz mais do que nas zonas do País onde o capitalismo impõe a exploração, a ganância, a ignorância.

O Alentejo e o povo português saberão defender a Reforma Agrária, bem precioso pelo qual tantos povos ainda lutam. A História não anda para trás.

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## «Conselho de Estado: Cunhal, 47 — Constâncio, 45»

### O filme

Não. Não é o filme de um jogo, como o antetítulo de «O Jornal» acima transcrito pode levar a crer. Trata-se, sim, como toda a gente sabe, do resultado da eleição, pela AR, como manda a Constituição, de dois dos seus cinco representantes no Conselho de Estado: Vítor Constâncio, secretário-geral do PS, e Álvaro Cunhal — Cunhal que, «por acaso», é o único comunista que vai fazer parte deste órgão político de consulta do Presidente da República.

Mas, se não é um jogo, lá filme parece! O que passou pela Comunicação Social faz lembrar os ambientes que rodeiam a apresentação de um filme dos chamados «históricos»... porque ficam na História: o propriamente dito, o genérico, a banda sonora, os intérpretes mais conhecidos (e os outros), «a crítica», os teorizadores. Há quem diga «perdi a paciência!»; outros, mais avisados — e veja-se o sr. do «Semanário» — esfriam rapidamente a cabeça e dão sábios conselhos: afinal, tudo se pode remediar noutra obra, e importante é que esta não faça escola...

Contra o que é hábito na crítica, ninguém teve o repentismo — ou a coragem — de lhe chamar obra-prima...

### «Onze resistentes ao anticomunismo primário»

«Durante uma hora, chamados nominalmente, os deputados foram depositando a «sua» lista na urna, escolhida entre as três de que disputavam: uma com o nome dos cinco candidatos do PSD ao Conselho de Estado — Cavaco Silva à cabeça — outra com o nome de Vítor Constâncio em primeiro lugar e a restante, a lista comunista, encabeçada por Álvaro Cunhal.

Pela aplicação do método de Hondt, deveriam sair da urna, privilegiados em votos, quatro nomes firmes de social-democratas e o nome de Vítor Constâncio. Só que, para escândalo de muita gente, em particular da incrédula bancada socialista, saiu também o secretário-geral do PS com menos dois votos que Álvaro Cunhal.

Em termos práticos, a oposição não poderia ter desejado o melhor resultado: da conjugada repartição dos votos resultava menos um homem do PSD e mais um da oposição no Conselho de Estado.

Simplemente, essa não era a orientação de voto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista: a ordem era para votar a unir, ou seja tudo na lista do PS... ainda que isso tivesse como resultado necessário mais força para a maioria do PSD no órgão consultivo do Presidente da República.

Onze deputados do PS não aceitaram a orientação de voto da Direcção do seu partido e votaram em Cunhal, colocando mais uma voz mais da oposição no Conselho de Estado e resistindo ao anticomunismo primário subjacente à orientação prévia do PS. Essa orientação fora combatida no interior do grupo socialista, com a proposta de serem desviados quatro votos para a lista do PCP, pois eram os suficientes para retirar um representante ao PSD e eleger mais um da oposição.

A Direcção do Partido não o quis assim e impôs ou julgou impor a sua orientação com o argumento «definitivo» avançado textualmente segundo uma fonte do DL, por Jaime Gama:

«Estamos aqui para entrar o PC e não para o levantar».

(«Diário de Lisboa», 6. Nov.)

«(...) Os deputados socialistas, talvez mais preocupados em retirar aos social-de-

mocratas a possibilidade de elegerem o quarto candidato da sua lista de cinco do que em garantir a eleição de Vítor Constâncio, primeiro da lista PS, transferiram tantos votos para o PCP que, por pouco, o secretário-geral do Partido Socialista não era eleito (...)

(«Capital», 6 Nov.)

«(...) Já antes, em declarações à Televisão, Lopes Cardoso assegurara que a fuga de votos para a lista do PCP não fora «planificada» no seio da bancada socialista. Aquele vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS interpretara, então, o comportamento dos seus 11 camaradas que votaram na candidatura comunista como visando a «redução do peso do PSD no Conselho de Estado.»

(«Jornal de Notícias», 6 Nov.)

### Um que não sabe resistir

«Perdi a paciência com os barões — disse-nos ainda Vítor Constâncio — «Eles que se candidatem a secretário-geral, em vez de utilizarem traiçoeiramente o voto secreto contra os interesses do partido».

Quem foi o grupo de deputados que, «a coberto da votação secreta atraçou o PS» (expressão de Vítor Constâncio)? (...)

(«O Jornal», 6 Nov.)

«Desafio os onze deputados socialistas que atraçoaram o interesse do partido e votaram em Álvaro Cunhal a, publicamente, assumirem essa sua posição» declarou, ontem, Vítor Constâncio, que, assim, comentava a fuga de votos. (...)

Constâncio fez ainda questão de frisar que esta atitude, que considerou «muito grave», será necessariamente rejeitada por todo o PS. (...)

Vítor Constâncio aconselharia, deste modo, aos deputados que votaram no PCP a abandonarem o partido socialista. (...)

(«O Século», 6 Nov.)

### Réu já há...

«O socialista Manuel Alegre assumiu esta manhã na reunião do grupo parlamentar socialista o seu voto em Álvaro Cunhal para representante do Parlamento no Conselho de Estado. O deputado do PS, que sublinhou a importância da presença do secretário-geral do PCP naquele órgão de consulta do Presidente da Re-

pública, qualificou o seu voto de «institucional».

Na reunião, os ânimos azedaram-se entre Alegre e Constâncio, tendo este último voltado a utilizar a palavra «traição» e acusado os «onze» de «dissidentes». Dirigindo-se a Manuel Alegre o secretário-geral do PS criticou-o por «não fazer trabalho político, mas simplesmente intriga nos jornais». Antes, aquele deputado também não tinha poupado Constâncio, tendo duras críticas à sua liderança e dizendo que se preocupava mais em se afirmar como primeira figura da oposição do que em marcar distâncias relativamente ao Governo.»

(«Diário de Lisboa», 6 de Nov.)

«Sobre a polémica levantada à volta da fuga de votos do Partido Socialista para a candidatura de Álvaro Cunhal para o Conselho de Estado, o deputado socialista justificou o seu voto no secretário-geral do PCP com «razões institucionais». Adiantou ainda que faria o mesmo se estivesse em causa a eleição de Adriano Moreira.

Justificou depois as suas divergências com Vítor Constâncio com diferenças de temperamento e de passado, adiantando que o PS está numa «situação delicada», pelo que os seus militantes devem evitar a sua «balkanização e desagregação».

Para Alegre, o fortalecimento do PS consegue-se, conciliando «liberdade de acção e diversidade de pensamento».

Defendeu depois uma direcção colegial que «faça a síntese do partido».

(«O diário», 9 Nov.)

«Eles querem liderar a esquerda contra a esquerda» — disse ontem Manuel Alegre ao «Expresso». (...) «Vítor Constâncio deveria dirigir a luta contra a direita e não contra os camaradas do seu partido ou a esquerda».

(«Expresso», 7 Nov.)

### E advogado do diabo também!

«(...) resta constatar que um facto objectivo existiu e é ele que para um quarto dos deputados socialistas a oposição ao PSD chega ao ponto de entender conveniente votar no velho adversário.

(...) Pela primeira vez desde os conflitos de 1975 existiu um esboço de «disciplina republicana» no interior do PS. Pela primeira vez se formou uma estratégia de desistência ou adaptação do sentido do voto para evitar que a divisão dos partidos de «esquerda» fizesse eleger um candidato de um partido de «direita». Pela primeira vez no PS se passou da teoria aos factos, concretizando a tese de que quando a «direita» está no poder tem de haver alguma colaboração com os comunistas.

É claro que nada disto é, ou é ainda, política oficial do PS. (...) É claro, numa palavra, que não está para amanhã a colaboração eleitoral entre socialistas e comunistas. (...)

Há muitos anos que venho defendendo a tese de que o equilíbrio e o dinamismo do sistema político português exigem a integração plena do Partido Comunista, obrigando este partido a pagar o preço de tal integração, como aconteceu em Itália e, em certa medida, em França. Creio, por isso, que é positivo que entre o PS e o PCP se comecem a processar movimentos que gerem uma situação em que, sob a liderança estratégica do PS, o PCP possa «sobreviver» mais normalizado, com alguma espécie de entendimento com os socialistas.

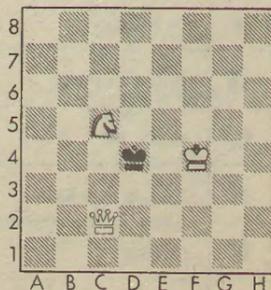
(J. M. Júdice, «Semanário», 7 Nov.)

# Xadrez

CXXVII — 12 de Novembro de 1987

PROPOSIÇÃO N.º 127  
Por: Paul Loquin  
«Le Palamède», 1843

Pr.: Rex Solus: Rd4



Br.: 3 : Cç5-Dç2-Rf4

Mate em dois lances

JOGO N.º 127

Campeonato da URSS/Moscovo, 1973

Br.: Karpov — Pr.: Kuzmin

1. e4,ç5; 2. Cf3, d6; 3. d4, c:d4; 4. C:d4, Cf6; 5. Cç3, a6; 6. f4, Dç7; 7. a4, g6; 8. Cf3, Bg4; 9. Bd3, Cç6; 10. h3, B:f3; 11. D:f3, Bg7; 12. 0-0, 0-0; 13. Bd2, e6; 14. Cç2, Taç8; 15. Rh1, e5; 16. Cç3, e:f4; 17. B:f4, Cb4; 18. Bd2, Cd7; 19. Dg3, Dc6; 20. Bg5, Tç8; 21. Td1, Cç5; 22. Dh4, Cç:d3; 23. c:d3, Dd7; 24. Bf6, a5; 25. d4, Tç6; 26. e5, d5; 27. Bg7, R:g7; 28. Tf6, h6; 29. Td1, Tf6; 30. T:f6, Tç8; 31. Cç2, Cç6; 32. Td6, Df5; 33. Cg3, Dd3; 34. T:d5, Tç6; 35. Df4, Tç7; 36. Rh2, Rg8; 37. D:h6, Dç4; 38. Cç4 e as Pretas abandonam.

SOLUÇÃO DO N.º 127

Chave: 1. Cb7!

1. ..., Rd5; 2. Dç4++

■ A. de M.M.

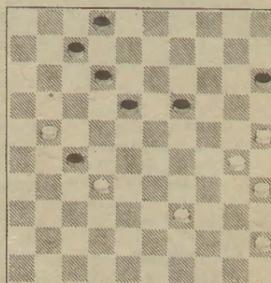
# Damas

CXXVII — 12 de Novembro de 1987

PROPOSIÇÃO N.º 127

Por: Germain Avid (Fr.)  
1.º Prémio «Blancs et Noirs»/Bélgica, 1972

Pr.: [7]: 2-7-12-15-18-19-27



Br.: [7]: 21-25-30-32-35-39-45  
Jogam as brancas e ganham

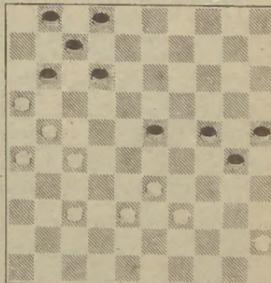
\*\*\*\*

GOLPE N.º 127

Hoogezaand/Holanda, 1975

Br.: Guichet (Haiti) — Pr.: Wiersma (NL)

Pr.: [9]: 1-2-7-11-12-23-24-25-30



Br.: [9]: 16-21-26-27-33-37-38-39-45  
Jogam as pretas e ganham

\*\*\*\*

N.º 127 (GA): 21-17 (12x21 A) 45-40 (27x38) 39-33 (38x29) 30-24 e 25x1=D (21-27) 1-23 (2-7) 23x1 (27-32) 1-23! e 23-29 e 35-30:

— Se: (43-49=D) 29-24+

— Se: (43-48=D) 40-34+

(A) — Se (27x38) 17x8 e 39-33 e 30-24 e 25x1+

Golpe N.º 127 (W): (23-28) e (12-17) e (7x18) e 22x13 (2-8) 13x2 (30-35) 16x7 (1x12) 2x30 (25x41) B+

■ A. de M.M.